

GUILHERME NUNES SILVA

**MODERNIZAÇÃO ECOLÓGICA V.S. AMBIENTALISMO
MULTISSETORIAL NO SETOR EMPRESARIAL SUL-
BRASILEIRO: ESTUDO DE CASO DE ADOÇÃO DE
TECNOLOGIAS LIMPAS**

Florianópolis

2000

GUILHERME NUNES SILVA

**MODERNIZAÇÃO ECOLÓGICA V.S. AMBIENTALISMO
MULTISSETORIAL NO SETOR EMPRESARIAL SUL-
BRASILEIRO: ESTUDO DE CASO DE ADOÇÃO DE
TECNOLOGIAS LIMPAS**

**Dissertação submetida ao Programa de Pós-
Graduação em Sociologia Política da Universidade
Federal de Santa Catarina, como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em Ciências
Humanas – Especialidade Sociologia Política.**

Orientador: Prof. Dr. Hector Ricardo Leis

Florianópolis

2000

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

A dissertação elaborada pelo mestrando Guilherme Nunes Silva, foi julgada adequada por todos os membros da Banca Examinadora, para a obtenção do título de MESTRE EM SOCIOLOGIA POLÍTICA e aprovada, em sua forma final, pelo Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis,

*Prof. Dr. [REDACTED]
Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política*

Apresentada à Banca integrada pelos professores:

Presidente Dr. [REDACTED] - _____

Membro: Dr. [REDACTED] - _____

Membro: Dr. [REDACTED] - _____

Suplente: Dr. [REDACTED] - _____

Por indisciplina o espírito, em sua atividade, é irreversivelmente atraído pelas formas de ilusão. Ele está sempre se enganando sobre a realidade do mundo.

O mundo nos é apresentado como essencialmente competitivo, dividido entre os “vencedores” e os “perdedores”, mas essa também é uma visão falsa, deliberadamente falsa.

Sua Santidade: O Dalai-Lama

*À todas as vicissitudes da vida
das quais reluto em aprender pela dor.*

*À minha mui amada esposa
Célia Lúcia, sem a qual este trabalho
não estaria concluído, e com a qual
muito tenho aprendido pelas vias do
amor.*

AGRADECIMENTOS

A todos que tiveram paciência comigo e com este trabalho.

Ao amigo Armando Lisboa que sempre me incentivando com boas palavras e com sua confiança.

Ao orientador Hector Ricardo Leis com quem muito aprendi e que me apresentou temas como espiritualidade e a amorosidade, os quais me pareciam impossíveis na academia.

À minha esposa e cúmplice Célia Lúcia Degani de Oliveira.

RESUMO

O presente trabalho propõe-se a através do estudo de caso da adoção de Tecnologias Limpas comprovar/refutar as hipóteses levantadas pelo Ambientalismo Multissetorial e pela Teoria da Modernização Ecológica para explicar a mudança de comportamento empresarial quanto ao meio ambiente ao adotar procedimentos pró-ativos em lugar do fim-de-tubo. A metodologia de análise foi a da análise de discurso da escola francesa. Do confronto das teorias em pauta frente aos resultados analíticos procurou-se desenvolver um debate teórico aprofundando questões da modernidade em relação a crise ambiental apontando novas perspectivas ao avanço desta pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE :

Crise ambiental; Ambientalismo Multissetorial; Teoria da Modernização Ecológica; Tecnologias Limpas; análise de discurso.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| AGRADECIMENTOS..... | v |
| RESUMO..... | vi |
| Capítulo I | |
| INTRODUÇÃO..... | 01 |
| 1.1 A Problemática Ambiental..... | 01 |
| 1.2 Apresentação do Caso..... | 07 |
| 1.3 O Tema das Tecnologias Limpas..... | 11 |
| 1.4 Os Marcos Teóricos do Ambientalismo Multissetorial e da Modernização Ecológica..... | 15 |
| 1.5 O Dispositivo de Análise: Análise de Discurso..... | 17 |
| Capítulo II | |
| ESCOPO TEÓRICO..... | 19 |
| 2.1 O Ambientalismo Multissetorial..... | 19 |
| 2.2 A Modernização Ecológica..... | 28 |
| Capítulo III | |
| DISPOSITIVO METODOLÓGICO DE ANÁLISE..... | 33 |
| 3.1 Análise de Discurso, Lingüística e Análise de Conteúdo..... | 33 |
| 3.2 A Análise de Discurso..... | 33 |
| 3.2.1 Emissão da seqüência discursiva..... | 36 |
| 3.2.2 Recepção da seqüência discursiva..... | 36 |
| 3.2.3 Efeito metafórico..... | 36 |
| 3.2.4 Formação discursiva..... | 40 |
| 3.2.5 Interdiscurso..... | 41 |
| 3.2.6 Efeitos da memória..... | 42 |
| 3.2.7 Ideologia, sujeito e sentido..... | 43 |
| 3.3 Dispositivo de Interpretação e Análise do Processo Discursivo..... | 44 |
| 3.3.1 Procedimentos e a análise..... | 45 |
| 3.3.1.1 1ª etapa - Passagem da superfície lingüística para o objeto discursivo..... | 45 |
| 3.3.1.1a Recorte de alguns fatos discursivos comentados..... | 48 |

| | |
|--|-----|
| 3.3.1.2 2ª etapa de A. D. - Passagem do objeto discursivo ao processo discursivo..... | 56 |
| 3.3.1.2a Os sentidos do silêncio..... | 58 |
| 3.3.1.2b As margens do não-dito..... | 61 |
| 3.3.1.3 3ª etapa dos procedimentos da A. D. - Interpretação do processo discursivo e o papel da formação ideológica..... | 65 |
| 3.3.2 Comentário..... | 66 |
| Capítulo IV | |
| ESTUDO DE CASO..... | 69 |
| 4.1 Apresentação ao Papel do CNTL na Promoção da Produção Limpa..... | 69 |
| 4.2 Estudo de Caso..... | 70 |
| Capítulo V | |
| ANÁLISE TEÓRICA: AMBIENTALISMO MULTISSETORIAL VS. MODERNIZAÇÃO ECOLÓGICA..... | 88 |
| 5.1 O Ambientalismo Multissetorial..... | 88 |
| 5.2 A Modernização Ecológica..... | 93 |
| Capítulo VI | |
| CONCLUSÕES..... | 107 |
| Capítulo VII | |
| BIBLIOGRAFIA..... | 113 |

Capítulo I

INTRODUÇÃO

1.1 A Problemática Ambiental

Desde os anos 60 os países desenvolvidos vem debatendo sobre os limites do padrão energético adotado no pós II guerra mundial (Schumacher, 1977) e sobre os riscos da degradação do meio ambiente que ganharam densidade na virada daquela década, culminando na conferência de Estocolmo em 1972 e no relatório de Dennis L. Meadows (et al) intitulado “Limites de Crescimento” (Brüseke, 1998). As conclusões daí decorrentes eram catastrofistas, a preocupação era com a finitude dos recursos naturais, havia uma forte crítica aos modelos de crescimento das sociedades industriais, perseguido pelos países em desenvolvimento.

Tais previsões foram contrabalançadas pelas respostas tecnológicas e organizacionais dos países centrais à crise do petróleo em que obtiveram ganhos de produtividade diminuindo a necessidade de matéria-prima com a introdução de novos materiais e de energia, tanto na fabricação quanto no uso de produtos agora com conteúdos informacionais. A posição brasileira naquela conferência foi reativa e defensiva (Maimon, 1992). Estávamos sob a tutela militar e no vigor do “milagre brasileiro” cuja postura desenvolvimentista tratava o tema como de “segurança nacional” já que seria pela via do crescimento que se erradicaria a miséria e se colocaria o país na trilha dos países avançados. Em nome desta estratégia para o Brasil foram atraídas empresas poluidoras para valorizarem aqui seus capitais como: salários baixos, oferta de recursos naturais, insumos subsidiados pelas empresas estatais e um grande espaço para ser poluído. Mesmo assim por pressão externa criou-se no país a SEMA (Secretaria Especial do Meio Ambiente) ligada ao Ministério do Interior e no âmbito Estadual e FEEMA e a CETESB para fiscalizar e autuar.

O problema da produção que parecia resolvido pelo sistema industrial moderno, dava vistas de que devorava a própria base sobre a qual se erguera (combustíveis fósseis, as margens de tolerância da natureza e a substância humana) e segundo Schumacher (1977) para nos desviar da “rota de colisão” seria preciso criar um novo estilo de vida, dotado de novos métodos de produção e novos padrões de consumo: um estilo de vida planejado para

ser permanente. Assim na década de 80 difunde-se a consciência ambiental expressa tanto em termos do crescimento das associações ambientais como de um maior espaço na mídia e a criação do Partido Verde no Brasil (Viola e Leis, 1991) que influenciaram a formulação da legislação ambiental, como em 1981 com a Política Nacional de Meio Ambiente.

Em Santa Catarina, a FATMA (Fundação de Amparo e Tecnologia do Meio Ambiente) implanta um projeto de recuperação das Bacias Hidrográficas do Estado de Santa Catarina obrigando as empresas poluidoras a investirem no tratamento de seus efluentes, induzindo uma mudança de comportamento. Como disse Adolar Piesk da Tupy: “toda indústria gera resíduos que podem ser reaproveitados, dependendo da tecnologia existente” (Revista Expressão nº 5 de Ago/80). Mas quase 15 anos depois, mesmo com o avanço das tecnologias e linhas de financiamento específicos para controle ambiental o problema persiste, como mostra a série de reportagem do Diário Catarinense “Agonia dos Rios de SC” de 13.12.98 à 20.12.98.

A mudança de padrão tecnológico exigia investimentos (os atrativos anteriores como mão-de-obra e insumos baratos não mais eram suficientes) e os anos 80 foram difíceis para a indústria brasileira, o país vivia a estagflação e mesmo a despeito das pressões ecológicas externas e do crescimento do movimento ambientalista a recessão impediu mudanças radicais no processo produtivo (como ocorrera em alguns países avançados), concentrando-se na exportação de produtos intermediários (papel-celulose, petroquímicos...) produtores de externalidades negativas (Maimon, 1998).

Tal crise inscreve-se no esgotamento do estilo de desenvolvimento imperante no centro do sistema mundial desde 1945, cujas principais características são:

- padrão tecnológico de produção em série;
- intensivo em energia;
- alimentado por carburantes baratos;
- movidos por motores de combustão interna;
- padrão de consumo dilapidante de energia e materiais em benefício das elites nacionais e transnacionais (Viola e Leis, 1991).

Em 1987, o informe da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente, “Nosso Futuro Comum”, mesmo sem o mesmo ímpeto crítico de Estocolmo, aponta a necessidade de criar-se uma nova ordem internacional, uma vez que sem uma intervenção consciente e direcionada a mudar o comportamento dos atores internacionais tradicionais (Estado-nação, agências internacionais e empresas transnacionais), a degradação da biosfera tende a seguir

seu curso (Viola e Leis, 1991). No relatório Brundtland (Nosso Futuro Comum), o conceito de Desenvolvimento Sustentável é enfatizado, evidenciando a preocupação com as gerações futuras, apontando uma nova ética, mas o enfoque unidimensional econômico predomina reproduzindo traços do sistema dominante, reduzindo as soluções à questão da eficiência, buscando os limites ambientais do sistema produtivo não considerando os limites culturais para o predomínio da produção.

Era de se esperar, ao contrário, um predomínio da defesa da racionalidade ecológica, que vai muito além da simples consideração do meio ambiente como uma variável de mercado, produzido como “desenvolvimento sustentável”, e que segundo Leff (1993) aponta para um conjunto de mudanças institucionais e sociais necessárias para conter os efeitos ecodestrutivos da racionalidade econômica e assegurar um desenvolvimento sustentável. Para o autor, o ambientalismo implica uma crítica à irracionalidade das forças cegas do mercado e do seu mecanismo de funcionamento, baseado na lógica da competição em detrimento da cooperação.

Na década de 90 o empresariado brasileiro não mais colocava-se em posição de conflito contra as questões ambientais que ameaçavam seus lucros e suas vantagens comparativas, mas passou a ver no tema uma oportunidade, e não uma ameaça, de antecipar-se à concorrência internacional, haja vista sua participação na conferência da ONU (UNCED) Rio - 92 e sua aproximação com os ambientalistas. Apesar do maior interesse pelo futuro do planeta esta conferência não correspondeu as expectativas, pela não adesão dos EUA aos pontos mais polêmicos. Mas a questão da interligação entre o desenvolvimento sócio-econômico e as transformações do meio ambiente, antes negligenciadas, agora entrou na pauta das grandes discussões internacionais, como também dissemina a consciência sobre os perigos do modelo atual de desenvolvimento atraindo novos atores (e movimentos) sociais para esta arena.

Com a emergência do ambientalismo empresarial e sua influência sobre a elaboração dos paradigmas de uma sociedade ecologicamente sustentável adotando o “slogan” do desenvolvimento sustentável, vê-se ameaçada a hegemonia do ambientalismo dito profundo, na elaboração da problemática ambiental, [visto a tendência de colonização da sócio-esfera (mundo da vida) e da eco-esfera (natureza) pela tecno-esfera (sistema industrial e o mercado)].

Como as fontes de conflito entre posições políticas e os meios para a criação de consenso desde o âmbito comunitário até as relações internacionais, vem se convertendo

num dos temas centrais da sociologia política (SILLS, 1974), cabe aqui estudar o discurso dos agentes das mudanças ocorridas na indústria local, induzidas por uma demanda mundial por proteção ambiental, que localmente produzira uma série de conflitos entre posições presumivelmente irreconciliáveis num primeiro momento e que ultimamente vem se convertendo aparentemente em ações integradas entre empresa, Estado, Associações de Classe e ONGs em geral que vem se profissionalizando e se fazendo respeitar como a APREMAVI do Alto Vale do Itajaí (SC), por exemplo.

Assim a questão ambiental configura-se como o espaço da explicitação do confronto entre as forças sociais em disputa pela significação e legitimação (Layrargues, 1998) do discurso e da prática, na direção de um processo civilizatório da sociedade industrial. Para compreendê-lo, aqui abordaremos os modelos: de um lado o (1) Ambientalismo Multissetorial de Viola e Leis (1991) e do outro a (2) Teoria da Modernização Ecológica de Mol (1997), Hajer (1997) e Spaargaren (1996).

1) Para os primeiros que conceituaram uma tipologia da evolução da ética ecológica, a partir dos anos 80 emergiram novos atores à problemática ambiental: num setor empresarial defensor da racionalidade econômica (antropocêntrica e individualista) mas sensível aos valores intrínsecos a natureza – possuem um grande poder de mudança; e setores ligados aos novos movimentos sociais, defensores da racionalidade ecológica (biocêntrica e comunitária) como uma outra forma de perceber o mundo. Segundo estes autores haveria uma progressão evolutiva em direção a um processo de ecologização da sociedade que pode ser absorvido ou colonizado pelos valores do setor empresarial. Tendência que pretendemos descobrir nesta pesquisa.

2) Para os segundos, as sociedades industriais contemporâneas quando confrontadas com os desafios ambientais dos anos 90 (chuva ácida, depleção da camada de ozônio, efeito estufa...) os identificam como “falhas de desenho” estrutural do sistema industrial que podem ser consertadas pela ecologização da economia via mudanças nas instituições centrais da modernidade: tecnologia moderna e economia de mercado.

Qual seria o caso da substituição da proposta reativa como o “end-of-pipe” por uma pró-ativa como as tecnologias limpas? Qual a contribuição destas teorias para o entendimento do fenômeno? É o que pretendemos indagar.

O contexto em que se processam as variáveis de nossa análise é ambientalmente dilemático: o modelo único de desenvolvimento (modernização científico-tecnológica e neoliberal - Boaventura de S.S., 1995) e sua conseqüente insustentabilidade civilizatória

contemporânea a médio longo prazos, que deve-se a quatro fatores principais: crescimento populacional exponencial e concentração espacial da população, depleção do suporte de recursos naturais, sistemas produtivos que utilizam tecnologias poluentes e de baixa eficiência energética e, finalmente, um sistema de valores que propicia a expansão ilimitada do consumo material (Ferreira, 1995).

O que por sua vez faz parte da crise da modernidade, em sua atual fase, na qual vivemos, o cumprimento excessivo e irracional da racionalidade instrumental, conforme Boaventura de Souza Santos:

“Dilemas e problemas da racionalidade moderna ocidental decorre do fato de ela ter confiado a gestão de suas potencialidades a uma forma de conhecimento, ciência, que progressivamente se transforma na força produtiva, e a uma forma de normatividade, o direito moderno, que, de um golpe revolucionário, foi transformado em propriedade do Estado e, portanto, dos grupos sociais que controlam o Estado e que, por essa via, têm o privilégio de transformar os seus interesses em interesses nacionais” (2.000, v. 1, p. 255).

A questão ambiental surge, então, como um sintoma da crise civilizatória, demonstrando a necessidade de se transformar a racionalidade produtiva pela consciência sobre sua crise e sobre os limites ecológicos do crescimento econômico e/ou pela reestruturação produtiva induzida via mercados “ambientalizados”, como propõem as teorias que aqui abordaremos.

QUADRO RESUMO

| DÉCADA | 70' | 80' | 90' |
|--|---|--|---|
| Conferências Internacionais e Relatórios | 72 - Clube de Roma Relatório Meadows "Limites do Crescimento" 72 - Conferência de Estocolmo | 87 - Relatório Brundtland "Nosso Futuro Comum" | |
| Atores importantes envolvidos | Estado-Nação e Empresas Transnacionais | | |
| Conclusões | Catastrofista - Crítica ao crescimento e a padrão de consumo. Preocupação com o crescimento populacional e a pobreza. | Otimista - possibilidade de crescimento se apoiado em práticas que conservem e expandem a base de recursos ambientais. | |
| Valores defendidos | Pós materialistas | Materialista - Utilitarista | |
| Racionalidade dominante | Ecológica | Econômica | |
| Papel da tecnologia | É o problema | É a solução | |
| Instrumento de controle | ESTADO (Legislação) Desenvolvimento X Meio Ambiente | MERCADO (Exigência de seguradoras e dos consumidores) Desenvolvimento + Meio Ambiente | |
| Novos conceitos | Ecodesenvolvimento | Desenvolvimento sustentável | Gestão ambiental (ISO 14000) |
| Reação da indústria | Defensiva-adaptativa (fim-de-tubo) | Preventivo (Estratégia de marketing) | Pró-ativo (Tecnologias limpas) |
| Fatores indutores de mudanças | Crise energética | Consumidor informado ambientalmente Cias de Seguro | 1) Valores éticos (consciência ecológica) 2) Necessidade de aumentar a produtividade devido ao acirramento da concorrência Poluição = desperdício |

1.2 Apresentação do Caso

Em setembro de 1998 o Sistema FIESC, através do Instituto Euvaldo Lodi (IEL/SC) e o SENAI realizaram o seminário “Benefícios da Produção mais Limpa no Setor Metal-Mecânico” que fazia parte da filosofia de apoio ao processo de consolidação da “Produção Limpa”, programa voltado para atividades de prevenção de poluição criado pela UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial e a UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

O seminário congregou empresários do setor metal-mecânico do estado, interessados em promover a proteção ambiental associada ao crescimento econômico, através do uso mais eficiente dos recursos naturais e da geração energética. Durante o evento o então presidente do Sistema FIESC, Osvaldo Moreira Douat, disse ao jornal O Estado:

“O desenvolvimento sustentável é uma exigência mundial e S.C. tem trabalhado intensamente nesta direção...”

Modernizar a produção industrial e aumentar a competitividade significa agregar permanentemente novas tecnologias capazes de ampliar a oferta de produtos sem causar danos ao meio ambiente. Já temos, em outras áreas, como a têxtil, diversos projetos em andamento que apresentam pleno sucesso. Queremos, cada vez mais, disseminar a concepção de que a preocupação ambiental é um item fundamental para qualquer atividade econômica”.

Quinze dias depois, a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) promoveu na FIESC o lançamento da Campanha da Indústria para o Meio Ambiente que pretendia mobilizar a sociedade e a indústria de todo o país, durante um ano, para o desenvolvimento de políticas ambientais. Naquele período a CNI investiria em campanhas publicitárias, além da realização de palestras de empresários, consultores e técnicos ambientalistas, abordando “cases” de indústrias que obtiveram *sucesso e retorno financeiro* com a gestão ambiental. Na data, disse o presidente do Sistema FIESC ao jornal Gazeta Mercantil - SC: *“Além de garantir mercado para exportação, o empresário que investe em preservação consegue também reduzir custos através da otimização dos recursos e etapas de produção”* (17.9.1998).

Entre 1996 e 1997 o volume de investimentos em gestão ambiental praticamente dobrou de US\$ 567 milhões para US\$ 944 milhões. Entre 1996 e setembro de 1998, 28

empresas – sendo 2 catarinenses – investiram um total de R\$ 108 milhões na conquista do certificado ISO - 14001, segundo dados do CNI.

A Hering Têxtil S/A, de Blumenau, investiu R\$ 318 mil em gestão ambiental. Mudou a estação de tratamento de efluentes aumentando a eficiência de 55% para 96%. Formou uma comissão interna de conservação de energia, desenvolveu um projeto de redução do nível de ruído e de reutilização e reciclagem de resíduos além de preparar-se para a mudança de matriz energética (gás natural). Implantou uma coleta seletiva de resíduos e planos de treinamento em educação ambiental. Já a Eliane Revestimentos Cerâmicos, com sede em Cocal do Sul, investiu US\$ 1,25 milhões em gestão ambiental em treinamento e equipamentos para reduzir os impactos ambientais.

De forma que, quando a metodologia de “Produção mais Limpa” chegou ao estado já havia um “ambiente” em torno da ISO - 14001 que apontava a proteção ambiental como uma futura exigência internacional para produtos industrializados, de exportação, e como uma oportunidade de negócios (reduzindo custos com desperdícios), elevando sua competitividade (agregando novas tecnologias).

Durante o encontro sobre “Produção Limpa” houve espaço para a divulgação dos benefícios econômicos obtidos em experiências já implantadas onde falaram: o diretor do Centro Nacional de Tecnologias Limpas (CNTL) sobre o tema “Produção mais Limpa como Ferramenta Econômica na Eficiência dos Processos Industriais”; um técnico da multinacional AGCO a respeito da experiência da empresa na implantação de um Sistema de Gestão Ambiental; e um técnico de uma metalúrgica que fabrica engrenagens, Pigozzi, que mostrou sua experiência na implantação da “Produção mais Limpa” na empresa.

Após o evento a primeira empresa catarinense que se interessou pelo tema foi a Mecril S/A, metalúrgica sediada em Criciúma, que viria a servir como piloto no estado “barriga verde”, sendo que estava em meio a adoção do programa quando foi por nós pesquisada, não podendo ainda nos fornecer seus dados consolidados mas já pudera falar de seus resultados parciais. Além desta empresa, única catarinense à época, optou-se por visitar e entrevistar os que se fizeram aqui presente no lançamento do programa (CNTL, AGCO e PIGOZZI) por estarem dispostos a colaborar com a divulgação desta metodologia, servirem de parâmetro para as demais e disporem de dados relevantes para uma amostra, uma vez que bem sintetizaram o discurso do empresário “ambientalmente preocupado”.

O ramo metal-mecânico torna-se um bom recorte para análise porque trata-se de um tipo de indústria emblemático da modernização e de grande impacto ambiental em

seu processamento de transformação além de possuir elevado potencial de absorção de inovações e de irradiação para as demais empresas que com elas se relacionam (relação fornecedor-produtor-usuário). Veja-se como exemplo os dados fornecidos pela Pigozzi S.A.:

- recuperação de 33% do óleo integral;
- redução de 30,5 ton/ano no consumo de aço;
- redução de 29% na geração de sucata;
- redução no consumo de energia com a construção de um forno de normalização com o dobro de eficiência;
- benefício econômico de R\$ 26,8 mil/ano.

Ressalte-se que hoje as próprias empresas fornecedoras de óleo e refrigerante se encarregam de recolher e reprocessar o óleo usado dando ênfase a assistência técnica e ao comportamento pós-venda. Também alguns fornecedores como no caso da AGCO desenvolveram embalagens retornáveis e por indução tem substituído materiais como o isopor que não é reciclável, o que tem suscitado soluções criativas e parcerias no que tange ao transporte e acondicionamento de matérias-primas e peças (logística).

Para uma melhor visualização do impacto neste ramo vejamos os dados somados das quatro primeiras metalúrgica, após cerca de um ano, que adotaram a metodologia sob a orientação do CNTL-RS:

- | | |
|-------------------------------------|---------------|
| • minimização de resíduos perigosos | 87,1 ton/ano |
| • otimização de matérias-primas | 116,1 ton/ano |
| • redução do consumo de energia | 1.115 Mwh/ano |
| • Investimento | R\$ 193 mil |
| • Benefícios econômicos | R\$ 315 mil |

Sendo que as principais medidas adotadas por estas empresas dentro do programa foram distribuídas da seguinte maneira:

- | | |
|-------------------------------|--------|
| Reciclagem interna | 18,31% |
| Medidas organizacionais | 16,90% |
| Mudanças tecnológicas | 14,08% |
| Substituição de matéria-prima | 14,08% |
| Reciclagem externa | 12,68% |
| Redução na fonte | 9,86% |
| Maior cuidado operacional | 7,04% |

| | |
|------------------------|-------|
| Tratamento de resíduos | 7,04% |
| Mudança no produto | 0,00% |

(Fonte: CNTL)

Como o padrão tecnológico destas empresas e seus procedimentos internos são similares os resultados obtidos pela adoção da metodologia da produção mais limpa (ou vulgarizada no Brasil como Tecnologias Limpas - t. ls.) também o são. E não é de estranhar que grande parte das medidas são de simples aplicação e de baixo custo, estando disponível antes mesmo da assessoria do CNTL, não sendo adotadas pela cultura organizacional vinda dos anos do desenvolvimentismo em que o meio ambiente não fazia parte das preocupações empresariais.

Sendo nosso objetivo identificar no discurso empresarial os motivos que os tem levado a adotarem tal metodologia, aparentemente preocupados com o meio ambiente, entrevistamos dois técnicos e um diretor da Mecril S.A. de Santa Catarina, a técnica responsável pelo programa no CNTL do SENAI-RS, o técnico responsável pela adoção da metodologia na AGCO em Canoas-RS e o técnico responsável da Pigozzi S.A. em Caxias do Sul-RS que além de implementar o programa em sua empresa é também professor universitário na região ministrando disciplina que tratam do tema, além de concluir uma dissertação de mestrado em que avalia a adoção de tecnologias limpas(t. ls.) na mesma empresa.

Nos recortes para a análise de discurso eles aparecerão nesta seqüência: empresa A (SC), Mecril S.A.; empresa B (RS), AGCO do Brasil Comércio e Indústria Ltda; empresa C (RS), Pigozzi S.A.; e a técnica consultora da CNTL - SENAI (RS) com sede em Porto Alegre. Todas empresas exportam. Os técnicos entrevistados estão na faixa dos 30-40 anos de idade, todos possuem vários anos de experiência nos locais onde trabalham, elevado grau de escolaridade e acumulam suas tarefas normais com as de “agentes das t. ls.”. As entrevistas foram tomadas “*in loco*” nos próprios ambientes em que trabalham onde foi possível visualizar o entorno em que exercem suas atividades.

1.3 O Tema das Tecnologias Limpas

A UNIDO/UNEP criaram um programa voltado para atividades de prevenção de poluição cuja meta era a instalação de vinte Centros localizados em países emergentes.

Entre 1995 e 1997 foram postos em funcionamento os dez primeiros: Brasil, México, Rep. Tcheca, Rep. Eslovaca, Hungria, Tunísia, Tanzânia, Zimbábue, Índia e China.

Os CNTLs surgem como um instrumento facilitador para a implantação e disseminação do conceito de t. ls. em todos os setores de produção buscando integrá-lo em Sistemas de Gerenciamento Ambiental (SGA).

Produção Limpa significa a aplicação contínua de uma estratégia econômica, ambiental e tecnológica integrada aos processos e seus produtos, a fim de aumentar a eficiência no uso de matérias-primas, água e energia através da não geração, minimização ou reciclagem de resíduos gerados em todos os setores produtivos. Isto levaria às tecnologias limpas.

A justificativa para este programa está na mudança de paradigmas ambientais onde as empresas voltam-se para a origem de seus problemas, buscando soluções que substituam os tratamentos convencionais de fim-de-tubo (end-of-pipe) por modificações no processo produtivo.

No Brasil houve uma concorrência pública em que várias entidades se interessaram em ser a instituição hospedeira, sendo vencedora a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul - FIERGS, junto ao SENAI-RS uma vez que sua posição é altamente privilegiada, pois a principal preocupação do Centro é comprometer os empresários, principalmente de indústria, com o conceito de Produção Limpa e o vínculo FIERGS/SENAI torna o diálogo com os empresários direto e fácil. A localização do CNTL no SENAI encerra uma ótima oportunidade de ação, pois o SENAI, além de ser uma instituição voltada para formação de recursos humanos para a indústria, conta com uma estrutura de apoio tecnológico que atende todos os setores industriais brasileiros.

Inaugurado em julho de 1995 o CNTL/Brasil em Porto Alegre, vem através de uma metodologia desenvolvida pela UNIDO, oferecendo aos setores produtivos, alternativas viáveis para a diminuição de poluentes, racionalização de insumos e implantação de técnicas de Produção Limpa. O Centro atua fundamentalmente com quatro produtos:

1. Disseminação de Informação

No início das atividades do CNTL foi necessário criar, no país, a consciência de prevenção de poluição, pois a idéia que se encontrava arraigada era a das soluções fim-de-tubo (end-of-pipe), comum no manejo dos problemas ambientais durante as décadas de 70 e 80. Assim o esforço inicial maior foi a divulgação do conceito de produção mais limpa, ou prevenção da poluição. Depois a disseminação de informações do CNTL passou a ser feita em nível técnico contanto com o acesso ao banco de dados das Nações Unidas e mantendo convênios/parcerias com universidades nacionais e estrangeiras.

2. Implantação de Programas de Produção Limpa nos Setores Produtivos

Aqui é aplicado a metodologia fornecida pela UNIDO onde a equipe de consultoria do CNTL elabora, para uma indústria específica, um projeto de Produção mais Limpa. Em vez de se pensar o que fazer com os resíduos, a pergunta feita é: “tenho resíduos, onde, como e por que são gerados”? Após a auditoria, são apresentados à indústria opções de Produção mais Limpa e de Tecnologias Limpas, que são implementadas conforme as prioridades estabelecidas pela empresa. Simultaneamente é feita a capacitação de colaboradores da própria empresa, com a finalidade de que esta incorpore a cultura de Produção mais Limpa, tornando-a uma estratégia ambiental contínua.

3. Capacitação de Profissionais

Os treinamentos oferecidos pela CNTL são organizados de acordo com sua finalidade específica: capacitação de colaboradores em nível de planta industrial, acompanhando a implantação da metodologia de Produção mais Limpa; capacitação de consultores; cursos de legislação ambiental, economia ambiental e na área de energia; cursos em parceria com universidades, em nível de pós-graduação.

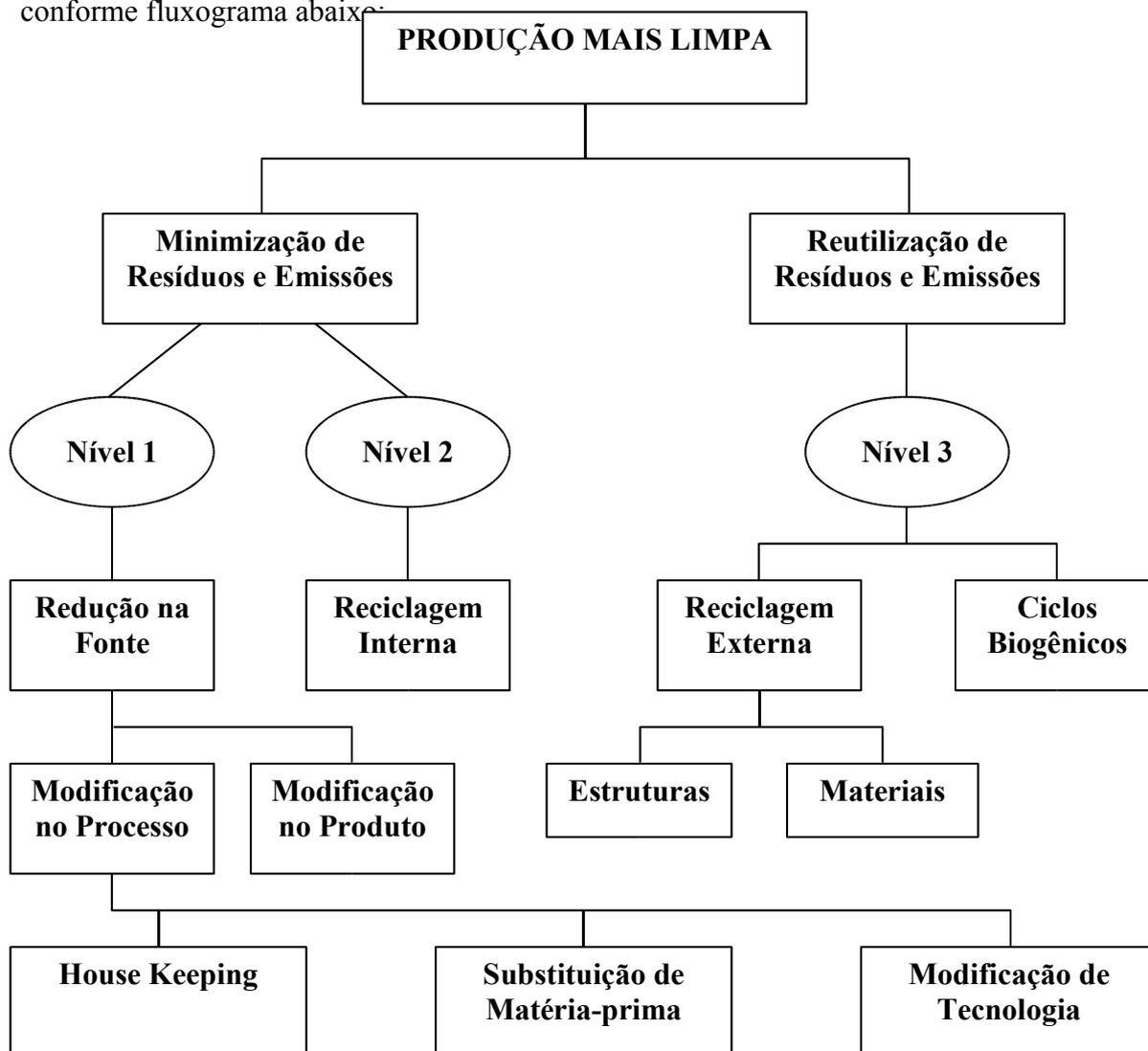
4. Atuação em Políticas Ambientais

Busca-se firmar o conceito de desenvolvimento sustentável através do uso de Produção Limpa, apoiar os setores produtivos na adoção desta metodologia em seus processos; buscar o estabelecimento de linhas de crédito; auxiliar na transferência de t. ls.; influir na adequação das legislações ambientais de forma a torná-las compatíveis com a realidade atual e expandir a competitividade da indústria brasileira, tornando-a apta a responder aos desafios da nova organização do mercado mundial, com base no desenvolvimento sustentável.

O CNTL sensibiliza sua clientela mostrando que reduzir a poluição através do uso racional de matéria-prima, água e energia significa mais uma opção ambiental e econômica definitiva. Demonstra que diminuir desperdícios implica em maior eficiência na produtividade e menores investimentos em soluções de problemas ambientais, barateando

os produtos finais que conseqüentemente ficam mais competitivos. Mas além dos custos a poluição no chão da fábrica gera risco para a saúde e a segurança dos trabalhadores. Trabalhando com Produção Limpa reduz-se este risco, aumentando-se a produtividade do trabalho e melhora-se a qualidade do produto. Há vantagens também em relação a imagem da empresa frente a comunidade e autoridades ambientais, uma vez que os consumidores de hoje exigem produtos “ambientalmente corretos” e esperam que as empresas sejam responsáveis em relação ao meio ambiente nas suas práticas produtivas.

Visando induzir inovações dentro das empresas a fim de trazer a estas e toda a região um passo em direção a um desenvolvimento econômico sustentado e competitivo, são utilizados três níveis de estratégias para a Produção Limpa e a minimização de resíduos, conforme fluxograma abaixo:



As etapas necessárias seguir, pelas empresas, para executar o programa segundo a metodologia do CNTL para implantação das t. ls., são as seguintes:

1. Identificação do setor;
2. Acordo de parcerias CNTL + empresas;
3. Pré-avaliação da empresa;
4. Estabelecimento de pré-programa de demonstração;
5. Treinamento inicial para elaboração do diagnóstico tecnológico/ ambiental;
6. Elaboração do diagnóstico;
7. Avaliação do diagnóstico;
8. Elaboração do estudo de viabilidade dos itens levantados pelo diagnóstico;
9. Programa de implantação de t.ls.;
10. Definição de indicadores / continuação;
11. Documentação dos resultados.

As empresas podem optar pelo enfoque mais adequado ao seu processo industrial, considerando:

- técnicas de redução de emissão na fonte;
- adequação às exigências ambientais;
- técnicas de monitoramento de emissões de gases, efluentes líquidos e resíduos sólidos;
- implantação de equipamentos de controle das emissões, efluentes e resíduos;
- treinamento e implementação de procedimentos e instruções de trabalhos específicos;
- operações de reciclagens internas e otimização no consumo de energia, água e matérias-primas;
- segregação de redes hidráulicas;
- saúde ocupacional.

A primeira avaliação dos resultados do programa no período 96/97 mostra os seguintes resultados alcançados pelas empresas:

- | | |
|--|-----------------------------|
| • número de empresas participantes | 11 |
| • redução na geração de resíduos perigosos | 96 ton/ano |
| • redução no consumo de matérias-primas | 120 ton/ano |
| • redução no consumo de energia | 1.660 Mwh/ano |
| • redução no consumo da água | 120 mil m ³ /ano |

- investimentos necessários R\$ 220 mil
- benefícios econômicos obtidos R\$ 497 mil/ano

Pode-se depreender daí que cada empresa metalúrgica deste porte, antes da adoção de t. ls., joga no meio ambiente, em média, 25 kg de resíduos tóxicos por dia além de refugo (geralmente limalha de aço contaminada com óleo) na ordem de 30 kg. Desperdiça energia suficiente para alimentar 70 casas (famílias de quatro pessoas) e água para 100 casas. E mesmo que estas 11 empresas estivessem pagando perto de meio milhão de reais por ano pelo desperdício os custos para recuperação do meio ambiente e os custos sociais da carência de infra-estrutura num país pobre (o desperdício de um é a falta de outros) são muitos maiores que isso. Somente a conta de luz (R\$ 40,00/mês/casa) e água (R\$ 10,00/mês/casa) destas famílias somaria R\$ 456 mil/ano, pouco restando para a recuperação do meio ambiente. Sem contar o efeito cumulativo de tamanho desperdício ao longo dos anos.

Pode-se dizer que o programa vem crescendo com relativo sucesso já que em meados de 1999 contava com a adesão de 32 empresas entre mais de cinco ramos da indústria, além de serviço, em três estados da federação. Assim o tema das t. ls. tem se revelado de elevada importância para entender a postura pró-ativa em relação às questões ambientais que aplicada como ferramenta da qualidade para alcançar a melhoria contínua do sistema, fundamenta um Sistema de Gerenciamento Ambiental (SGA), certificado internacionalmente pela norma ISO - 14001, o que denota uma sensível mudança de comportamento por parte dos empresários no que se refere a questão do meio ambiente.

1.4 Os Marcos Teóricos do Ambientalismo Multissetorial e da Modernização Ecológica

Como o objetivo do trabalho é saber os motivos pelos quais algumas empresas estão adotando t. ls., buscou-se no debate acadêmico sociológico brasileiro, teorias bem aceitas que respondessem as hipóteses previamente levantadas em nosso pré-projeto de estudo de caso.

Foi somente nos anos 90 que a sub-área, freqüentemente denominada como, “sociologia ambiental” pode produzir um impacto significativo na disciplina a qual pertence, a sociologia geral, com a entrada do debate sobre modernidade e meio ambiente. Mesmo que ela já houvesse sido institucionalizada como uma especialização dentro da

sociologia desde os anos 70 nos EUA, contrapondo-se ao paradigma antropocêntrico da tradição sociológica, autores como F. Buttel (1986) viam nas vertentes da época, baixo poder de impacto dentro da sociologia geral, não podendo-se visualizar na sociologia ambiental, de então, capacidade de “reorientar” a disciplina maior.

Dentro desta perspectiva surge no meio acadêmico brasileiro a teoria do Ambientalismo Multissetorial. Mesmo que tenha sua gênese como uma análise do movimento ecologista: conforme mapeamento de Vieira (1995), focalizando “o papel do ecologismo enquanto expressão de interesses de setores médios na transformação do tecido social” no município de Florianópolis (Viola e Boeira, 1990): esta abordagem, partindo de uma análise histórica desde as mudanças modernizadoras dos anos 70 (período formativo do ambientalismo no Brasil em que este movimento ainda era bissetorial: agências estatais e associações civis) conforme Viola e Leis (1991), passando pela interpretação do papel crucial do empresariado e depois de setor mais espiritualizado, em Leis e D’Amato (1995), chega ao final da década como uma análise completa e acabada da trajetória do ambientalismo no contexto da grande crise da modernidade (insustentável) como aponta Leis (1999).

Já na Europa (Reino Unido, Holanda, Alemanha) em meados dos anos 90 alguns autores empreenderam pesquisas empíricas na sub-área da sociologia ambiental buscando evidenciar as inter-relações entre a crise ambiental e as mudanças institucionais da modernidade, como também alguns processos de reestruturação produtiva visando a sustentabilidade ambiental (Mol, 1995; Spaargaren, 1996; Hajer, 1997).

Estas pesquisas estavam embasadas na produção teórica da sociologia geral que tratara, entre outras, da questão ecológica como um dos indutores de transição da modernidade para, o que denominaram, “modernização reflexiva”, apesar de suas diferentes conclusões e posicionamentos (Bech, 1997; Giddens, 1997; Bauman, 1994). Daí denominarem sua teoria de Modernização Ecológica.

Como a mudança do comportamento empresarial em questão é recente (a adoção de tecnologias e procedimentos pró-ativos no lugar dos reativos tipo fim-de-tubo) as abordagens teóricas que pudessem compreendê-la também deveriam sê-la, já que “a coruja alça vôo ao entardecer”. Estas teorias estão no centro debate atual em sociologia ambiental e parecem responder às nossas necessidades explicativas.

1.5 O Dispositivo de Análise: Análise de Discurso

Sendo nosso objetivo compreender mudanças de comportamento do empresário industrial quanto ao tratamento do tema do meio ambiente, seria de supor que deveríamos ouvi-los. Mas que tratamento daríamos aos dados? Se a fala, o discurso, é um produto do simbólico, como ele produz sentidos?

No campo da lingüística as teorias que se propõe a trabalhar o tema da significação são, entre outros, a Pragmática e a Análise de Discurso (A.D.). A Pragmática estuda a relação entre os signos e seus usuários (nas vertentes da lógica e a behaviorista) ou o que pensa o usuário em sua relação de interlocução com outro usuário, em uma situação de comunicação. Aqui há uma subdivisão em três direções:

- análise conversacional – considera que o significado existe em função da intenção do locutor e do reconhecimento dessa intenção pelo ouvinte;
- teoria dos atos de linguagem – considera que a linguagem não é usada para informar mas para realizar vários tipos de ação;
- teoria da enunciação ou semântica argumentativa – concebe a linguagem como ação e simultaneamente coloca as noções de “diálogo” e de “argumentação” em questão. O que caracteriza a teoria da enunciação é que ela coloca no centro da reflexão o sujeito da linguagem, o locutor em sua relação com o destinatário.

A teoria da enunciação poderia contribuir, em nosso caso, na análise do modo de representação do sujeito do discurso, verificando as formas de indeterminação do sujeito semanticamente. Poderia-se a partir do conceito de dialogia de Baktin, passando por sua releitura na teoria polifônica de Ducrot, analisar os enunciados isoladamente. Seria de grande valor heurístico mas insuficiente para atingir nossos objetivos, principalmente a distinção: locutor (aquele que é tido como fonte do discurso) x enunciador (o ponto de vista que apresenta os acontecimentos). Como esta abordagem complicaria nossa tarefa, incluindo o problema da indeterminação do agente verbal na observação da organização textual, em pouco contribuindo para as conclusões finais, deixaremos-la para outros trabalhos.

Já a Análise de Discurso (A.D.) tem como proposta básica considerar a relação da linguagem com a exterioridade (as condições de produção do discurso: o falante, o ouvinte, o contexto da comunicação e o contexto histórico-social-ideológico). Sendo que estas condições estão representadas por formações imaginárias. Trata-se de uma teoria crítica de produção de linguagem. Esta teoria possui duas correntes: uma linha americana e outra européia.

A escola americana trata a frase como um discurso curto e o discurso como uma frase complexa. Nele pode-se mudar a unidade de análise sem mudar significativamente a teoria ou o método. Nessa linha não se fala do significado do texto, mas apenas se determina como são organizados os elementos que o constituem. Por isso também nos parece de pouca valia para analisar o caso em tela.

Para a linha européia o discurso tem a regularidade de uma prática como as práticas sociais em geral. Ela introduz, através da noção de sujeito, a de ideologia e a de situação social e histórica, trazendo a baila as questões de poder e das relações sociais. O discurso é definido como efeito de sentido entre locutores e o que se diz é resultado da relação de sentidos estabelecido por eles num contexto social e histórico. Seu objetivo é mostrar o funcionamento do discurso, observando sua articulação com as formações ideológicas, daí sua proximidade com as ciências sociais.

“Para a análise de discurso, a linguagem é produzida pelo sujeito, em condições determinadas, e quem a analisa deve procurar mostrar o seu processo de produção.

Para dar conta disso, propõe fazer confluírem conhecimentos lingüísticos, sócio-históricos e ideológicos” (ORLANDI, 1986, p. 64).

Nossa filiação nesta pesquisa dar-se-á com a escola francesa (européia) da análise de discurso (A.D.) por possibilitar-nos apreender o componente ideológico em sua historicidade, o que nos será de grande valia para compreender os processos de constituição não só dos sentidos como também dos sujeitos, dos quais buscamos interpretar os discursos.

Capítulo II

ESCOPO TEÓRICO

2.1 O Ambientalismo Multissetorial

Para identificar as razões das transformações das percepções e comportamentos do empresariado, reestruturando suas empresas frente a crise ambiental, autores como Viola e Leis (1991) no marco conceitual da “Razão Comunicativa”, Viola e Boeira (1990), abrem caminho para pesquisas empíricas com a abordagem do ambientalismo multissetorial.

Conforme Viola e Leis (1991) os primeiros antecedentes do ambientalismo no Brasil são de caráter preservacionista e remontam a 1958, mas é com o aprofundamento das mudanças modernizadoras dos anos 70 que amplificam-se os espaços às questões ambientais. Neste período formativo do ambientalismo no Brasil dois atores se destacam: “por cima” agência estatais de meio ambiente e “por baixo” as associações ambientalistas. Trata-se de um movimento bissetorial de relações complementares e contradições em que a problemática ambiental era recortada pelo controle da poluição urbano-industrial e agrária e pela preservação dos ecossistemas naturais. A progressiva disseminação da preocupação pública, interna e externa ao Brasil, com a deterioração ambiental transforma o ambientalismo num movimento multissetorial e complexo, na segunda metade da década de oitenta (Viola e Leis, 1995). O ambientalismo multissetorial está constituído por 8 setores (incluídos os dois anteriores):

- Cientistas;
- Associações e grupos comunitários ambientalistas;
- As agências de meio ambiente;
- O sócio-ambientalismo constituído por ONGs e movimentos sociais que mesmo tendo outros objetivos incorporam a proteção ambiental como princípio importante;
- Um reduzido setor do empresariado, objeto de nossa investigação, que começa a pautar seus processos produtivos e investimentos pelo critério da sustentabilidade ambiental;
- Políticos profissionais;
- Educadores, jornalistas e artistas;
- Religiosos.

A participação do empresariado, mesmo sendo a mais fraca entre os cinco setores do ambientalismo multisetorial, é de grande importância estratégica já que sem ele dificilmente o ambientalismo passaria para uma fase onde o desenvolvimento sustentável venha a se transformar num eixo central de propostas realistas. Tem havido uma tendência a orientação de investimentos e gestão de processos produtivos, segundo critérios de proteção ambiental. Esse setor pretende compatibilizar o lucro individual com o interesse social de longo prazo (Viola e Leis, 1991).

E. Viola & S. Boeira (1990) haviam diagnosticado que a percepção do ambientalismo em cada setor da sociedade no Brasil ainda era muito auto-centrada, longe da visão ampla do envolvimento de cada setor no ambientalismo visto em países como Nova Zelândia, Suécia, Finlândia e Noruega. Mas eram otimistas quando ao futuro papel do Brasil no tema uma vez que vislumbravam para os anos 90 um desenvolvimento simultâneo do ambientalismo em cada setor bem como sua articulação interpessoal.

O que se viu na última década do século foi o acirramento da competitividade das empresas (e dos países a reboque) a nível global e a busca desenfreada por novos mercados consumidores, num grande movimento de concentração e centralização do capital e de uma nova redivisão internacional do trabalho. A necessidade de competir tornou-se orgânica e transferiu-se das empresas para os Estados tornando-se também uma regra de convivência entre as pessoas. Uma nova ética e novos valores operacionais tornam-se imperativos em face aos mecanismos de globalização. Tal movimento dificultou a articulação interssetorial harmônica do ambientalismo uma vez que desenvolveu-se de forma anômala no setor empresarial, mais como elemento da competitividade do que de uma mudança de consciência. “As políticas empresariais de preservação do meio ambiente deixaram de ser consequência de uma cobrança das leis federais e estaduais para se tornarem um requisito indispensável à competitividade, principalmente no mercado internacional” (G.M. SC 17/09/98). Além do que, inviabilizou qualquer forma de debates como a proposta de Viola & Leis (1997) de um modelo político-comunicativo (consensual) como os ENAs (Espaços de Negociação Ambiental).

Autores como Viola e Leis apontam que algumas frações do setor empresarial tendem inclusive a apoiar financeiramente organizações ambientalistas profissionais para assessorá-los uma vez que sendo exportadores para países avançados tem de lidar com normas rigorosas de qualidade de produtos e processos, exigências quanto a reciclagem de materiais industriais e resíduos sólidos, etc. Um exemplo é a fundação em 1991 da

Sociedade Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável. Daí pode-se, esperar que a partir da dinâmica internacional o ambientalismo multissetorial brasileiro poderá aumentar a responsabilidade do setor empresarial, orientando através do mercado, que em conjunto com os setores associacionistas e sócio-ambientalistas, de orientação estatista e comunitária, poderão condicionar um modelo de desenvolvimento sustentável brasileiro. A hipótese de que daí decorre é que as diversas vertentes do ambientalismo, a despeito da entrada do setor empresarial e político e da ainda não consumação do religioso, poderão constituir-se num movimento de grandes transformações civilizatórias (Leis, 1995).

“Partindo de um diagnóstico sumário da crise do meio ambiente em nível planetário, Viola e Leis (1990, 1991) concentraram-se na avaliação do papel do ecologismo na modificação das relações Norte-Sul, extrapolando através de cenários prospectivos as alternativas de evolução para a década de 90” (Vieira, 1995).

Os autores levantaram quatro cenários alternativos de saída da desordem global da biosfera para a década de 1990:

1. Continuidade desequilibrante - pouco provável – implica num fracasso total do ecologismo, e um avanço acelerado na direção de uma catástrofe ecológica planetária que teria um extraordinário custo físico, biológico e antropológico.
2. Eco-autoritário - muito provável – seriam impostos controles globais, de cima para baixo, ao nível mundial e nacional; um acordo entre as elites das potências do sistema de poder mundial tenderia a congelar a atual estrutura de poder estabelecendo *restrições ecológicas diferenciais aos sistemas produtivos e modos de vida*. Este cenário supõe uma lenta e limitada capacidade de aprendizado da humanidade, incluindo o fracasso do papel organizador e o sucesso do papel conscientizador do ecologismo.
3. Centralismo ecológico-global com auto-organização democrática local - provável – supõe combinação entre papel organizacional, parcial, do movimento ecológico, e o estabelecimento de controles globais seletivos por uma tecnocracia. A capacidade de aprendizado da humanidade seria significativa, mas não suficientemente rápida, o que exigiria a imposição de *restrições ecológicas* aos sistemas produtivos e modos de vida, mas menores que o cenário anterior.

4. Auto-eco-organizador global - utópico – supõe um sucesso total do poder organizador do ecologismo incluindo inclusive uma mudança na própria natureza humana.

Dentre estas quatro possibilidades a adoção de t. ls. parece enquadrar-se melhor no 3º cenário com a ressalva de que não é impositiva. Está adaptada ao papel cada vez mais difuso e pouco organizador da ONU e a predominância da regulamentação via mercado, que vigora em nossos dias.¹ O controle parte de tecnocracias centralizadoras mas como proposta e incentivadas pela racionalidade cognitivo-instrumental (novas tecnologias que reduzem o desperdício, melhoram a imagem da empresa e geram ganhos de competitividade reduzindo custos de produção). É uma condição mais branda que o demonstrado pelo 3º cenário mas que aponta em sua direção caso não logre o sucesso esperado, vida e emergência da questão ambiental global.

Combinada com S.G.A., ISO 14001, promoção do consumo ecologicamente consciente, e barreiras alfandegárias não tarifárias, a adoção de t. ls. surge em meio a uma série de indicadores de mudanças comportamentais do empresariado industrial que podem não ser suficientes para reverter as principais conseqüências da atual crise ambiental:

- pobreza;
- escassez de recursos naturais;
- mudanças climáticas globais;
- desflorestamento;
- desertificação;
- perda de biodiversidade;
- perda de diversidade cultural;
- contaminação e/ou degradação de ar, água potável, terras e mares (ex.: chuva ácida).

Em Viola & Leis (1995), frente a emergência de uma sociedade de mercado em que os Estados Nacionais se enfraqueceram e os problemas sócio ambientais globais se intensificaram, os autores lançaram mão do conceito de desenvolvimento sustentável para pensar a possibilidade de convergência e cooperação entre os setores visto o crescimento do peso significativo de forças com um enfoque comunitário no Brasil.

¹ Conforme S. Lash (1997, p. 253) vivemos em um capitalismo literalmente desorganizado no sentido do declínio das instituições e organizações. Isto porque tanto as mudanças socioculturais intensivas quanto as extensivas estão cada vez mais ocorrendo fora das instituições / organizações. As relações sociais na modernidade “reflexiva”, são cada vez mais extra-institucionais. Daí a importância da dimensão cultural em nossas instituições e na sensibilidade da vida privada.

O conceito de desenvolvimento sustentável pressupunha uma série de objetivos e políticas ambientais apresentados no relatório: Nosso Futuro Comum (1991, p. 53):

- Retomar o crescimento;
- Alterar a qualidade do desenvolvimento;
- Atender às necessidades essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento;
- Manter um nível populacional estável;
- Conservar e melhorar a base de recursos;
- Reorientar a tecnologia e administrar o risco;
- Incluir o meio ambiente e a economia no processo de tomada de decisões. O que recolocaria a relação homem / natureza noutras bases tornando o primeiro responsável pelos efeitos de sua ação contra o segundo e contra a própria humanidade visto os problemas ambientais perdurarem no tempo. Por gerar polêmica sua interpretação produziu 3 (três) possibilidades básicas, segundo as instituições que se propõe hegemônicas e conforme o tratamento privilegiado adotado aos princípios: econômico da eficiência alocativa e ético da equidade social.

| Instituição | Estado | Sociedade Civil | Mercado |
|----------------------|---------------|------------------------|----------------|
| Princípio | | | |
| Eficiência alocativa | X | | X |
| Equidade social | X | X | |

(Adaptado de Leis, 1999)

A possibilidade de equilibrar os 2 (dois) princípios dependeria da capacidade normativa e reguladora do Estado, hoje mais propícia nos países da Europa ocidental e nórdicos e pouco provável na América Latina em que o refluxo da globalização e do endividamento na economia “cassino” tem acirrado as carências e o empobrecimento uma vez que tem drenado os recursos necessários a áreas sociais chegando próximos da ingovernabilidade.

Para que o processo em direção a uma sociedade sustentável fosse conduzido sob a hegemonia da sociedade civil seria necessário a predominância de organizações de base, grupos comunitários, movimentos sociais e ONGs. No caso do ambientalismo somente algumas ONGs tem visado este papel sendo que muitas delas tornaram-se consultorias e tem adotado o ponto de vista do mercado.

O que prevalece hoje é mesmo a visão empresarial que prioriza a eficiência alocativa e defende o pressuposto que uma vez demandado pelos consumidores “verdes” o produtor protegerá o meio ambiente. Os defensores desse enfoque rejeitam o sistema de regulação estatal e as manifestações populares, fora do âmbito do mercado. Para poder legitimar esse ponto de vista, despolitizou o conceito de desenvolvimento sustentável e tem “colonizado” o tema do ambientalismo subvertendo-o a sua lógica (racionalidade cognitiva-instrumental), uma vez que incapaz de atingir todas as dimensões da sustentabilidade: social, econômica, ecológica, espacial e cultural.

O Ambientalismo Multissetorial desloca seu eixo em Leis (1999) quando o autor ao constatar as limitações do ambientalismo como conceito que contivesse uma carga transformadora na direção de uma utopia-realista, o remete ao campo do simbólico, da subjetividade (anti-sistêmica) na forma de seus ethos, cuja operação, neste lugar, o tornaria “capaz de subverter-desconstruir a vigente construção social homogênea da realidade”, (no âmbito da pólis). “Desconstrução a partir da qual são gerados, obviamente, condições facilitadoras para atender aos problemas pontuais” (Leis, 1999, p.228) (no âmbito do Oikós). Isto também responderia a uma questão recorrente sobre a virtude paradoxal do ambientalismo que embora crítico da modernidade, aponta uma maior cooperação entre grupos de interesses contraditórios, porém igualmente orientados pelo objetivo da modernidade.

“As várias vertentes e setores do ambientalismo têm entre si uma concordância num plano profundo, a qual permite aos diversos atores ser cooperativos apesar de suas diferenças e antagonismos. Essa ‘concordância das diferenças’ não remete a nenhuma razão universal que determina o papel das particularidades com rigor lógico-instrumental. Essa concordância está na forma de perceber e entender o mundo, mas não no conteúdo que é percebido e entendido. A concordância se faz possível porque o ambientalismo busca sempre, em todas as suas variantes, produzir englobamentos hierárquico-solidários de todos os aspectos da realidade. Em outras palavras, o ethos do ambientalismo iguala e hierarquiza os diversos aspectos da realidade ao mesmo tempo, por isso, é amoroso. A ordem igualitária da modernidade está obrigada a organizar a diversidade a partir de um critério universal” – como por exemplo o sujeito jurídico –, “por isso não pode amar (nem governar em última instância)” (Leis, 1999, p. 228).

O ambientalismo teria completado seu ciclo ao passar por todos os setores multiplicando e combinando “visões e atores em seu interior, ressignificando cada um deles dentro do conjunto, ao ponto de ser impossível explicar o resultado final como simples jogo de interesses” (Leis, 1999, p. 229). O entendimento do fato não se daria a partir de visões disciplinares da ética ou da ciência em seu sentido estrito (o que seria uma limitação

da análise de Layrargues, 1998) mas partindo-se de uma síntese sincrética entre elementos estéticos, epistêmicos e espirituais, fora do racionalismo utilitarista antropocêntrico dos modernos e sim através de *vivências* que privilegiem a subjetividade, orientadas por metáforas, imagens e valores pré-pós-modernos. Para compreender-se o papel do ambientalismo na crítica à modernidade teríamos que sair do espaço da modernidade (tanto para trás como para frente) e buscar num “plano profundo” (na forma de perceber o mundo) o lugar onde a concordância entre os setores da sociedade se faz possível.

Para trás (pré-modernidade), H. Leis encontra-se com Nietzsche para quem os pré-socráticos mantinham a unidade entre o pensamento e a vida; o pensamento afirmando a vida e esta estimulando aquele. Em lugar de vida ativa e de um pensamento afirmativo a filosofia a partir de Sócrates (e posteriormente, ao cristianismo) propunha-se julgar a vida, opondo a ela valores pretensamente superiores, medindo-a por eles, impondo-lhe limites, condenando-a. Trata-se, segundo o autor de “O Nascimento da Tragédia”, de uma degeneração.

Segundo Nietzsche o auge da tragédia grega foi da convivência entre a harmonia e a ordem apolínea e a desordem e a música dionisíaca, complementares que foram separados pela civilização, como também o foram o trabalho manual e o intelectual, o cidadão e o político, o poeta e o filósofo, Eros e Logos. A cidade-Estado assinala o fim da Grécia antiga e de sua força criadora. Sua tese é de que a decadência do culto a beleza na direção da disputa dialética tornou-se necessária porque a vida se torna ameaçada de dissolução sendo mister lançar-se mão de “razão tirânica” para dominar os instintos contraditórios (Nietzsche, Os Pensadores, 1978, p. VII).

A filosofia, o cristianismo e o pensamento científico cartesiano sucederam a Grécia antiga. Hoje vivemos a crise do paradigma da ciência moderna (e seu modelo de racionalidade que pretende-se a “sabedoria” de nossa época) e muitos clamam para que o conhecimento volte a ser uma aventura “encantada”. Não podemos voltar no tempo mas uma dimensão, como a estética, pode ser incorporada à ciência, conforme já apontado por Poincaré, Kuhn, Polanyi, Popper. Exige-se assim uma aproximação com o discurso artístico e literário, como por exemplo o uso de metáforas na ciência (Boaventura de S.S., 2000, p. 92).

Se os valores são uma construção humana mas facilmente esquecida sua autoria, como apontava Nietzsche em “Humano, demasiado Humano”, a lembrança de tal fenômeno pode ser possibilitada pelo papel metafórico do ambientalismo como vivência da falsa transcendência e eternidade dos valores modernos. O ambientalismo poderia emprestar à

ciência sua dimensão estética. Mas enquanto isso não ocorre os defensores dos antigos valores, ainda hegemônicos, relutam em abrir mão da “transcendência” da razão instrumental e igualitária moderna, sendo, aparentemente, o âmbito do discurso o único lugar onde os vários setores da sociedade entram em concordância.

Para frente, (pós-modernamente) H. Leis pensa (com H. Jonas) a necessidade de integrar o que foi disperso pela modernidade, especialmente o conhecimento científico sobre a natureza com as posições éticas e religiosas. Cita o filósofo francês M. Serres porque seu enfoque no “Contrato Natural” recupera uma visão espiritual-transcendente necessária para enfrentar-se o problema atual da negligência (falta de responsabilidade). E para restabelecer o elo entre humanidade e natureza demanda-se um ser amoroso. Mas, estão hoje os seres humanos em condições sociais e/ou políticas para serem amorosos?

Para Leis o ambientalismo teria a tarefa de revisar o papel da idéia moderna de igualdade. Idéia esta que permitiu a expansão sem limites da racionalidade instrumental, a qual se viu liberada de qualquer ônus ético pela consequência de suas ações (tanto na sociedade como na natureza). Tomando de L. Dumont a idéia de hierarquia como uma relação ordenadora que permite o englobamento do ser contrário, H. Leis critica o igualitarismo jurídica e aponta o *ethos* do ambientalismo como possibilidade pós-moderna. Abandona Habermas que quer usar o Iluminismo para proteger o mundo da vida dos excessos das consequências negativas do próprio iluminismo (insistindo no antropocentrismo e no caráter da razão frente a multiplicidade de vozes existentes – ex. novas comunidades culturais envoltas numa reflexividade hemenêutica, a lá Lash) e adentra no culturalismo, distanciando-se da sociologia científica, sem, no entanto, apresentar uma teoria cultural.

Se a problemática ambiental opera simbolicamente (Criando imagens, metáforas e valores) seu caráter subjetivo deveria contribuir para a *criação cultural da realidade*. O lado pós-moderno do *ethos* ambientalista deve pressupor a existência de uma esfera cultural diferenciada (emancipada) da vida social, política e econômica. Um meio pelo qual o ambientalismo como *construção social da realidade* pode operar, são as mídias, onde ecologistas, empresários e políticos poderiam disputar, em torno de um conjunto de significações ambientalizadas, a “audiência” do público, para legitimar a sua estruturação da realidade em confronto com as demais. Outro meio seria a disputa pedagógica no campo da educação ambiental (uma pedagogia crítica?). Outro ainda poderia ser a legitimação pela ciência “desnegligenciada” por força de valores éticos espiritualizados...

Para que fosse possível a desconstrução da hegemonia vigente (valores modernos como o igualitarismo jurídico) e o reordenamento hierárquico (re) estabelecido, deslegitimando a racionalidade instrumental, uma subjetividade anti-sistêmica deveria povoar o campo do simbólico. Mas ao que parece, como visto em Costa, Alonso e Tomioka (1999), quando em confronto, posições preservacionistas e desenvolvimentistas são respaldadas pela sociedade tanto por sua capacidade persuasiva como também conforme a magnitude dos ganhos (econômicos) que oferecem.

A questão ambiental e seus dilemas já influem de uma forma ou de outra na vida social mas não poderão ser relevadas nos comportamentos pontuais enquanto estiverem descoladas de alternativas concretas aos problemas reais, da vida cotidiana. Se o padrão de produção/consumo e o comportamento referencial mantiverem-se acima da capacidade de sustentabilidade, este modelo de sociedade em breve atingirá seu esgotamento. Para que o padrão de reprodução da vida fosse compatível com as possibilidades da natureza, e englobe a todos, uma outra proposta de sociedade estaria em questão, mas não parece ser este um ponto de vista dominante, nem mesmo no campo simbólico.

Prisioneiros da modernidade, as teorias sociais e políticas não lograram responder adequadamente aos desafios da questão ambiental. O lugar onde a concordância entre os vários setores (com interesses diversos) se fizesse possível, seria o do encontro sincrético entre a ciência, a religião, a arte, a filosofia e a sabedoria popular (portanto fora do âmbito da modernidade) em que o ponto seria a solução para os desafios ambientais da vida contemporânea. M. Serres fala de uma experiência ocorrida há alguns anos, próxima de algo desse tipo, que fracassou.² Não nos parece suficiente que temas como ciência-e-ética ou o *ethos* ambientalista sejam tratados de forma isolada sem que estejam sistematicamente correlacionados com novas propostas (alternativas ou não) de prover a reprodução material da existência humana e da vida em geral. Mas o Ambientalismo Multissetorial pressupõe um “plano profundo” no qual o entendimento se torne possível e no qual pelo amor encontra-se a única dimensão (exaurida as possibilidades da ciência e da política) onde apareçam vinculadas as duas relações que os seres humanos mantêm: com o próximo e com

² Há 15 anos, no Japão, conjuntamente com a reunião do G-7, reuniram-se 3 representantes das ciências de cada país (biólogos, médicos, ...). A Alemanha mandou um jesuíta, o Canadá um pastor protestante, a França um filósofo (M. Serres)... Fizeram-se perguntas referentes à ética da ciência, ao ambiente, etc... Reuniram-se em Paris, Berlim e Tóquio. E fracassaram totalmente. Não conseguiram resolver nenhum problema porque não podiam formular as perguntas da mesma forma, pelo fato de um ser japonês, outro canadense, enfim, de culturas diferentes. Mesmo as questões éticas oriundas da ciência, tiveram o obstáculo da diversidade de cultura. Serres questionou então a disciplina, achava que deveria ser a do Direito e não da Ética. O discurso do Direito pode ser intercultural. A questão do ambiente poderia ser abordada de acordo com o discurso jurídico, daí o livro “O Contrato Natural” (M. Serres, comunicação oral, TV Cultura, programa Roda Viva).

a natureza. É o que pretendemos “perscrutar” no discurso empresarial, setor em ascenso no ambientalismo nesse momento histórico e no qual predomina uma visão instrumental e/ou reducionista, estreita aos seus interesses, e que parece estar sobrepondo-se aos demais discursos.

2.2 A Modernização Ecológica

No que tange as transformações da modernidade quando confrontada com a crise ambiental, cabe levar em conta as análises elaboradas por A. Mol (1997) e M. Hajer (1997), entre outros, na perspectiva da modernização ecológica no marco conceitual da modernização reflexiva de V. Beck (1997), A. Giddens (1997) e outros. A Teoria da Modernização Ecológica (T.M.E.) nasce como uma resposta às questões que surgem ao final da década de oitenta, como a de saber até que ponto a crise ambiental estaria contribuindo à reestruturação da produção.

Partindo de várias visões a respeito da crise ecológica como consequência da modernização reflexiva em autores como U. Beck (1997), A. Giddens (1997), S. Lash (1997) e Z. Bauman (1994), a conclusão a que Mol (1997) e Hajer (1997) chegam é que de fato para se preservarem as bases de sustentação das sociedades atuais estão ocorrendo transformações em suas instituições sendo que algumas são induzidas ambientalmente, o que justificaria, nos anos 90, a passagem do meio ambiente para o centro dos processos de mudança social contribuindo significativamente para a teoria social contemporânea.

Na visão de A. Mol e M. Hajer os autores da modernização reflexiva não haviam deixado claro a natureza das relações entre crise ambiental e transformações institucionais. Para U. Beck, em particular, a questão ambiental foi essencial para transição da modernização simples e para a modernização reflexiva quando ao final dos anos 70 ocorreram mudanças fundamentais nas instituições da sociedade industrial através de dois processos: o da individualização e o das ascensão da sociedade de risco, onde há uma intensificação e uma globalização dos riscos ambientais em que diminuem as possibilidades de escapar da falha da instituição central da modernização simples (a destruição institucionalizada da natureza pela indústria) controlando estes riscos ao ambiente e à integridade física. Reflexividade para Beck é a auto-produção do perigo inerente à

modernidade que leva à crise ecológica que por sua vez constantemente ameaça a ordem social moderna.

Com o intuito de verificar empiricamente, em países avançados, a atual reorganização e transformação reflexiva da produção (acreditando que a “falha do desenho” estrutural da modernidade pode ser reparada, aproximando a racionalidade ecológica da econômica, num processo de modernização da modernidade) e de políticas públicas seguindo critérios ecológicos, que autores europeus lançaram mão da T.M.E. É o caso de Mol (1997) e Spaargaren (1996) ao estudarem a produção e o consumo na Holanda, Hajer (1997) ao comparar políticas públicas na Holanda e Inglaterra induzidas pelo problema da chuva ácida, Weale (1992) ao analisar políticas de contaminação na Inglaterra ou Janicke (1990) verificando as transformações industriais induzidas pela ecologia em seus países.

Tendo como pano de fundo o pressuposto lançado pelo sociólogo alemão Joseph Huber, um dos fundadores da T.M.E., de que o principal problema das sociedades industriais contemporâneas é a colonização da sócio-esfera (mundo da vida) e da eco-esfera (natureza) pela tecno-esfera (sistema industrial e o mercado), aqueles autores construíram uma abordagem teórica a partir de suas análises das transformações e práticas sociais relacionadas com a produção e o consumo, com a política e os discursos ambientais. A finalidade dessa abordagem consiste em gerar uma compreensão sociológica das transformações que ocorrem nas sociedades industriais contemporâneas quando confrontadas com os desafios ambientais nos anos 90. Assim para eles as “falhas de desenho” estrutural do sistema industrial podem ser reparadas por uma reestruturação eco-social das instituições básicas da “tecno-esfera”. Como para a T.M.E. as instituições centrais da modernidade são a tecnologia moderna e a economia de mercado, serão a partir delas que se fará uma reforma ecológica ou uma ecologização da economia. Daí a importância da trajetória da ciência e da tecnologia, induzidas pelo impacto da modernização reflexiva e da crise ecológica, na direção do “conserto” daquela “falha” do sistema industrial.

Diferentemente do que se pensava nos anos 70, para os defensores desta teoria, desenvolvimento econômico e qualidade de vida, são interdependentes uma vez que as instituições e os mecanismos da economia moderna podem ser transformados de acordo com critérios de racionalidade ecológica, e deverão ser, uma vez que a internacionalização dos efeitos externos tem demandado “standares” ambientais em processos econômicos pelas

Cias de Seguros, instituições de créditos, consumidores globais, organizações de certificação (ex.: sistema ISO), associações industriais, etc.

Com a passagem de ações curativas e reativa (geralmente policiadas pelo Estado) para uma preventiva (cobrada pelos consumidores ou pelas relações internacionais) menos centralizada, um grande número de tarefas deixam a esfera estatal e migram para o âmbito do mercado.

Sinteticamente, as proposições da modernização ecológica são as seguintes:

- Desencompatibilização entre o crescimento econômico e preocupação ambiental (win-win);
- Redefinição da relação entre Estados, sociedade civil e empresas privadas;
- Reconhecimento de uma abordagem supranacional uma vez que a maioria dos problemas de degradação ambiental transcendem fronteiras.

A hipótese central da T.M.E. é a de que a produção industrial nas sociedades ocidentais está sofrendo uma transformação radical induzida por um interesse social crescente acerca do meio ambiente, ao que se chamou de “reestruturação ecológica” ou “modernização ecológica da produção”. Sem esquecer no entanto que este redirecionamento ecológico do processo econômico está marcado por diversos interesses em conflito, lutas sociais e debates ideológicos.

A T.M.E. oferece assim algumas bases conceituais para a análise sociológica deste processo de transformação na busca da formulação de uma teoria social que vise compreender e explicar como e até que ponto a produção industrial está sendo transformada em ecologicamente sustentável. A emancipação conceitual de uma esfera ecológica relativamente autônoma permite analisar até que ponto a ação racional ecológica está institucionalizada nas instituições centrais da modernidade (mercado, Estado, ciência & tecnologia). As racionalidade econômicas e ecológicas estariam interagindo complexamente nos processos de produção/consumo industriais, por meio da *ecologização da economia* e da *economização da ecologia* sendo assim possível o mecanismo de re-encaixe (das práticas econômicas respeitando os limites ecológicos) de acordo com as condições atuais de globalização acelerada e da modernidade reflexiva, na direção do (re)estabelecimento da harmonia entre natureza e a sociedade moderna.

Como a racionalidade econômica, emancipada na modernidade, está intimamente relacionada com as instituições modernas como as estatais e científico/ tecnológicos, e como não se poder reverter no tempo tal processo de desencaixe, a T.M.E. enfoca a

possibilidade de que os processos e práticas econômicas, re-encaixadas pela sua relação com a dimensão ecológica, possam operar dentro das *instituições da modernidade* resultando na institucionalização da ecologia nas *práticas sociais de produção e consumo* (que deveriam considerar ambas racionalidades: econômica e ecológica).

Os instrumentos oferecidos pela T.M.E. para que se possa demonstrar esta mudança de critérios em direção a um movimento de produção e consumo ecologicamente sensíveis são: no âmbito da ecologização da economia, transformações tecnológicas que considerem uma maior racionalidade ecológica e um eco-monitoramento; no que se refere a economização da ecologia; valorizar a natureza como fator de produção, p. ex.: eco-taxas. A adoção de t. ls. parece se enquadrar melhor no primeiro caso.

Quanto as transformações institucionais da sociedade moderna em confronto com a crise ambiental, salienta-se alguma diferença de interpretação. Bauman e Lash vêem tal mudança apenas no âmbito do reconhecimento do problema originando uma sociedade pós-moderna onde para o primeiro conviveríamos com a “ambivalência” e para o segundo, devido a crescente hegemonia das estruturas culturais, isto, envolveria uma reflexividade hermenêutica, ampliada (diferente da reflexividade institucional de Beck e Giddens, uma vez que as relações sociais, na modernidade reflexiva, para Lash, são cada vez mais extra-institucionais). Para Beck e Giddens a modernidade é um projeto incompleto, principalmente no que toca a individualização (segundo eles o motor da mudança social) pois quebrou as antigas estruturas tradicionais (família, Igreja...) mas foi parcial contra outras que as sucederam (sindicados, burocracia governamental, regulamentação taylorista...), devendo a modernização reflexiva completar tal tarefa.

Enquanto a modernização simples situa o motor da transformação social nas categorias de racionalidade instrumental (reflexão) a modernização reflexiva concebe a força motriz da mudança social em categorias: do efeito (reflexividade) para Beck, e na “hermenêutica dupla” (interpretação pelo agente social e pelo sistema especialista) para Giddens. Em nossa pesquisa concentraremos o foco no âmbito da produção e lateralmente falaremos do consumo e do mercado.³

³ Ao tratamento dos mercados como instituições nos diz S. Lash (1997, p. 253): “são tipos muito especiais e instituições. São as menos regulamentadas das instituições; compreendem a faixa mais limitada de expectativas normativas recíprocas; seus relacionamentos sociais tem uma duração muito mais breve que em outras instituições. A lei que os mercados preeminentemente pressupõe é a lei contratual, mediante instituições que, por definição, são tão caracterizadas pelo “status” quanto pelo “contrato”. A medida do pressuposto dos mercados de confiança é frequentemente limitada ao aparecimento do “oportunismo”. Finalmente, tem se observado que os mercados operam empiricamente como relacionamentos a longo prazo, ou seja, relacionamentos a de fornecedor-comprador. “Tendem ao não-contrato; relações de cooperação e confiança, aqui, são de duração limitada e de abrangência restrita, não configurando mudanças consistentes.

Capítulo III

DISPOSITIVO METODOLÓGICO DE ANÁLISE

3.1 Análise de Discurso, Lingüística e Análise de Conteúdo

Conforme E. Orlandi (1999, p. 90) a A.D. diferencia-se da lingüística porque não trabalha com as marcas formais mas com propriedades discursivas materiais que referem a língua com a história para significar (relação língua-exterioridade). A A.D. trabalha com as formas materiais que reúnem forma-e-conteúdo. As marcas formais, em si, não interessam diretamente ao analista. O que lhe interessa é o modo como elas estão no texto, como elas se “encarnam” no discurso. Daí o interesse do analista pela forma-material que lhe permite chegar às propriedades discursivas.

Diferentemente da análise de conteúdo (instrumento tradicional de análise de textos das ciências sociais) não é pelo conteúdo que a A.D. chega a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos. O conteúdo “contido” num texto serviria apenas como ilustração de algum ponto de vista já afirmado alhures.

Frente ao discurso, o analista defronta-se com a necessidade de reconhecer, em sua materialidade discursiva, os indícios, vestígios, pistas, dos processos de significação aí inscritos. Não atravessa o discurso para dele extrair um conteúdo. Fecha em sua materialidade discursiva para compreender como os sentidos e os sujeitos nele se constituem e a seus interlocutores, como efeitos de sentidos filiados a redes de significação. Na análise lingüística e na análise de conteúdo se trabalha com produtos e na A.D. com os processos de constituição dos sujeitos e dos sentidos. A sua questão é quais as posições-sujeitos que sustentam uma dada interpretação.

3.2 A Análise de Discurso

Esta breve introdução tem o intuito de apresentar o tema, historicamente, através de seus textos fundadores podendo o leitor partir daqui direto para o sub-ítem 3.2.3 (Efeito Metafórico) e desconsiderar as referências a M. Pêcheux e sua simbologia que aparecerão à frente, no trabalho, entre parênteses.

Para efeito de nosso trabalho adotaremos a chamada escola francesa da análise do discurso (A.D.) em muito diferente da escola anglo-saxã. Esta, “uma disciplina denominada pelas correntes interacionistas e etnometodológicas que toma como objeto essencial de estudo a conversação ordinária” (Maingueneau, 1997, p. 15). Enquanto para aquela “a linguagem é produzida pelo sujeito, em condições determinadas, e que a análise deve procurar mostrar o seu processo de produção” (Orlandi, 1986, p. 64). Assim como a Teoria da Enunciação e a Sócio-lingüística a análise de discurso tem como consideração básica a relação da exterioridade com a linguagem, ou vice-versa.

Exterioridade aqui são as condições de produção do discurso: o falante, o ouvinte, o contexto da comunicação e o contexto histórico-social (ideológico). Ou seja, a estrutura do processo de produção do discurso.

Estas condições estão representadas por formações imaginárias. Michel Pêcheux, um dos pais da análise do discurso, assim os classificou:

IA (A) - Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A.

IA (B) - Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A.

IB (B) - Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B.

IB (A) - Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B.

IA (R) - “Ponto de vista” de A sobre R (o referente ou o contexto).

IB (R) - “Ponto de vista” de B sobre R.

“...A e B designam lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares dos quais a sociologia pode descrever o feixe de traços objetivos característicos: assim por exemplo, no interior da esfera econômica, os lugares do ‘patrão’ (diretor, chefe, ...), do funcionário de repartição, do contramestre, do operário, são marcados por propriedades diferenciais determináveis.

Nossa hipótese é a de que esses lugares estão representados nos processos discursivos em que são colocados em jogo. Entretanto, seria ingênuo supor que o lugar como feixe de traços objetivos funciona como tal no interior do processo discursivo; ele se encontra aí representado, isto é, presente, mas transformado; em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações)” (Pêcheux in Gadet e Hak (org.), 1990, p. 82).

Como processo discursivo supõe, por parte do emissor, uma antecipação das representações do receptor, sobre o qual se funda a estratégia do discurso, acrescentemos:

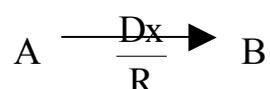
$I_A (I_B (A))$

$I_A (I_B (B))$

$I_A (I_B (R))$

Maneira pela qual A representa para si as representações de B. Vale a recíproca. Essas antecipações determinarão os diferentes discursos: tanto os que visam a transformação do ouvinte pelo orador (ex.: persuasão) como aquele em que o ouvinte e o orador se identificam (cumplicidade cultural).

O estado η das condições de produção do discurso D_x que A dirige a B a propósito de R:



será representado da seguinte maneira:

$\Gamma_x^\eta (A, B)$

que contém:

$I_A^\eta (A), I_A^\eta (B), I_A^\eta (R), I_A^\eta (I_B^\eta (A)), I_A^\eta (I_B^\eta (B)), I_A^\eta (I_B^\eta (R)).$

Cabe aqui assinalar que as diversas formações imaginárias “resultam, elas mesmas, de processos discursivos anteriores (provenientes de outras condições de produção) que deixaram de funcionar mas que deram nascimento a ‘tomadas de posição’ implícitas que asseguram a possibilidade do processo discursivo em foco” (Pêcheux in Gadet e Hak (org.), 1990, p. 85).

Também é digno de nota que os elementos constituintes de um discurso num determinado estado (η) de condição de produção (Γ_x^η) não estão justapostos mas podem variar segundo a natureza dos elementos colocados em jogo. Um dos elementos pode se tornar dominante, uma vez que certos termos tem a propriedade de determinar a natureza, o valor e o lugar dos outros termos.

Por exemplo no discurso que um terapeuta dirige a seu paciente ocorre um deslocamento do elemento dominante, nas condições de produção do discurso. É a imagem que o paciente faz de si mesmo ($I_B (B)$) que é o principal do discurso. A ligação entre as relações de sentido que se manifestam nessa situação (evidenciando-se as variações de dominância) e as relações de força (exteriores ou discurso) seria objeto de uma sociologia do discurso (Pêcheux in Gadet e Hak (org.), 1990, p. 87). Por extensão, o conflito na produção de efeitos de sentido seria objeto de uma sociologia política do discurso.

3.2.1 Emissão da seqüência discursiva

As condições de produção de um discurso (D_x) no estado η (Γ_x^η) em composição com um sistema lingüístico Z dado, resulta num processo de produção (Δ_x^η). Matriz do discurso D_x no estado η .

3.2.2 Recepção da seqüência discursiva

O processo de produção de um discurso D_y em um estado i (Δ_y^i) em composição com um estado determinado η das condições de produção de um discurso D_x (Γ_x^η), induz uma transformação desse estado para $\Gamma_x^{\eta+1}$.

Aqui aparece o efeito transformação. O discurso que A dirige a B modifica o estado de B na medida em que B pode comparar as “antecipações” que faz de A no discurso de A . $I_B(I_A(A)); I_B(I_A(B)); I_B(I_A(R))$. Portanto uma decodificação externa.

Não esqueçamos também que todo orador é um ouvinte virtual de seu próprio discurso, o que implica que o que é dito por A transforma igualmente as condições de produção próprias de A (Γ_x^η). Uma decodificação interna.

3.2.3 Efeito metafórico

O efeito metafórico é o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, um deslizamento, que é constitutivo dos sentidos. Como esse efeito é característico nas línguas naturais (não ocorrendo nas línguas artificiais) podemos dizer que não há língua sem esses deslizamentos, logo não há língua que não ofereça lugar à interpretação. A interpretação é constitutiva da própria língua. E onde está a interpretação está a relação da língua com a história para significar.

A metáfora é constitutiva do processo mesmo de produção de sentido e da constituição do sujeito. Falamos de metáfora não vista como desvio mas como transferência. Na representação abaixo podemos observar o trabalho produzido pelo deslize

(a deriva), pelo efeito metafórico, lugar da interpretação e da historicidade (Orlandi, 1999, pp. 78, 79).

Utilizemos um exemplo fictício e inverossímil mas de grande valor heurístico. Supomos que as letras a, b, c, d... designem palavras que componham determinados discursos $Dx_1, Dx_2, Dx_3, \dots, Dx_n$, formando um dado corpus, Cx , que representa um estado (Γ_x) de produção.

Após η seqüências de discursos teríamos:

Dx_1 : a b c d

Dx_2 : e b c d

Dx_3 : e f c d

Dx_4 : e f g d

:

Dx_n : e f g h

que representa a historicidade discursiva.

Cada discurso Dx_i é tido como diferente do precedente por uma só substituição (a por e, b por f, c por g...) mantendo, contudo, o conjunto do contexto. Há uma série de efeitos metafóricos cujo efeito é manter uma ancoragem semântica através de uma variação da superfície do texto, mesmo em Dx_n onde não há mais nenhum dos termos originais de Dx_1 . Observe-se que ‘a’ e ‘e’, ‘b’ e ‘f’ e ‘c’ e ‘g’ podem ser substituídos um pelo outro sem mudar a interpretação desse discurso por pertencerem, os pares, e uma mesma categoria gramatical e possuírem relações sinonímicas (sendo D_n uma seqüência de termos engendrados por Δ_n na língua Z , correspondendo a um estado Γ_n no conjunto dos estados possíveis).

Em um dado contexto as relações de sinonímia entre dois grupos de termos ou expressões tem a propriedade de produzirem o mesmo efeito de sentido. Tal deslizamento de sentido (entre ‘a’ e ‘e’, ‘b’ e ‘f’, ‘c’ e ‘g’) é constitutivo do sentido, logo, passível de interpretação: é próprio dos sistemas lingüísticos “naturais” e impossível às línguas “artificiais” em que o sentido é fixado. Ao fenômeno semântico produzido por esta substituição ao longo das superfícies discursivas (Dx_1, \dots, Dx_n) chamar-se-á efeito metafórico: conservação da invariante através da variação morfemática.

Sendo que a série das superfícies discursivas Dx_1, \dots, Dx_n constitui um vestígio do processo de produção (Δ_x) do discurso Dx , isto é, da “estrutura profunda” comum a Dx_1 ,

..., Dx_n , é possível remontar a partir destes “efeitos de superfície” sua estrutura (invisível) determinante. É a repetição do idêntico através das formas necessariamente diversas que caracteriza o mecanismo de um processo de produção. (mais tarde chamado de paráfrase discursiva – constitutiva dos efeitos de sentido ligados e um processo discursivo onde opera a sinonímia nas relações de transformação).

“... a ‘estrutura profunda’ aparece assim como um tecido de elementos solidários, instalando-se e assegurando-se a si mesma através de efeitos metafóricos que permitem gerar uma série quase infinita de ‘superfícies’ pela sua restrição e limites de funcionamento além dos quais a ‘estrutura profunda’ explodiria.

Nessas condições o confronto recíproco das formas variadas da superfície permite ao multiplicar a presença do discurso por ele mesmo, manifestar a estrutura invariante do processo de produção para um estado dado, estrutura esta cujas variações são o sintoma” (Pêcheux in Gadet e Hak (org.), 1990, p. 97, 98).

Quanto ao confronto de sentidos cabe aqui destacar o conceito de dominância em Pêcheux. Toda situação de produção do discurso pode ser caracterizada pelo processo de produção dominante (Δx). A aparência do aleatório é resultado da interação do processo dominante com os processos secundários nas seqüências discursivas concretas que manifestam (Δx) o processo de produção dominante.

Há que se considerar também as diferenças externas entre este (Δx) e outros processos (Δy , $\Delta z...$), que constituem o exterior específico do dominante (Δx) (mais tarde aprofundado nos conceitos de intra e inter discursos). Um processo de produção discursivo se caracteriza não somente pelos efeitos semânticos próprios (o que é dito no discurso x) mas também pela ausência de um certo número de efeitos que estão presentes em outro lugar (o não-dito). O confronto do dominante (Δx) com os demais (Δy , $\Delta z...$), provocam-lhe distorções e ausências próprias a ele (Δx) (ex.: silêncios, erros, esquecimento: que só aparecem quando confrontados com outros discursos).

O campo da análise sociológica em Pêcheux estaria no contraponto entre relações de força e as relações de sentido próprias de uma estrutura social dada e de um dada posição de sujeito (situação sócio-econômica/formação ideológica). Mais do que o conteúdo do que é dito é pertinente à análise as condições em que se diz. Confrontar-se-ia o que é dito pelo informante neste lugar com o dito noutra lugar (outros papéis discursivos) além de descrever situações práticas. Tal procedimento deveria, ao mesmo tempo, “definir o processo discursivo dominante e as ausências específicas que ele contém, em relação a

outros processos, ao responder a outras condições de produção discursiva” (Pêcheux in Gadet e Hak (org.), 1990, p. 150).

Teremos, a partir de agora, que afastarmo-nos de Pêcheux, que nos acompanhou até aqui, devido a sua análise derivar para uma “análise automática do discurso” utilizando-se de algoritmos e análise computacional, o que não nos traria vantagem alguma. Acompanhamos seu raciocínio no desdobramento do efeito metafórico e no problema da paráfrase, objetos que foram retomados e retrabalhados por sua seguidora brasileira Eni P. Orlandi a quem agora recorremos.

Eni Orlandi aperfeiçoou o conceito de paráfrase lançando mão de uma antítese, a *polissemia*.

“A paráfrase representa... o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco.

Essas são duas forças que trabalham continuamente o dizer, de tal modo que todo discurso se faz nessa tensão: entre o mesmo e o diferente. Se toda vez que falamos, ao tomar a palavra, produzimos uma mexida na rede de filiação dos sentidos, no entanto, falamos com palavras já ditas. E é nesse jogo entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o já dito e o se dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, (se) significam” (Orlandi, 1999, p. 36)

Como o que interessa ao analista de discurso são as propriedades internas do processo discursivo, podemos assim classificá-las pelo seu modo de funcionamento. Nas condições em que a polissemia é contida apagando-se a relação do locutor com o interlocutor, temos o discurso autoritário. Quando a polissemia é controlada e há uma relação tensa na disputa pelos sentidos temos o discurso polissêmico. E aquele em que a polissemia está aberta não havendo regulação na relação entre sentidos chama-se discurso lúdico.

É na relação tensa entre paráfrase e polissemia que constituem-se os sujeitos e os sentidos.

“Daí dizermos que os sentidos e os sujeitos sempre podem ser outros. Todavia nem sempre o são. Depende de como são afetados pela língua, de como se inscrevem na história. Depende de como trabalham e são trabalhados pelo jogo entre paráfrase e polissemia” (Orlandi, 1999, p. 37).

O sujeito e os sentidos, pela repetição (metafórica), “estão sempre tangenciando o novo, o possível, o diferente. Num espaço fortemente regido pela simbolização das relações de poder” (Orlandi, 1999, p. 38).

Poderíamos aqui já arriscar um exemplo. Peguemos os sentidos de “ambientalismo” e verifiquemos seus efeitos produzidos pela repetição e pela diferença. Em relação a memória recente teríamos um Dx ecologista para o qual seu significado conduz a idéia de proteção do meio ambiente em nome de nossa relação simbiótica com o mesmo mas, simultaneamente pode haver uma derivação para outros lugares de significação, produzindo novos sentidos, como um Dy empresarial que endogeniza o conceito à lógica do capital (das taxas de lucros); efeito do jogo da língua inscrito na materialidade da história.

Tanto o movimento dos sujeitos como dos sentidos em sua transformação são possíveis porque o real da língua está sujeito a falhas assim com o real da história é passível de ruptura. O sujeito ao significar, se significa. Isto porque a língua é sujeita ao equívoco e à ideologia.

“Por isso, dizemos que a incompletude é a condição da linguagem: nem os sujeitos nem os sentidos, logo, nem o discurso, já estão prontos e acabados. Eles estão sempre se fazendo, havendo um trabalho contínuo, um movimento constante do simbólico e da história” (Orlandi, 1999, p. 37).

Antes de prosseguir precisaríamos clarear alguns conceitos.

3.2.4 Formação discursiva

Esta noção nos permite compreender o processos de produção dos sentidos, a sua relação com a ideologia e as regularidades no funcionamento do discurso. Refere-se ao que pode e deve ser dito no âmbito de uma dada formação ideológica (posição dada em uma conjuntura sócio-histórica).

“Uma formação discursiva é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definem uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou lingüística, dada as condições de exercício da função enunciativa” (Foucault, 1969).

As falas são transformadas imaginariamente em função do lugar de que falam os sujeitos. As situações sociais empíricas são projetadas pelas formações imaginárias, nos discursos (na simbologia de Pêcheux: I_A (A), I_A (B), I_A (R)...). Daí a importância para a A.D. das posições dos sujeitos em relação ao que eles dizem.

Podemos então dizer que “terra” dito por um agricultor é de uma formação discursiva (f.d.) e “terra” dito por um geólogo se inscreve noutra f.d., assim como “ambientalismo” dito por um empresário não significa o mesmo que quando proferido por um ecologista. As f.d. representam no discurso, as formações ideológicas que lhes correspondem (grupos sociais distintos que se autolimitam).

As transformações, ou não, de sentido derivam das relações discursivas que podem ser de confronto, de aliança, de oposição, etc. Paráfrase (reprodução) e polissemia (transformação) operando no confronto das f.ds. produzem deslocamentos nessa relação de sentido. Neste campo de tensão das relações simbólicas os interlocutores devem ser ouvidos em seu lugar próprio (posição de sujeito) elaborando-se as suas contradições e as contradições que resultam de suas relações às quais quando transformadas podem instituir novos sentidos (efeito de sentido). Para compreender o sentido do que foi dito deve o analista, observando as condições de produção e verificando o funcionamento da memória, remeter o dizer a uma formação discursiva que lhe seja própria.

3.2.5 Interdiscurso

É também chamado de memória discursiva. É o falado anteriormente, noutra lugar, independentemente. É o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob forma de pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. Há uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo que é a que existe entre o interdiscurso e o intradiscorso, entre a constituição do sentido e sua formulação. I. Courtine (1984, apud Orlandi, 1999, p. 32) assim explicita a diferença: o interdiscurso representa o eixo vertical onde teríamos todos os dizeres já ditos – e esquecidos – em uma estratificação de enunciados que, em seu conjunto, representa o dizível. Já o intradiscorso seria o eixo horizontal da formulação: aquilo que estamos dizendo naquele momento dado em dadas condições.

3.2.6 Efeitos da memória

Toda produção discursiva, sob certas condições, retoma formulações já enunciadas anteriormente: o seu conjunto formam redes de formulações que nos permitirão verificar os efeitos de memória que a enunciação de uma seqüência discursiva de referência determinadas produz em um processo discursivo. São efeitos de memória que tanto podem ser de lembrança, de redefinição, de transformação, como também de esquecimento, de ruptura, de denegação do já-dito. Vejamos isto articulado com os dois níveis de descrição de uma f.d.:

- no nível intradiscursivo toma-se o tempo curto da atualidade de uma enunciação.
- No nível interdiscursivo opera-se o tempo longo de uma memória na qual o saber próprio de uma f.d. envolve toda uma tradição cultural transmitida de geração em geração e regulada pelas instituições (ou os aparelhos ideológicos de Estado em Althusser).

O efeito de memória é o produto do jogo entre esses dois níveis. Aqui a f.d. pode se inscrever:

- na ordem de uma memória plena que funcionaria como possibilidade de preenchimento de uma superfície discursiva com elementos retomados do passado e reatualizados, criando um efeito de consistência no interior de uma rede de formulações: a estratégia usada aqui seria a da repetição.
- na ordem de uma memória lacunar que funcionaria como produtor de deslocamentos, vazios, esquecimentos que podem provocar um efeito de inconsistência na cadeia do reformulável. Este efeito pode, entretanto, ser ideologicamente neutralizado pelo locutor que, através de manobras discursivas niveladoras, homogenizadoras, monofonizantes, procura anular qualquer desnível ou heterogeneidade do discurso. A estratégia seria a do apagamento (Brandão, 1998, p. 81).

3.2.7 Ideologia, sujeito e sentido

“O fato mesmo da interpretação, ou melhor, o fato de que não há sentido sem interpretação, atesta a presença da ideologia. Não há sentido sem interpretação e, além disso, diante de qualquer objeto simbólico o homem é levado a interpretar, colocando-se diante da questão: o que isto quer dizer?”

Nesse movimento da interpretação o sentido aparece-nos como evidência, como se ele estivesse há sempre lá. Interpreta-se e ao mesmo tempo nega-se a interpretação, colocando-se no grau zero. Naturaliza-se o que é produzido na relação do histórico e do simbólico. Por esse mecanismo-ideológico de apagamento da interpretação, há transposição de formas materiais em outras, construindo-se transparências – como se a linguagem e a história não tivessem sua espessura, sua opacidade – para serem interpretadas por determinações históricas que se apresentam como imutáveis, naturalizadas. Este é o trabalho da ideologia: produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência” (Orlandi, 1999, p. 45, 46).

Uma evidência é a evidência de sentido que não nos deixa perceber seu caráter material, a historicidade de sua construção. Faz-se ver como transparente aquilo que se constitui pela remissão e um conjunto de f.ds. que funcionam como uma dominante. É o efeito do interdiscurso: as palavras recebem seus sentidos de f.ds. em suas relações. Outra é a evidência do sujeito que apaga o fato de que o sujeito se constitui por uma interpelação que se dá ideologicamente pela sua inscrição em uma f.d.

Essas evidências funcionam por “esquecimentos”, fazendo com que a subordinação - assujeitamento se realize sob a forma da autonomia dando aos sujeitos a sensação de realidade como sistema de significações percebidas.

Pêcheux (et all) classificaram a ilusão discursiva do sujeito, que cria uma realidade discursiva enganosa, pelo afetamento de dois tipos de esquecimento:

- esquecimento nº 1 - o sujeito apaga, inconscientemente, qualquer elemento que remeta ao exterior de sua formação discursiva: por ele é que o sujeito “recusa” essa e não outra seqüência para que obtenha esse e não outro sentido. O sujeito tem a ilusão de que é ele o criador absoluto do seu discurso. (esquecimento ideológico).
- esquecimento nº 2 - é a operação de seleção lingüística que todo falante faz entre o que é dito e o que deixa de ser dito; em que, no interior de f.d. que o domina, elege algumas formas e seqüências que se encontram em relação de paráfrase e oculta outras (“esquece”). O sujeito tem a ilusão de que o discurso reflete o conhecimento objetivo que tem da realidade (“eu sei o que eu digo”). Este “esquecimento” produz em nós a impressão da realidade do pensamento e de que não há outras formas de dizer. (esquecimento enunciativo) (Pêcheux, op. cit., p.p. 171 e 176; Orlandi, 1999, p. 35; Brandão, 1998, p.p. 65, 66).

3.3 Dispositivo de Interpretação e Análise do Processo Discursivo

Os novos métodos e técnicas de análise do discurso tem refletido nas áreas de educação, antropologia, psicolinguística, sociologia, etc... porque incidem na relação da linguagem com as condições em que ela se produz. Seu contexto sócio-histórico-cultural. Nossa tomada dos dados deu-se nas seguintes condições:

- Contexto físico - o ambiente fabril. Procurou-se coletar o material de análise a partir do próprio local de trabalho dos informantes.
- Contexto semântico - conhecimentos teóricos e práticos sobre tecnologias limpas e sua adoção pela empresa.
- Contexto estruturante (formas de discurso) - descrição obtida através de entrevistas. A falta de temporalidade com o objeto, própria da descrição, é a origem de importantes processos significativos, é o lugar do “possível”, da “resistência”, da diferença com o “sistema” (da polissemia). Daí buscar captá-lo.
- Amostragem - entrevistas gravadas com especialistas em tecnologias limpas que atuam diretamente nas fábricas ou como consultores. Privilegiou-se o discurso informal que reduz o auto-policiamento sobre a fala. Os dados foram coletados em gravação de áudio (k7) que após foram transcritas.

Nosso objetivo aqui é buscar um dispositivo de análise; uma vez que todo enunciado é lingüisticamente descritível como suscetível de falhas, de ser / tornar-se outro e esse lugar do outro enunciado é o lugar da interpretação; mostrar como um discurso funciona produzindo (efeitos de) sentidos. Como há outros na sociedade e na história o interdiscurso (o exterior) pode ser considerado como a *alteridade discursiva* e instrumento de interpretação.

Deve-se compreender a singularidade, a ruptura, a resistência etc. tendo como referência:

- a opacidade de linguagem;
- a determinação dos sentidos pela história;
- a constituição do sujeito pela ideologia.

Uma vez que uma palavra, na mesma língua, significa coisas diferentes, dependendo da posição do sujeito e da inscrição do que ele diz em uma dada f.d., deve o analista poder explicitar os processos de identificação pela sua análise. Explicitar os gestos

de interpretação que se ligam aos processos de identificação dos sujeitos, suas filiações de sentidos. Há aqui um duplo movimento: descrição dos gestos de interpretação do sujeito que fala; interpretação da própria descrição.

Como é impossível neutralizar sua posição de analista deve-se pelo menos relativizá-la atravessando os efeitos:

- de transparência da linguagem;
- da literalidade do sentido;
- da onipotência do sujeito.

Para tanto deverá o dispositivo investir no trabalho da ideologia:

- na opacidade da linguagem;
- no efeito metafórico (equivoco, falha);
- no descentramento do sujeito.

Deve o analista se colocar numa posição deslocada que lhe permite contemplar o processo de produção de sentidos em suas condições. Ao dispositivo analítico interessa a materialidade lingüístico-discursiva-histórica da linguagem, na memória, sua espessura semântica remetendo-se assim às suas condições de produção, onde intervém a ideologia, o esquecimento, a falha, o equivoco.

3.3.1 Procedimentos e a análise

Os procedimentos da Análise do Discurso se dão em três etapas.

3.3.1.1 1ª etapa - Passagem da superfície lingüística para o objeto discursivo

Este primeiro processo, também chamado de desuperficialização consiste na análise da materialidade lingüística: o como se diz, o que se diz, em que circunstâncias (Maingueneau, 1997, chama de Deixis fundadora). Observa-se o corpus em função das formações imaginárias (Γ_x^n (A, B)), das relações de sentido e de forças do lugar de que falam, através dos vestígios do sentido profundo que deixam no fio do discurso.

Trata-se do esquecimento nº 2 de Pêcheux. Há uma impressão de que “aquilo” só poderia ser dito daquela maneira então, desfazemos esta ilusão analisando (comparando) o

dito nesse discurso com o que é dito em outros, em outras condições, afetados por diferentes memórias discursivas.

“O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas ‘nossas’ palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ao controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele. Por isso é inútil, do ponto de vista discursivo, perguntar para o sujeito o que ele quis dizer quando disse. ‘x’ (ilusão da entrevista in loco). O que ele sabe não é suficiente para compreendermos que efeitos de sentidos estão ali presentificados” (Orlandi, 1999, p. 32)

O objetivo aqui é tornar visível o fato de que ao longo do dizer se formam famílias parafrásticas relacionando o que foi dito com o que não foi dito, com o que poderia ser dito etc. Os outros dizeres darão as delimitações das f.d. que atuam (fazendo as palavras significarem o que significam) e que estão dominando a prática discursiva em questão.

Um exemplo nos é apresentado por E. Orlandi (1999, pp. 28, 29) em que em dada eleição no campus universitário apareceu uma faixa preta com largas letras brancas dizendo: “vote sem medo!”, seguido de uma explicação sobre o fato de que os votos não seriam identificados. A questão é o que a mobilização dessas ou daquelas palavras e cores, podem mostrar além das aparências?

Para se perceber isso, basta que produzamos uma *paráfrase* dessa faixa. Seria então uma faixa branca escrita em vermelho: “vote com coragem!”. Nesse outro modo de dizer, outras palavras e outras cores seriam mobilizadas produzindo outros efeitos de sentidos.

Contrapondo as duas faixas podemos ler suas diferentes filiações de sentidos remetendo-as a memórias e a circunstâncias que mostram que os sentidos não estão só nas palavras, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos.

Na primeira faixa, do ponto de vista cromático, o negro tem sido a cor do fascismo, dos conservadores, da “direita” em sua expressão política. As palavras “sem medo” trazem dois efeitos consigo:

1. lançar a suspeita de que algum outro candidato estaria ameaçando quem não votasse nele; e
2. falar em “medo”, sugerindo um perigo, uma ameaça.

Na segunda faixa, parafrástica, a cor vermelha está ligada historicamente a posições revolucionárias, transformadoras. Sobre o fundo branco, as palavras “com coragem” fazem apelo à vida, ao futuro, à disposição de luta.

Mesmo que se autodenominassem de “esquerda”, os sujeitos que produziram o enunciado da faixa negra vote sem medo! o faziam de uma posição na história que alinha sentidos de direita e da repressão da liberdade de votos. Mobilizando o moralismo embutido nessas acusações, atribuíam a “alguém” do outro lado, que seriam os perseguidores, enquanto eles se colocam na posição de salvadores⁴. Sem que isso estivesse em suas intenções, mas determinados pelo modo como eram afetados pela língua e pela história, seu gesto de interpretação produzia todas esses efeitos.

Os dizeres não são apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem que apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele (Idem, p. 30).

Entremos logo em nosso estudo de caso. Nosso recorte⁵ buscará identificar enunciados que produzam efeitos de sentido nas circunstâncias dadas. Que sentidos são mobilizados no contexto sócio-histórico da análise e de que posição os sujeitos estão falando? Aparentemente as posições em jogo, no meio empresarial frente as questões ambientais, convergem para as mesmas dos ecologistas. Cabe-nos ir além da superfície das evidências, do que é dito, analisando o que suas palavras mobilizam e podem revelar para além das aparências.

Procuramos então contrapor alguns enunciados, selecionados pelo dispositivo de análise, a uma paráfrase de si mesmos, verificando as diferentes filiações de sentidos. Isso ligando os discursos à memórias e a circunstâncias que mostram que os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos (Orlandi, 1999, p.30).

⁴ Veja-se que estas conclusões não são automáticas. A cor preta sob o branco mobiliza sentidos de “direita” e fascistas (cerceando a liberdade de escolha) nesse contexto. Num outro poderia se filiar ao movimento anarquista que é justamente o seu oposto (“pelo menos na maioria das vezes”).

⁵ Unidade discursiva, fragmentos correlacionados de linguagem - e - situação. Diferentemente de segmentos (conjunto de enunciados) estes recortes se entrecruzam e se dispersam (Orlandi, 1989, p. 36).

O dispositivo do analista deve se constituir da qualidade discursiva do sujeito (quando o equívoco nos permite compreender a relação com o inconsciente) e do sentido (quando o equívoco, na instância da história nos põe em contato com o como funciona da ideologia: o que está presente por uma ausência necessária). De tal modo, que o deslocamento produzido pelo dispositivo do olhar leitor (a exposição do olhar à opacidade) trabalha a interpretação enquanto exposição do sujeito à historicidade (ao equívoco, à ideologia), na sua relação com o simbólico. Como o efeito que constitui os sentidos constitui também os sujeitos, podemos dizer que a metáfora está na base de constituição dos sentidos e dos sujeitos (Orlandi, 1996, pp. 82, 83).

3.3.1.1a Recorte de alguns fatos discursivos comentados

Recorte n° 1 dos fatos discursivos

Técnico A. Empresa A. (S.C.)

“De tudo quanto é ferramenta esta aí é a melhor (tecnologias limpas). O MASP (Método de Análise e Solução de Problemas – ferramenta da Qualidade Total) é só quando se tem um problema, ...esta não. Isto não é um problema. Se tu gera resíduo, então vamos melhorar isso aí”.

Técnico B. Empresa A. (S.C.)

“A gente não tinha um problema. Pegamos um produto e... vamos seguir a linha dele. Vamos dar uma olhada em ‘quantos’ de melhoria; vamos? Então tá. Não se achava que tivesse tantos pontos de melhoria, pra não dizer que eram falhas. A questão é; o enfoque é: pontos de melhoria”.

As expressões: “isso não é um problema” e “a gente não tinha um problema”; poderiam parafrasticamente serem ditas como: “isso é uma solução “ou” a gente tem uma solução”. Gerar resíduo não é um problema. “Problema” aqui significa algum empecilho, algo que prejudique o funcionamento rotineiro da empresa, como por exemplo uma denúncia, um auto de infração de algum órgão ambiental ou algo que afete os níveis dos lucros. “Solução” mobilizaria outros efeitos de sentido como algo de bom e que remeteria a órgãos como o Centro Nacional de Tecnologias Limpas (CNTL) que lhes dão assistência técnica e são dignos de elogios.

O próprio informante constrói uma paráfrase trocando “falhas” por “pontos de melhoria” (já que “não tinha um problema”). “Falhas” e “problemas” estão ligados a segunda fase⁶ do movimento ambiental, os anos 70, onde a posição dos ambientalistas era de confronto com os empresários e não parecia haver conciliação.

Como vimos em 1.3 uma empresa deste porte gera em torno de 50 kg/dia entre resíduos tóxicos e refugo além de desperdiçar energia e água suficiente para abastecer perto de 100 casas. Se o informante diante destes dados acredita que não está diante de um problema é porque sua ótica está restrita à lógica instrumental da reprodução do capital, longe de qualquer outra visão ética.

O MASP é um método que visa solucionar problemas levantados pela própria empresa, no caso do meio ambiente como um problema, este só aparece para a lógica empresarial quando: ou apontado de fora (governo, ONGs, ...) ou quando funcional ao sistema. O limite da preocupação empresarial com os recursos naturais é o do quanto ele pode se beneficiar endogeneizando esta problemática ao seu cálculo racional, quando está regulado, hegemonicamente pelo mercado⁷. O Estado e as organizações da sociedade civil não mais lhe oferecem resistência como antes.

Estes empresários não vêem suas ofensas ao meio ambiente como “problema”

⁶ José Lutzemberger classifica o movimento ambientalista em quatro (4) fases:

1ª fase - anos 60 - descoberta dos problemas ambientais;

2ª fase - anos 70 - confronto e grandes brigas;

3ª fase - anos 80 - reação dos governos e tecnocratas;

4ª fase - pós Rio-92 - repensar o entendimento de “progresso” e “desenvolvimento” (Rev. Expressão, n. 61, 1995).

⁷ Se o mundo do negócios, como aponta Beck, pode optar entre assumir o papel do vilão e do envenenador, ou se revestir do papel do herói e do salvador e comemorar isto publicamente, abraçando a questão ecológica (percepção do mundo no sistema coordenado do auto-risco ecológico industrial) a adoção de t.l.s. parece ainda muito pouco para glória deste ator na comédia de horror do cotidiano.

(falhas de projeto da modernidade - institucionalização da destruição da natureza) mas como oportunidade de negócios⁸.

Recorte n° 2 dos fatos discursivos

Técnico A. Empresa A. (S.C.)

“Isto é a prevenção (T.L.), não é uma ‘corretividade’, porque a corretiva já está sendo feita para atender a legislação. A preventiva é: vamos andar por tudo. Não precisa ninguém vir. A gente tem um relacionamento muito bom com a FATMA (órgão ambiental do governo)... ela sempre nos ajuda. Não é só a parte da cobrança e punitiva... não, não é nada punitivo”.

Aqui vê-se que aquilo que não é punitivo é bem-vindo e o governo ajuda quando faz aplicar a lei preventivamente. Vemos o próprio entrevistado criar uma paráfrase para mobilizar vários sentidos: “... é a prevenção, não é uma ‘corretividade’..., ...não, não é nada punitivo”.

A ênfase dá a entender que o comum era a punição, que foi negada, e a prevenção é algo novo que aparece como oposta. Se trocarmos “a preventiva é: vamos andar por tudo. Não precisa ninguém vir” por “a punitiva é alguém vem e anda por tudo” mobilizaria um sentido de rejeição a quem cabe este procedimento (o órgão ambiental) que pelo visto querem evitar. A punição é algo exógeno ao ambiente de domínio da fábrica, colocando-se posições em confronto. Se o governo precisaria punir para evitar danos ambientais é porque os poluidores não estavam dispostos a prevenir e ajudar ao poluidor não é necessariamente ajudar ao meio ambiente.

A “prevenção em contraposição a “punição” é colocada aqui, pelos sujeitos (empresários), de uma posição na história que alinha sentidos liberais, onde a regulação (de ordem ambiental), via mercados mostra-se superior (mais “moderna”) a regulação pelo

⁸ Assim como ademandada por controle, pelas estruturas de poder, ao institucionalizarem o cálculo do risco (externalizando-o), para a teoria da modernização reflexiva, tanto cegou para a verdade (o incalculável) como gerou uma perda de fé em estruturas sociais da modernização simples, a adoção de t. ls. pode ser uma forma de antecipação das consequências (consciente e intencional), reflexão própria da racionalidade instrumental, que cega para o conceito profundo de desenvolvimento sustentável e para a crítica do ambientalismo e poderá, quando seus efeitos encontrarem seus limites, induzir a perda de fé na autonomia pela via da subpolítica do mundo da vida privada. A micro ética individualista não garante a responsabilização por acontecimentos globais. “Assim como o primeiro (m.s.) transformou o perigo em risco, este (t.ls.) está transferindo a idéia de falhas para a de pontos de melhoria (oportunidades do negócio).

Estado que faz cumprir a ética (já que dotado do monopólio da produção do Direito) através das leis.

Recorte nº 3 dos fatos discursivos

Empresário A. Empresa A. (S.C.)

“Teve a fase do carvão... o pessoal teve aqui, revirou, revirou, explorou e foi embora e tchau... mas a cidade cresceu, gerou emprego e... O próprio Estado é que tinha empresa aqui. Então é muito fácil o governo vir aqui e cobrar que tá tudo estragado”.

Técnico - Consultor (R.S.)

“...eles (empresários) estavam sendo acionados pela FEPAM (órgão ambiental do Estado)... que era forte, e não tinham alternativas tecnológicas para tratar seus resíduos”.

No primeiro recorte vê-se que não há diferenciação do Estado como administração direta e como majoritário numa empresa de economia mista. Quando atua como empresário e gera crescimento econômico é bem-visto, mesmo que polua. Quando passa a cobrar a legislação ambiental é criticado ou deslegitimado pelo seu passado.

Se trocássemos “o próprio Estado é que tinha empresa aqui” por “o próprio Estado é quem poluía” não estaríamos mobilizando o sentido de que o Estado como empresa é que desenvolve economicamente a região mas seu lado negativo. Crescimento econômico e geração de empregos aparecem como objetivos superiores à proteção do meio ambiente e como justificativa ideológica não considera o fato de que hoje existem alternativas tecnológicas. O que mostra duas lógicas concorrentes: a empresarial (mesmo estatal) crucial para a economia mas ambientalmente descompromissada e uma lógica que incorpora a preocupação ambiental em que é melhor exercida quando descompromissada com o lucro e com as necessidades do capital.

Recorte nº 4 dos fatos discursivos

Técnico A. Empresa A. (S.C.)

“A visão da produção limpa é uma visão bem... ampla”.

Técnico B. Empresa A. (S.C.)

“...nos vendeu (o CNTL) uma imagem que se encaixava perfeitamente neste contexto de unir ecologia com economia”.

Empresário A. Empresa A. (S.C.)

“...nós vemos na economia aliada a ecologia um bom negócio”.

Esses três recortes poderiam ser assim considerados: “as outras visões não são amplas porque não aliam ecologia com economia onde ecologia não poderia ser um bom negócio”. Grifamos “negócio” para destacar que ecologia não teria espaço como um “valor ético” e não ser que associada a possibilidade de auferir lucros e/ou reduzir custos. Se ecologia representasse um novo valor, o ethos do ambientalismo, estes agentes o incorporariam como um princípio não passível de “negócio”.

Recorte n° 5 dos fatos discursivos

Técnico - Consultor (R.S.)

“...aí a cooperação (com países desenvolvidos) funciona no sentido de um ajudar a não cometer os mesmos erros que eles cometeram. Que nós possamos promover um desenvolvimento mais sustentável”.

Uma paráfrase para “que nós possamos promover um desenvolvimento mais sustentável” poderia ser “que possamos crescer economicamente poluindo menos mas via mecanismos de mercado e não sob pressão”. Explicitaria-se assim sentidos mais claros contra a ação reguladora do Estado e fiscalizadora das ONGs mais radicais mas, não ficaria bem visto tal posicionamento pois denotaria um certo repúdio às leis e ao seu cumprimento.

Recorte n° 6 dos fatos discursivos

Técnico - Consultor (R.S.)

“Produzir poluição é estar desperdiçando dinheiro também. Dispor resíduos e tratar efluentes é uma questão muito cara; o custo da água é muito

elevado; o custo da energia. Então meio ambiente é uma questão econômica lá (na Europa). Aqui no Brasil se pode observar que ainda não é.

Uma empresa pode ter a melhor tecnologia disponível e continuar desperdiçando. Então é uma característica da indústria, aqui (no Brasil) ..., dos países em desenvolvimento esta falta de preocupação de ser eficiente. Então a proposta de 'ecoeficiência' ...tem uma boa aceitação, porque as nossas indústrias não são eficientes”.

Esses recorte mostra bem o foco da associação entre ecologia e economia na ótica das t.l.s. Está na forma de transformação dos insumos e na correlação entre desperdício e seus custos de aquisição e de processamento. Quando se diz “meio ambiente é uma questão econômica lá. No Brasil se pode observar que ainda não é”, e “ecoeficiência... tem uma boa aceitação, porque as nossas indústrias não são eficientes”, produz-se efeitos de sentido que apontam para a idéia de que onde os custos dos insumos são elevados procura-se economizá-los, e então meio ambiente passa a ter um valor econômico, e se isto aconteceu na Europa irá acontecer no Brasil. É uma questão de tempo.

Se o dito fosse “No Brasil meio ambiente seria uma questão econômica quando a eficiência lhe for cobrada” (diga-se pelo mercado, via consumidor e pressão da concorrência) ficaria mais claro que por um lado a cobrança pelo mercado é melhor aceita que a “jurídica” e de outro lado, a ajuda da Europa para aplicar-se, no Brasil, e no 3º mundo, t.l.s., pode ser uma forma de tornar a competitividade internacional das empresas do Sul mais “justas” uma vez que dispõe de insumos e energia, proporcionalmente, em maior abundância em relação e capacidade de consumo.

A posição, na história, do sujeito que aqui está delineada transpõe as nossas fronteiras geopolíticas; ele mobiliza sentidos próprios dos europeus que podem estar vendo nas empresas brasileiras uma forma de concorrência “ambientalmente subsidiada”, por dispor de recursos mais baratos, “ainda”. Conforme Maimon (1992) durante o período militar os planos nacionais de desenvolvimento pela industrialização atraíam capitais estrangeiros tendo na exploração incondicional do meio ambiente uma fonte de persuasão. O que ajudaria a explicar a atual “ineficiência ambiental” (ecoineficiência) de nossa indústria.

Recorte n° 7 dos fatos discursivos

Técnico A. Empresa B. (R.S.)

“Mas o próprio consumidor está muito mais esclarecido e muito mais inteligente, e ele já está sentindo os benefícios disso aí. Então, o que aconteceu? Aí... já tem consumidores se organizando pra verificar qual o produto que é fabricado de uma maneira menor agressiva ao meio ambiente, a ambientalmente correta, ou dentro de uma estrutura de equilíbrio sustentável. Então já é diferente o enfoque do consumidor”.

Substituindo “mas o próprio consumidor está muito mais esclarecido e muito mais inteligente” por “o consumidor era burro e pouco esclarecido”, mobilizamos sentidos que podem indicar a falta de interesse histórico do empresariado em esclarecer o consumidor que podia ser, então, tratado como burro porque pouco informado (Veja-se o atual caso em que a CPI dos remédios constatou a existência do B.O. - “bom para otário”).

Se o consumidor teve que se esclarecer de outra forma e então cobrar das empresas um comportamento ético é porque o valor ambiental não lhe é próprio, devendo-lhe ser cobrado exogenamente (governo reprimindo ou consumidor pelo mercado). Essa posição é própria de sujeitos descompromissados com o meio ambiente.

Recorte n° 8 dos fatos discursivos

Técnico A. Empresa B. (R.S.)

“As vezes pode fazer muito melhor tirando aquela árvore e botando muitas outras no lugar: preservando outros. Então a coisa é muito mais inteligente hoje, antigamente ela era aquele radicalismo. Não existe mais radicalismo hoje; existe negociação, o acerto e olhar o todo, vê, o global da coisa”.

Parafrazeando “então a coisa é mais inteligente hoje, antigamente ela era aquele radicalismo” por “o radicalismo é burro e coisa do passado” os sentidos agora mobilizados seriam de confronto e de vitória, ou seja, o radicalismo perdeu e é próprio de outros sujeitos, derrotados. A posição na história do sujeito vencedor é a dos que apostaram na mediação pelo mercado e endogenizaram o problema ambiental à lógica do capital e o colocaram sob o jugo de suas crenças.

Recorte n° 9 dos fatos discursivos

Técnico A. Empresa B. (R.S.)

“...o sucesso deste tipo de trabalho é que a empresa executa e não um consultor de fora, entra na empresa e fica manuseando dados...”

Mostrar que tu é ineficiente ninguém gosta, ..., é um papel delicado né. Mas mostrando que isso é uma oportunidade de melhorar se contorna esse problema. Apresentando isso não como uma ineficiência e si como uma oportunidade, se melhora tudo”.

Trocando-se “mostrar que tu é ineficiente ninguém gosta, ... mas mostrando que isso é uma oportunidade de melhorar se contorna este problema” por “ a melhor forma de convencer o empresariado a poluir menos é mostrar que ele pode lucrar com isso”, a paráfrase mobilizaria sentidos que clareariam o móvel do comportamento empresarial local. Se não fosse uma oportunidade de lucrar com isso ele não mudaria de comportamento.

O sujeito que produziu o enunciado o fez de uma posição que mobiliza sentidos liberais e que vê a solução dos problemas ambientais como uma saída “por dentro”, endógena e lógica capitalista. “Alguém” que aponta a ineficiência é visto como um problema (aqui leia-se um consultor externo, imagine-se se fosse um órgão do governo!). Mas operada (a ineficiência) na lógica do capital é vista como uma oportunidade.

Recorte n° 10 dos fatos discursivos

Técnico A. Empresa C. (R.S.)

“...imaginava que o meio ambiente seria um aspecto competitivo no futuro. A gente imaginava isso e via ali uma oportunidade. Mas não sabíamos que iríamos ganhar dinheiro, não sabíamos que era tanto desperdício”.

A visão aqui é a de enfrentamento com a concorrência que vem se acirrando e poderia passar num futuro próximo pelo respeito ao meio ambiente e deveria ser encarado mesmo que representem um custo, como normalmente ocorre quando se adotam novas tecnologias.

Se trocarmos “...não sabíamos que iríamos ganhar dinheiro, não sabíamos que era tanto desperdício” por “se soubéssemos que era tanto desperdício poderíamos prever que era muito dinheiro”, vemos que nas circunstâncias brasileiras o desperdício sempre foi visto como algo normal e corrente, não passível de preocupação. O desperdício não estava correlacionado com perda de dinheiro porque seria facilmente repassado aos preços e não havia porque se preocupar com isso; algo que só iria causar irritação e perda de tempo.

A formação discursiva dominante (empresarial) não parece ter-se combinado ou ter ressignificado a visão de seus atores no interior do ambientalismo uma vez que seu tratamento como “negócio” além de denotar a resistência da lógica instrumental/reducionista seu gesto de interpretação da questão ambiental produz efeitos de sentido do “velho jogo” de interesses animado com “novas cartas”.

3.3.1.2 2ª etapa de A. D. - Passagem do objeto discursivo ao processo discursivo

Agora passaremos, ao mesmo tempo, do delineamento das formações discursivas à sua relação com a ideologia, o que nos permitirá compreender como se constituem os sentidos desse dizer, destacando-se a simbolização das relações de poder presentes no discurso.

Buscar-se-á, aqui, atingir a constituição dos processos discursivos (Δ^n_x , para Pêcheux) responsáveis pelos efeitos de sentidos produzidos no material simbólico do qual se partiu. O mecanismo de análise são os efeitos metafóricos; deslizamento de sentidos, por ser a metáfora constitutiva do processo de produção de sentido e da constituição do sujeito. Observar-se-á os efeitos da língua na ideologia e a materialização desta naquela, num movimento de idas e vindas entre a teoria, a consulta ao corpus e a análise.

Quando se usa uma expressão metafórica no lugar de outro estamos nos inscrevendo numa dada formação discursiva; que faz sentido quando relacionada com o não-dito que pressupõe outra formação discursiva. Em nosso exemplo anterior a f.d. da qual se diz “terra”, a do agricultor, pressupõe uma outra, a do geólogo, que também diz “terra”. Significa pela diferença. Também o que já foi dito mas já foi esquecido tem efeito sobre o dizer que se atualiza. O intradiscurso (o dizer presentificado) é determinado pelo interdiscurso (ausência discursiva).

O papel do “não-dizer” em lingüística foi desenvolvido por O. Ducrot (1984) que trabalhou o implícito nas suas formas: pressupostos e subentendido. Em análise do discurso acrescentam-se outras noções do não-dizer: interdiscurso, ideologia e f.d.. Em nosso caso, sob o “olhar teórico” de Eni Orlandi (1993) privilegiaremos outro foco: o papel do “silêncio” ao tratar o não-dito. Mas antes de aprofundar o papel “silêncio” em nossa abordagem, podemos delinear a f.d. que predomina em nosso corpus recortado em objeto

discursivo, verificando “o que pode e deve ser dito” a partir das posições de sujeito em relação ao que disseram.

Nos recortes n^{os} 1, 2 e 3 é visível o papel das t.l.s. como solução uma vez que são procedimentos tornados ‘endógenos’ à lógica empresarial e passível de produzir ganhos para a empresa. Em contraposição o papel do governo e seus órgãos ambientais (leis, autuações e multas) e dos ecologistas aparecem como problema, algo que “produz custos e incomodação”. O meio ambiente aparece claramente como um fator de produção (como o trabalho e o capital) e não um fim em si mesmo (esta questão está desenvolvida em Tolmasqui, 1998, Internalização das Externalidades, in Cavalcanti (org.). E também em Cleveland & Ruth, 1997, Função de Produção e os Limites Biofísicos, in Cavalcanti (org.)).

Ao dizerem “pontos de melhoria pra não dizer que eram falhas” ou “Isso não é um problema” ou ainda “isto é uma prevenção, não é uma corretividade”, ou mesmo, “não precisa ninguém vir”, estamos vendo o falar de uma mesma f.d. que criticará qualquer intervenção à livre iniciativa, à ideologia liberal. Os enunciados pertinentes a adoção de t.l.s. são novas formas de se dizer o mesmo que “quem tem a solução são as empresas, é só não atrapalhar”. São paráfrases deslizando metaforicamente agora num contexto de “vitória” em que o Estado enfraquecido pouco pode cobrar e os consumidores, “ainda”, desinformados pouco podem escolher, cabendo a concorrência, ou barreiras não tarifárias, vindas de países onde a presença do Estado é forte e aos consumidores que estão, em boa parte, informados, o papel de equalizar as condições de mercado.

É no contexto de “vitória” que o empresariado amplia seu protagonismo na “comunidade ambiental”. Veja-se os dados da pesquisa de Crespo (org.) de 1997.

Apesar das limitações desta pesquisa citada é significativa a diferença entre a “entrada” do setor empresarial e a dos demais, principalmente dos cientistas.

NOVOS PROTAGONISTAS

| SETOR | % |
|------------------|------|
| Empresarial | 43,5 |
| Movimento social | 34,0 |
| Cientista | 8,0 |
| Outros | 14,5 |

Nos recortes seguintes, de 4 a 10, aparecem conceitos como: desenvolvimento sustentável, ecoeficiência, eficiência, competitividade e uma alusão ao radicalismo de ecologistas ultrapassados. Nestas falas já é possível perceber o entrecruzamento de f.d. diferentes. Conceitos e expressões são (re)trabalhadas durante o deslizamento, na historicidade de produção de sentidos.

Novos conceitos são associados, na f.d., aos antigos, de seu domínio, e vão perdendo seu valor próprio na medida que entrecruzam-se e desdobram-se metaforicamente a cada paráfrase. Há um domínio de um discurso sobre o outro. A f.d. que remete a sentidos liberalizantes, da ordem do moderno (supremacia do tecnológico), próprias da sociedade de mercado (a la Polanyi) é o que se faz prevalecer. Os efeitos de sentido aí presentes (de modernização mas conservadora) ganham força na medida em que os que falam atribuem aos interlocutores o papel de protagonistas na defesa do meio ambiente como consumidores soberanos e os sujeitos falam de sua posição de “vencedor” (o papel do estado muda com o tempo e os ecologistas radicais são “coisas do passado”).

3.3.1.2a Os sentidos do silêncio

Orlandi (1992) classifica o silêncio em 2 grandes grupos:

1. Silêncio fundador - silêncio aqui não é ausência de palavras, nem somente o intervalo entre elas. Ele as atravessa. É a própria condição de produção de sentido. Não se pode não significar. Estamos condenados a isso. O sentido pré-existe e é múltiplo porque o silêncio é constitutivo. O silêncio é contínuo e há sempre ainda sentidos a dizer. A falha e o possível são função do silêncio e a significação é um *continuum* (etimologicamente discurso quer dizer “o que retorna” – desfalecimento do sentido), faz com que o silêncio signifique porque pode sempre ser outro.

2. Silenciamento - uma política do sentido.

Ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma dada situação discursiva. A diferença entre o silêncio fundador e a política do silêncio é que a segunda produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz, enquanto o primeiro não estabelece nenhuma divisão: ele significa em (por) si mesmo.

O silenciamento possui duas formas de existência:

“– silêncio local - interdição do dizer, cujo exemplo maior é a censura - estratégia política na produção dos sentidos pelo interdito: o proibido.

– silêncio constitutivo - pertence à própria ordem de produção de sentido e preside qualquer produção de linguagem. Representa a política do sentido como um efeito de discurso que instala o antiimplícito: se diz ‘x’ para não (deixar) dizer ‘y’, este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não-dito necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma ‘outra’ f.d., uma ‘outra’ região de sentidos. O silêncio trabalha assim os limites das f.d., determinando conseqüentemente os limites do dizer” (Orlandi, 1999, p. 76).

A partir dessas distinções E. Orlandi deriva ao que chama de “silêncio necessário”, ou seja, o que é preciso não dizer para dizer: a incompletude constitutiva. Esse silêncio é o indício dos “bordos” do discurso. É o não-dito relativo a dada situação significativa. Parte-se do dizer, de suas condições e da relação com a memória, com o saber discursivo para se delinear as “margens” do não-dito que faz os contornos do dito significativamente. O não-dito possui margens dadas pela memória.

Nesse cenário desdobra-se o movimento entre o “um” e o plural, a unidade e a dispersão, a paráfrase e a polissemia. Traça-se os limites de cada f.d. (as palavras, expressões, etc..., recebem seus sentidos da f.d. a qual pertencem). No jogo entre conjunto de bordos abertos e fechados o lugar onde o discurso vai exercer seus efeitos é o trabalho do silêncio. É aí no lugar do impossível, e no da suspensão de contradições, que se dá a possibilidade do dizer vir a ser outro (polissemia).

O homem, como animal simbólico, está condenado a sempre significar, a interpretar. Difícil lhe é suportar o não-sentido. O silêncio faz o sentido desdobrar-se indefinidamente que assim é dividido em diferentes direções que a história determina. O discurso, como objeto simbólico, posto em circulação produz sentidos indefinidamente; silêncio coloca o sentido em movimento: desdobrar-se do sentido em sentido, continuamente. Por sua vez, o imaginário que se assenta na necessidade que tem o sujeito de sempre “dar” e “ter sentido”, produz uma dupla ilusão: quando inscrito numa f.d. dada – imaginamos que o sentido só pode ser “um” (aquele); quando na história do jogo das múltiplas f.d. em seus limites moventes (relação do discurso com a exterioridade) – a ilusão de que sempre há sentido. Produtos do silêncio como constitutivo da significação.

De outra parte a onipotência do sujeito em achar que pode atravessar as fronteiras (do saber e do poder) pela sua força de vontade (o sujeito tem a impressão que a

incompletude é remediável e que o sentido é estável) vê no não-dito aquilo que se exclui ou aquilo que se pode dizer mas não é preciso, constituindo uma outra ilusão: a de que o não-dito é o desnecessário – também sustentada pela relação significativa com o silêncio. Assim o não-dito é o que pode, ou não pode, significar. No segundo caso relaciona-se ao não-sentido que é fundamental para a ruptura, o novo, o outro sentido. É na passagem do não-sentido ao sentido que se percebe, na relação com o silêncio, a ideologia que aparece como o imaginário necessário e, pelas suas falhas, permite o deslocamento.

Decorre que, “pode-se fazer coincidir, ilusoriamente, o silêncio com o não-dito enquanto filiação necessária ao interdiscurso e aí o que não se diz aparece identificado ao já-dito, portanto desnecessário de dizer; mas pode-se considerá-lo, por outro lado, no modo pelo qual do não-sentido se faz sentido” (Orlandi, 1992, p. 179), com a inscrição de outros discursos nas palavras.

Quando trocamos uma palavra por outra – metáfora (etimologicamente “transferência”) – o que é próprio do funcionamento discursivo – estamos mudando de um discurso para outro porque toda palavra refere ao discurso no qual significa ou significou. É o papel da ideologia. Toda palavra, como todo discurso, para significar, tiram seus sentidos de formulações que se sedimentam historicamente. Portanto palavras são sempre discursos na sua relação com os sentidos. A palavra identifica o interdiscurso.

Sendo assim não falamos só com nossas palavras. Preenchemos o equívoco necessário (o silêncio como produto da ideologia) com outros discursos inscritos nas palavras. Em todo discurso pode-se ver um outro, necessariamente excluído mas que o constitui – a articulação entre unicidade e duplicidade. Temos então na língua um espaço de manifestação das relações de força e de sentidos que refletem os confrontos de natureza ideológica.

O sentido só existe nas condições de metáfora (efeitos de substituição, paráfrases, formações de sinônimos), tendo seu lugar historicamente provisório (uma vez que sentido e sujeito estão em constante movimento) em certa f.d. que empresta às palavras que lhe pertencem seus sentidos. Na relação da metáfora com a constituição da formação discursiva é pela paráfrase que se configura o espaço da f.d. como o da reprodução “do mesmo” (com outras palavras) no processo de identificação do sentido. O mecanismo da paráfrase identifica o sujeito e dá a impressão de estabilidade do sentido. Por outro lado o silêncio acompanha a concepção do movimento dos sentidos e dos sujeitos, incompletos e abertos para se tornarem outros, indicando o limite da interpretação.

Um exemplo do papel do silêncio como um dos modos de se compreender a incompletude foi dado por Orlandi (1992, p. 185) mostrando que o olhar do dominado é que é mais sensível à pluralidade do que o do dominador. É o dominado que (falha e por isso) precisa do múltiplo para existir. Para o dominador basta o “um” (o seu). O dominado é que precisa do plural. O que se chama “criatividade” do brasileiro, entre outras coisas tem esse aspecto de determinação histórica: o plural necessário do olhar do historicamente coagido. O silêncio é sempre a possibilidade do dizer vir a ser outro. Antes de ser palavra o sentido já foi silêncio. E o incompleto é também o possível. É o caráter incompleto (a falha) do sentido e do sujeito a condição da pluralidade da linguagem.

3.3.1.2b As margens do não-dito

Em nossa análise, retomando o recorte nº 1, em “...não se achava que tivessem tanto pontos de melhoria, pra não dizer que eram falhas”, temos um deslizamento em processo: pontos de melhoria / falhas se substituem em posição parafrástica. O que era visto, até então, como “falhas” (pelo olhar do governo e dos ecologistas) até a adoção das t.l.s. tende ao apagamento, ao silenciamento, e a “melhoria” como resultado da otimização no uso dos insumos (veja-se que ainda não se trata de internalização de custos ambientais mas simplesmente redução de sobras em função dos custos das matérias-primas) tende a ganhar o sentido de preocupação com o meio ambiente.

A metáfora vai criando contornos na f.d. própria do empresariado, em que elementos do discurso ambientalista vão sendo incorporados mas silenciando-se seu sentido original (re) significando suas impressões, produzindo efeitos de sentido sob as margens da lógica do capital. A idéia só “tem valor” porque pode ser submetida (internalizada) aos interesses da empresa e legitimada pelo mercado (via consumidor). O que “melhoria” silenciará, não deixará dizer, é que são “falhas” que alguém cometeu e, portanto, seria passível de responsabilização.

É próprio do movimento da modernidade, numa sociedade de mercado movida pelo auto-interesse, a transferência de responsabilidades para espaços institucionais, eliminando-se a ética e a espiritualidade de assuntos relacionados com os sistemas econômicos e políticos.

“Hoje conhecemos as conseqüências fatais do iluminismo incompleto, do economismo dos movimentos sociais do século dezanove e da conseqüente recaída atrás das posições da revolução francesa. Uma grande falha da economia política é a que ela divide com seu objeto de estudo: ela ignora o papel da natureza no processo de formação do valor econômico e fecha os olhos perante os limites biofísicos (ecológicos) da produção industrial. Alimentando a confiança nas possibilidades ilimitadas das forças produtivas ela virou cúmplice no biocídio industrial” (Brüseke, 1996, p. 164).

A utopia, liberal, das possibilidades ilimitadas das forças produtivas (lastreada em constantes inovações tecnológicas) contribuem para essa transferência de responsabilidades, “justificando” a separação entre ética e economia. A razão iluminista a tudo superará. A “falha” do agente econômico (desrespeito a uma moral social) é transferida para as possibilidades das forças produtivas, cuja lógica de funcionamento (de mercado) está sujeita a outra “falha”: as instituições que a sustentam tem contribuído com o “biocídio industrial”.

É preciso não dizer “falhas” para dizer “melhoria”. A negligência “enterrada nos campos” dos agentes ressurgirá como “defeito de desenho” no espaço institucional (em especial no que tange a tecnologia). Se para o discurso dominante as instituições em questão possuem “defeitos” se faz mister transformá-las, preferencialmente em seu favor. Silenciar é preciso quando o dizer não é preciso.

A responsabilidade em fuga, analisada no recorte nº 1, é também uma demonstração de vácuo institucional.

“Na medida em que a sociedade define o que é crime, o ato criminoso é tanto expressão da moral social quanto do fracasso dessa moral. O criminoso pode perceber a quebra da regra social, que se manifesta na sua ação, e vivê-la das mais variadas formas. Essa vivência pode incluir sentimentos de liberação e liberdade, mesmo no ato do crime. Interpretado sob este ângulo o arrependimento é uma relembração da norma social e o sentimento de um distanciamento proibido é agora vivenciado com frustração” (Brüseke, 1996, p. 46).

A ausência de arrependimento visível no discurso analisado e a indiferença para com as acusações promovidas pelos ecologistas “radicais” num passado recente denotam uma certa rejeição à moral social agora sob a ameaça da unidimensionalidade da “moral” econômica, liberal, da sociedade de mercado, fundada no auto-interesse. Enquanto na sociedade de mercado o objetivo é o acúmulo de ganhos monetários, em outras economias o que se busca é a reprodução material da própria vida. O problema decorrente do domínio econômico sobre a ordem social, que já aparece no tratamento confuso que a economia

política clássica dá ao paralelismo entre riqueza e valor, é o de que mesmo em economias capitalistas tal ocorrência presumivelmente mostraria-se nefasta, devido as contradições intrínsecas ao sistema. Se assim não fosse, o papel do Estado na dimensão econômica dessas sociedades não estaria reservado às funções: alocativa, distributiva e estabilizadora.

Trata-se de um vício de origem. Conforme nos aponta Lisboa (2000, p. 2, 3):

“A economia se afirmou como disciplina científica (assumindo como sua tarefa promover e gerir o crescimento da produção) sofrendo um duplo deslocamento:

i) se distanciava das considerações éticas;

ii) sua noção de produção se deslocava de seu transfundo físico originário para se voltar apenas para o universo dos valores pecuniários.

...numa economia mercantil é a realidade do valor que comanda as possibilidades de reprodução das riquezas. Uma sociedade de mercado é uma sociedade voltada para a acumulação dos valores de troca. E, como esclarece Castoriadis (e também Aristóteles), o fenômeno do valor é da ordem do Nomos (isto é, da instituição política do social) e não da ordem da Physis (da natureza). Ocorre que, além de estar mergulhada num contexto ético, em última instância a vida econômica está submetida à leis físicas (pelas quais é governada, diria Quesnay) – uma vez que é no campo dos valores de uso que a riqueza social se objetiva”.

No recorte nº 8 temos “...então a coisa é mais inteligente hoje, antigamente era aquele radicalismo. Não existe mais radicalismo hoje: existe negociação...”, onde o sujeito se significa, significando a ação pró-ambiental adequada como a que privilegia a negociação. Duas variações de discurso se sobrepõem: o ecologista, desqualificado como radical (reativo) e um inteligente (pró-ativo) próprio dos empresários que, ao privilegiarem a negociação, adotaram medidas como os t.l.s. “Inteligente” silencia o que é tido como radicalismo (denúncia, movimentos populares...) assim como dizer “negociação” tende a não deixar dizer o que se dizia “antigamente”: a crítica à lógica do capital, ao consumismo e às desigualdades.

A f.d. do empresariado vai assim delineando suas fronteiras pelo interdiscurso, onde um outro discurso, (o ambientalista), penetra aquele espaço da f.d. mas, sua memória, que o sustenta, pelo papel ideológico próprio da formação social a qual pertence, em paráfrases vai perpetuando seus efeitos de sentido: a “vitória” (de Pirro⁹) da lógica liberal,

⁹ Aquiles, pai de Pirro, tornou-se o primeiro herói da Grécia tomando várias cidades, entre as quais Tebas, pátria de Andrômaca. Durante o cerco à cidade Aquiles retira-se, quando Heitor, marido de Andrômaca, fere de morte seu amigo Pátroco. Aquiles vingava a morte do amigo com a de Heitor, irmão de Paris e Polixena e filho de Príamo. Rei de Tróia. Mas o herói vingado demonstra compaixão e respeito ao Rei, já idoso, ao entregar-lhe nos braços o corpo do filho.

Quando criança, podendo Aquiles escolher, optou por uma vida curta e gloriosa em lugar de uma longa e obscura. Pelos oráculos também se sabia que Tróia não poderia ser tomada sem ele mas que morreria sob seus muros.

Não morreu na batalha mas apaixonou-se por Polixena e pediu-a em casamento. Quando estava prestes a desposá-la Páris feriu-o no calcanhar com uma flexa. Diz-se que foi o próprio Apolo quem dirigiu a portaria desse golpe

no transcorrer do intradiscurso. Não há espaços ao não-sentido que poderia resultar numa ruptura, num deslocamento de sentidos.

3.3.1.3 3ª etapa dos procedimentos da A. D. - Interpretação do processo discursivo e o papel da formação ideológica

O movimento do deslize, o efeito metafórico, ou seja, a historicidade da produção de sentidos tem na maneira de se conceber a ideologia um efeito que aponta-nos

mortal.

Pirro para vingar o pai invadiu o palácio de Príamo, matou um de seus filhos sob seus olhos, matou o próprio Príamo sem atenção pela sua velhice, jogou de um precipício o filho, ainda criança, de Heitor e Andrômaca e pediu Polixena para imolar pelo fim desonroso de seu pai.

Na partilha dos escravos coube-lhe Andrômaca, viúva de Heitor, a quem ele amou a ponto de por ela esquecer sua esposa, Hermione, que desprezada e ciumenta tramou a morte do marido. (P. Cammelin).

No mundo dos mitos as vitórias são parciais. O dever moral de vingança sangrenta, encurta a vida dos heróis e arrasa as cidades, estando em constante conflito com regras como a magnanimidade.

Na sociedade grega tradicional os mitos, repassados oralmente, representavam as emoções e os conflitos como metáforas das ações humanas projetados em personagens mitológicos. Aqui a lei do Oikós (espaço da casa; lei da família) se faz presente.

Mas a sociedade grega precisava se superar e já na Grécia clássica, período das tragédias encenadas publicamente, fortalece-se a lei da Pólis (a lei dos homens, do Estado grego).

Na tragédia, em sua função catártica, personagem mais nobre e forte, que representaria as estruturas mais tradicionais, vão morrendo e "...o espectador, reeducado pela peça, aprende a ter simpatia, pelos personagens menos nobres e mais fracos, mas por isso mesmo mais humanos e abertos para a experiência da vida" (Freitag, 1992, p. 25).

Se um tirano sobrevive, será castigado pelas conseqüências de suas ações *moralmente condenáveis* (ferindo a lei do Oikós), e vindo com o tempo a transformação num homem tolerante, marcado pelo sofrimento e pelo remorso e capaz de no futuro praticar o bem (sob a lei da pólis).

Numa época posterior, onde já havia se desenvolvido o discurso filosófico, Aristóteles em sua *Ética* a Nicômacos, apresenta o papel da amizade como necessária à vida: "A amizade parece também manter as cidades unidas, e parece que os legisladores se preocupam mais com ela do que com a justiça; efetivamente, a concórdia parece assemelhar-se à amizade, e eles procuram assegurá-la mais do que tudo, ao mesmo tempo que repelem tanto quanto possível o facciosismo, que é a inimizade nas cidades. Quando as pessoas são amigas não têm necessidade de justiça, enquanto mesmo quando são justas elas necessitam de amizade; considera-se que a mais autêntica forma de justiça é uma disposição amistosa.

E a amizade não é somente necessária; ela também é nobilitante, pois louvamos as pessoas amigas de seus amigos, e pensamos que uma das coisas mais nobilitantes é ter muitos amigos; além disso, há quem diga que a bondade e a amizade se encontram nas mesmas pessoas". (1985, pp. 153, 154). Mas Aristóteles alerta, ao final do livro VIII, para os casos de omissão quando da ocorrência de extrema deficiência moral.

Portanto ao aplicar-se a justiça da lei (justiça geral, universal do direito contratual) ignora-se o caso particular, pois ela é para todos, mas ela é mediada pela justiça da moral; virtude adquirida pelo sujeito na experiência e no controle racional dos seus desejos, ao praticar com *temperança* as virtudes morais.

A justiça é assim uma virtude completa, porque estabelece a relação com o outro, que pressupõe a amizade, e é também a mais importante das virtudes, porque contém todas as demais, ex.: coragem, generosidade, magnificência, doçura. Onde a ação justa repousa no equilíbrio entre os extremos medidos pela razão. Justiça é, pois, o objetivo da ação moral, já que representa a síntese ideal de todas as virtudes morais. (Freitag, 1992).

Diferentemente da igualdade jurídica dos modernos a justiça na ótica dos pensadores gregos consiste em praticar o bem no interior da hierarquia estamental. Se a justiça é a simbiose de todas as outras virtudes ela sintetiza o valor moral supremo de acordo com uma lei (a boa medida) fixada por cada um a si mesmo: para os filósofos a prática da verdade na construção do conhecimento; para os guerreiros a prática da coragem na guerra, para os artesãos a utilidade na produção dos bens, etc.

Veja-se que os vícios, antítese das virtudes, tornaram-se "moeda corrente" na modernidade: inimizade (egoísmo), injustiça, covardia, mesquinharia, desonestidade e a cólera. As quais poderia-se acrescentar a hipocrisia, o cinismo e a dissimulação (veja-se as chicanas jurídicas que nosso aparelho de Estado aceita). Frutos de mediação das relações sociais pelo mercado auto-regulável (portanto impessoal) e da busca frenética do auto-interesse que a quase tudo justifica (ex.: comércio de drogas lícitas e ilícitas).

Pirro assim como seu pai Aquiles, viviam sob a moral da justiça sangrenta (lei do Oikós) mas, o primeiro, cuja razão estava embebida pela bília, não ousou ser magnânimo, desrespeitando seus adversários já vencidos e desconsiderando os oráculos que haviam previsto o fim de seu genitor, não soube agir corretamente, de forma politicamente justa, adaptando a lei geral (lei da pólis) ao caso particular. Sua questão familiar estava acima do conjunto da população. Foi vítima de sua própria moral; seguidor da lei da vingança cujo círculo persecutório o atingiu na outra volta.

para o “discurso duplo e uno”. Essa duplicidade, esse equívoco é trabalhado como a questão ideológica fundamental.

“É nesse lugar, em que língua e história se ligam pelo equívoco, lugar dos deslizes de sentidos como efeito metafórico, que se define o trabalho ideológico, o trabalho da interpretação. Como esse efeito que constitui os sentidos constitui também os sujeitos, podemos dizer que a metáfora está na base da constituição dos sentidos e dos sujeitos” (Orlandi, 1999, p. 81).

Tendo como condições de produção (Γ_x^n para Pêcheux) o momento em que a adoção de ferramentas de qualidade (como as t.l.s.) aparecem como solução “inteligente” frente ao “radicalismo” de “antigamente”, podemos observar que deslizes (mesmo que em nosso corpus tenha aparecido em ordem invertida) como “falhas” \Rightarrow “melhoria” mostram o papel do ideológico operando parafrasticamente sobre o discurso ambiental unificando-o nas margens da f.d. liberal do empresariado em que seu discurso é dominante.

É visível o papel da memória no interdiscurso onde a (re) interpretação de outro discurso tende ao apagamento do que “não pode e não deve ser dito” remetendo o papel dos ambientalistas radicais a um passado “ridículo” e o do Estado e seus órgãos ambientais à pouca efetividade e ao entrave à eficiência do mercado como regulador. Autuações, multas e movimentos populares são desqualificados em nome da eficiência ganhando força o papel do empreendedor que coloca a questão ambiental para dentro de sua lógica (re)tratando-a como um fator de produção a ser poupado mas ainda não incorporando os custos ambientais como custos de produção¹⁰.

Os sujeitos que aqui falaram o fizeram de uma posição vencedora em que a solução para os problemas ambientais “pouco” foram efetivadas pelo papel do Estado ou pelas ONGs e seus cientistas / militantes, restando ao empresariado incorporá-los à sua lógica, mostrando resultados práticos e imediatos. Atribui-se aos interlocutores a propriedade de “escolher livremente” entre um discurso “arcaico”, questionador, e um atual, moderno, em conformidade com idéias globalmente aceitas e incontestáveis: a “inexorabilidade” da regulação social pelo mercado.

E o efeito de sentido mais claro é o da superioridade da lógica liberal e do papel do mercado auto-regulado sobre o do Estado forte e interventor ou o da sociedade

¹⁰ Em Kyoto os EUA propuseram a não regulamentação para emissões de CO₂ e em seu lugar apresentaram o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (CDM) como uma regra de mercado em que os “ricos” pagariam para poder poluir para não mexer na atual forma de geração de riquezas (modelo de produção e consumo que estão se mostrando inviáveis frente a depleção do meio ambiente).

civil organizada que só poderá ser “ouvida” como consumidora soberana, não “radical”. Assim os sujeitos se significaram, significando o “novo papel do empresariado” preocupado com o meio ambiente cabendo ao Estado e aos ecologistas juntarem-se a eles como “parceiros” (submissos).

No discurso “vencedor” (e: “ao vencedor, as batatas!¹¹”) vê-se um encerramento das margens da f.d. dominante em que as paráfrases vão apagando as relações com discursos interlocutores, contendo as possibilidades de polissemia. Observe-se que num passado recente houve uma disputa tensa pelos sentidos onde predominava o discurso polêmico e a polissemia presente estava passível de controle. Lá era possível uma prática de resistência (denúncias) e afrontamento (movimentos públicos). Se o discurso hegemônico, hoje, tende para a paráfrase e a monossemia não necessariamente opera aí relações de exclusão (podem ser de apagamento) visto ocorrem migrações de elementos de um discurso para outro. Como o olhar do dominante tende ao “uno” e o do dominado ao “plural” restaria saber onde / como este está exercendo sua multiplicidade.

3.3.2 Comentário

Pelos efeitos das vozes até aqui recortadas e analisadas pôde-se depreender que em seu campo simbólico são profundas as marcas dos valores (ética individualista e a racionalidade instrumental) da modernidade ocidental de modo a não parecer haver espaço para a percepção da questão ambiental como crise cultural e portanto base para uma ação social mais consistente.

O empresariado em tela está muito mais sensível às pressões que possam sofrer de consumidores “ambientalizados” ou externamente pela concorrência, que se acirrou com a globalização da economia, ou por barreiras “verdes” às exportações, todas via mercado, do que pela regulação do Estado ou da comunidade. Aceita e internaliza a questão ambiental na medida em que isto se faz necessário para tornar sustentável o modelo atual de sociedade moderna. Assim como a ciência moderna ao transformar-se numa força produtiva neutralizou seu potencial emancipatório (era vista como solução para todos os problemas da sociedade moderna e acabou por se tornar, por ela própria, num grande problema –

¹¹ Frase repetida inúmeras vezes em “Quincas Borba” pelo personagem, machadiano, Rubião como sendo um dos princípios do “Humanitismo” (sistema filosófico caricatural possivelmente desenvolvido pelo autor como crítica irônica às tendências científicas do séc. XIX). Em pleno delírio de loucura adotou-a como lema, considerando-se um vencedor, fato que é desmentido pelo romance.

Boaventura de S.S., 2000, p. 117) a absorção de tecnologias voltadas ao meio ambiente por parte desses empresários apontam preocupações em direção a competitividade, portanto, consolidando e acirrando ideais modernos, e não a sua contestação e/ou superação de sua insustentabilidade. A preocupação e o cuidado com o meio ambiente tende a converter-se em mercadoria, fortalecendo a idéia (falha, equivocada) de igualdade jurídica e impossibilitando o (re)estabelecimento das relações hierárquicas entre valores como, por exemplo, o direito a vida (em todas as suas formas) e a emergência da reprodução do capital.

A partir dos anos 70' (convencionalmente chamado de era do capitalismo desorganizado) o mercado como princípio regulatório deixa o âmbito do econômico e passa a abranger também o espaço do Estado e da comunidade (conforme Boaventura de S.S., 1996, 2000). O marco de ascensão do neoliberalismo está na quebra do padrão dólar/ouro, por parte do governo Nixon nos EUA, e sua conseqüente flexibilização dos câmbios por países em busca da competitividade "artificial", ao que seguiram políticas de governo neste marco ideológico como no Chile de Pinochet (1973), na Inglaterra de Thatcher (1979), nos EUA de Reagan (1980), na Alemanha de Kohl (1982), entre outros. A emergência dos mercados mundiais fortaleceu, como ator, a empresa multinacional no cenário econômico e das relações internacionais, restringindo a capacidade de regulação nacional e os mecanismos cooperativos de regulação capital/trabalho.

O Estado-Nação viu retrair sua capacidade de regulação da produção (privatizações e desregulamentação da economia) e da reprodução social (reduzindo suas políticas sociais), geralmente traduzindo sua fraqueza externa em autoritarismo interno (repressão de movimentos sociais, elevação da população carcerária). Na comunidade as práticas de classe perderam sua capacidade de reverterem-se em políticas de classe uma vez que fracionada (movimento sexual, racial, etc...) e esvaziada de conteúdo ideológico (Boaventura de S.S., 1996). O fim do monopólio de interpretação (família, Igreja, Estado) na passagem da modernização simples, e na crise institucional da sociedade industrial tardia, da modernização reflexiva (partidos políticos, sindicatos, fronteiras nacionais, princípios causais da responsabilidade na ciência e no direito, etc...) não tem se traduzido em autonomia mas sim em renúncia à interpretação. Assim o tema do meio ambiente fica carente de agentes que o ressignifique. O que (?) Quem (?) irá fazer combinar as visões e vivências dos vários setores da sociedade transpassados pelo ambientalismo e (re) interpretá-los?

O debate sobre progresso (no início do século) e sobre o (sub) desenvolvimento (no pós guerras) com forte conteúdo teleológico (progresso moral no primeiro e desenvolvimento humano no segundo) foram substituídos pela busca da competitividade que não necessita de qualquer justificativa ética, como aliás, qualquer outra forma de violência (M. Santos, 1996, p. 35).

“A competitividade é um outro nome para a guerra, desta vez uma guerra planetária, conduzida na prática, pelas multinacionais, as chancelarias, a burocracia internacional e com o apoio, as vezes ostensiva, de intelectuais de dentro e fora das universidades... Os defensores desse projeto como os governantes, homens de negócios, visam a construção de um mundo só, o que tem conduzido a conflitos, porque se tem buscado unificar e não unir...

Hoje, o que é federativo no nível mundial não é uma vontade de liberdade, mas de dominação, não é o desejo de cooperação mas de competição, tudo isso exigindo um rígido esquema de organização que atravessa todos os rincões da vida humana. Com tais designios, o que globaliza, falsifica, corrompe, desequilibra, destrói.

A dimensão mundial é o mercado... Quando o mundo assim feito está em toda parte, o embate ancestral entre a necessidade e a liberdade dá-se pela luta entre uma organização coercitiva e o exercício da espontaneidade. O resultado é a fragmentação, cuja dimensão é a tribo.

Neste contexto o tema do ambientalismo parece ter caído na armadilha da modernidade: a transformação incessante de energias emancipatórias em regulatórias.

Capítulo IV

ESTUDO DE CASO

4.1 Apresentação ao Papel do CNTL na Promoção da Produção Limpa

O maior papel do CNTL é facilitar a adoção de políticas que promovam a produção limpa. Num primeiro momento levanta as vantagens e desvantagens das políticas existentes e num segundo momento identifica e promove políticas ambientais em direção a produção limpa.

1ª fase:

1. Relaciona as políticas industriais e as ambientais separadamente.
2. Identifica quais ferramentas e os instrumentos que sustentam estas políticas (regulação, instrumentos econômicos e assistência complementar).
3. Verifica sua eficiência.
4. Identifica as possibilidades de mudá-las.

2ª fase:

1. Verifica sua ocorrência em países estrangeiros.
2. Promove projetos demonstrativos para analisar as barreiras chave e removê-las através de regulação, instrumentos econômicos e assistência complementar.
3. Propor mudanças nas políticas:
 - atividades de curto e longo prazos;
 - propostas de âmbito: local, regional e nacional;
 - medidas de suporte;
 - resultados esperados no curto prazo e no longo prazo.

Instrumentos de promoção da Produção Limpa

1. Regulação

- Comando/controle - estabelecer “standards” para a indústria; especificações ambientais para plantas industriais; monitoramento industrial; sanções informais, administrativas, civil e animal; eco-rotulagem.

- Concordância voluntária - “comportamento ambiental” induzido pela informação, educação, cooperação. P&D (pesquisa e desenvolvimento), programas de premiação, relatórios (avaliação) de produção limpa.

2. Instrumentos econômicos

- Taxas.
- Relatórios (ex. RIMA).
- Subsídios.
- Sistema financeiro.

3. Assistência complementar

- Centros de informação do governo.
- Indústrias associadas.
- Conselho de produtividade.
- Centros de inovação.
- Universidades e escolas técnicas.
- CNTLs.

Promoção da Produção Limpa em diferentes níveis da sociedade

- Governamental.
- Autoridades locais.
- Industrial.
- Educacional.
- Associações comerciais.
- Consumidor.

4.2 Estudo de Caso

A adoção de procedimentos que induzem a produção e promoção de t. ls. visam o estabelecimento de um Sistema de Gerenciamento Ambiental no interior da indústria (que poderá p. ex. ser certificado pela ISO 14001) que irá repercutindo para os diferentes níveis da sociedade (como p. ex. no debate sobre políticas públicas ambientais).

Dos três principais instrumentos de promoção da produção limpa no Brasil, o econômico parece ser o mais relevante e o principal alvo do CNTL-RS no momento, sendo que, quanto a regulação, apesar da legislação avançada e vivermos um momento de

politização da natureza, há dificuldades por parte dos poderes (principalmente operadores jurídicos e gestores do executivo) em aplicar sanções ou planejar a “geloconomia” frente a atual crise econômica (baixo crescimento e desemprego). Quanto a assistência complementar, no Brasil só recentemente vem se desenvolvendo o conceito de Sistemas Nacionais de Inovação que ainda está centrado em tecnologias e sistemas de aprendizado em que o tema do meio ambiente aparece de forma marginal.

Vimos no recorte nº 1 que os empresários analisados não vêem suas ofensas ao meio ambiente como falhas mas como oportunidade de negócios. As falhas podem ser apontadas exogenamente: pelos ambientalistas via sociedade civil, como nos anos 70; pela técnico-burocracia governamental, como nos anos 80. Ou endogenamente, pela própria empresa, como nos anos 90, mas esta só na medida em que afeta os lucros.

Curiosamente a Revista Expressão, de S.C. (que traduz o ponto de vista empresarial), em seu nº 61 de 1995 classificou as ONGs (que chamarei de “verdes” para não confundir com as adjetivações que se seguirão) em:

- Preservacionistas - aqueles que querem a natureza intocada; acham a atividade econômica incompatível com o meio ambiente; já foram maioria mas perderam muita força.
- Ecologistas - aqueles que querem a ruptura do atual modelo econômico, pois acham que ele é insustentável; querem uma rearquitetura ambiental da produção.
- Ambientalistas - hoje são a maioria; atuam em parceria com as empresas na mediação entre a atividade econômica e a conservação, tentando minimizar o impacto ambiental e aumentar a conscientização.

Fica claro aqui a intenção de apagar uma outra possibilidade de interpretação do fato, que já foi hegemônica: a de que tudo que afeta o meio ambiente é um problema, e além disso, coletivo, pois afeta a vida, atual e futura, de todos e não só da operacionalidade da empresa. Cria-se uma opacidade no discurso contrário ao desqualificá-lo, tratando-o como um empecilho a lógica empresarial que não pode ser contestada.

Na mesma revista citada, à pag. 12, afirma-se que há poucos anos cerca de 75% das ONGs “verdes” eram radicais (preservacionistas e ecologistas) mas hoje 50% são ambientalistas. A diretora de uma delas diz: “sou consumidora, não posso ser contra o desenvolvimento econômico”. Veja-se aí a centralidade da figura do consumidor deslocando a cidadania. Mas há também uma citação contrária, do presidente da Agapan, do R.S.: “não

nos envolvemos em projetos com empresas. Fazemos o papel mais difícil, que é permanecer na luta”.

É visível o perigo das ONGs “verdes” tornarem-se orgânicas às empresas e perderem seu poder contestatório mas, com esta associação também podem evoluir em competência técnica e dominarem argumentos sólidos para até agirem judicialmente como no caso da Apremavi, de S.C., contra a Multicolor Têxtil ou a Hedler Fecularia. Também dados e pesquisas atualizadas podem alimentar a opinião pública e os agentes envolvidos numa hermenêutica que sensibilizaria para novos valores ambientalmente motivados via meios de comunicação de massa ou pela educação ambiental.

Deve-se considerar o fato de que incorporando sofisticações tecnológicas e qualificando tecnicamente seus “funcionários” (antigos ativistas) as entidades ambientalistas tornam-se mais respeitadas pelos empresários que também buscam qualificar-se na área, uma exigência do “mundo globalizado”. O debate político passou à negociação técnica e novas alianças tornaram-se possíveis uma vez que o ambientalismo, segundo Leis (1999, p. 203) “parece possuir uma virtude paradoxal, já que, embora crítica da modernidade, aponta a uma maior e mais ativa cooperação entre indivíduos e grupos com interesses diferentes e até contraditórios, porém igualmente orientados pelos objetivos da modernidade”, quais sejam: o progresso humano baseado nas forças do trabalho e da tecnologia (sem considerar seus limites); o princípio de liberdade baseado na priorização do indivíduo e fundado na igualdade jurídica. O ambientalismo procuraria uma reconciliação, uma harmonização, da humanidade com a natureza e no interior da sociedade, entre atores e manifestações vivenciados até agora como opostos não complementares.

Contudo a idéia de complementaridade não parece presente no discurso empresarial que claramente encobre e ofusca as posições opostas ao seu discurso não deixando espaços à composições com o que não lhe seja orgânico. Paráfrases que dominam o interdiscurso não deixando brechas à polissemia colocam o empresariado numa posição de sujeito que superou o discurso adversário, tomando-lhe seus argumentos e (re) significando-os sob a órbita de sua ideologia. A conciliação entre ambientalistas e empresariado não deu-se sob uma ótica ecológica mas no domínio deste sobre aquele.

Conforme Costa, Alonso e Tomioka (1999):

“As estratégias de persuasão buscam mais a articulação de coalisões entre agentes de posições assemelhadas que negociação de diferenças. Os agentes redefinem suas posições buscando a hegemonia de seu ponto de vista,

não o consenso. Daí a indissolubilidade do conflito básico (no caso) que opõe agentes com diferente poder de barganha, que cedem sem convergir”.

Os enfrentamentos e recuos produzem impasses, que em sociedades de mercado e pluralistas, são passíveis de suavização gradual e de compromissos sempre mutáveis. No entanto, citando também Hirschman, soluções de compromisso só resolvem parte ou aspectos dos diferentes tipos de conflitos que parecem estar (re)emergindo (1995, p. 43).

O velho/novo dilema entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental tem produzido conflitos do tipo “clivagens transversais” onde os cidadãos enfrentam filiações múltiplas (as pessoas ora se alinham ao eixo ambientalista por consciência e/ou por uma ética renovada pelo ambientalismo, ora, por necessidades e/ou interesses econômicos aderem a racionalidade instrumental capitalista-materialista) revelando ambigüidades e contradições intrínsecas das posições, que vão continuamente se redefinindo em busca de legitimação no espaço público. Tais tipos de conflitos vão revelando sua multiplicidade de aspectos a medida em que vão sendo vivenciados (p. ex. nas pendengas judiciais ou durante os efeitos de algumas catástrofes ambientais) pelos agentes que por sua vez vão se filiando dentre múltiplas possibilidades mas sem que isso signifique uma redução de intensidade dos conflitos, pois mesmo os divisíveis (do tipo mais-ou-menos, próprias da sociedade de mercado) apresentam sempre um componente, ou parte, não divisível (do tipo ou/ou, próprio de sociedades cindidas por rivalidades, étnicas, lingüísticas ou religiosas).

Costa, Alonso e Tomioka (1999) em seu artigo sobre o conflito entre rodoviarismo (desenvolvimentismo) e o ambientalismo (conservacionismo) creditaram ao papel do Ministério Público, acionando a lei, e de instâncias democráticas, o seu desfecho. Não ocorrendo, portanto, nem a supremacia da concepção de um agente sobre os demais ou o espraiamento de uma consciência ambientalista. Mas se nestas instâncias democráticas se faz possível regular ou amortecer os conflitos, impondo derrotas e mudanças de curso nas linhas de ação de todos os agentes redirecionando projetos e valores diante dos cerceamentos políticos e jurídicos, as vivências compartilhadas nestas instâncias podem contribuir na produção de imagens – metáforas – valores subversivo – desconstrutiva de barreiras colocadas pelos diferentes interesses instrumentais¹² dos atores participantes do conflito, fazendo-os cooperar na solução de determinados problemas (na direção do que aponta Leis, 1999, p. 230). O que também corrobora (cerceamentos políticos e jurídicos) a

¹² Desarmando a idéia de respostas universais já que trata de questões mutuamente complementares em conflito que variam de sociedade para sociedade segundo diferentes hierarquias de prioridades.

tese de M. Serres de que o espaço jurídico, dos contratos, é uma linguagem que tende a ser mundializada e que poderá servir também aos “interesses da natureza”.

Mas estes autores (Costa et alli) supõe a neutralidade do direito. Boaventura de S.S. (2000) nos mostra que a crise da modernidade está fundada no fracasso de seu propósito de desenvolver harmoniosamente e reciprocamente o seu pilar da regulação (Estado, Mercado e Comunidade) e o pilar da emancipação (constituído por três lógicas de racionalidade definidas por Weber: racionalidade estético-expressivo, das artes e da literatura; racionalidade cognitivo-instrumental, da ciência e da tecnologia; e a racionalidade moral-prática, da ética e do direito) traduzidas pela completa racionalização da vida coletiva e individual. Esta vinculação entre dois pilares e a práxis social garantiria a harmonização de valores sociais potencialmente incompatíveis, tais como justiça/autonomia, solidariedade/ identidade e igualdade/ liberdade. Como era de se esperar houve excessos (que foram considerados desvios) e déficits (considerados deficiências temporárias) que seriam resolvidos através de uma maior e melhor utilização dos crescentes recursos materiais, intelectuais e institucionais da modernidade.

“Essa gestão reconstrutiva dos excessos e dos défices foi progressivamente confiando à ciência e, de forma subordinada, embora também determinante, ao direito. Promovidos pela rápida conversão da ciência em força produtiva, os critérios da eficiência e eficácia logo se tornaram hegemônicos, ao ponto de colonizar gradualmente os critérios racionais das outras lógicas emancipatórias” (p.51).

Além disso, e por sua conseqüência, as energias emancipatórias foram convertendo-se em energias regulatórias, domesticadas pelas exigências voláteis de regulação/desregulação econômica e social do cumprimento excessivo e irracional da racionalidade cognitivo-instrumental, cujos resultados tem sido: o desenvolvimento científico-tecnológico compromissado com a indústria militar; o perigo nuclear; e a catástrofe ecológica.

No caso citado (rodoviarismo vs. Ambientalismo) a conversão dos pontos de vista, em choque, a um mínimo denominador comum deveu-se a coerção moral pelo debate público operada em conjunto com a dimensão institucional-legal materializada pela atuação do Ministério Público, demandando de um modo, estratégias de persuasão e de outro, negociação por parte dos litigantes. No entanto o conflito só foi suavizado e solucionado em parte, pois os compromissos são mutáveis e as filiações múltiplas e voláteis, podendo o

mesmo retornar sob outro aspecto e de forma mais intensa. A instância jurídica, aqui, opera de forma regulatória do próprio modelo de sociedade que produz tais tipos de conflitos, pouco contribuindo à emancipação do tratamento das questões ambientais para fora da lógica do capital.¹³

Em nosso estudo de caso, seguindo o mesmo raciocínio, pode-se depreender que a adoção de t. ls. dá a impressão de que os empresários convergiram com os ambientalistas, ao menos numa pauta mínima comum: onde os conflitos típicos dos anos 70 e 80, aparentemente insolúveis, tornaram-se passíveis de negociação nos anos 90, quando da consolidação da sociedade pluralista e de mercado no Brasil, o que torna possível soluções de compromisso, neste caso não por força do debate público e de operadores jurídicos mas pelo consenso, traduzido no conceito de “desenvolvimento sustentável”. Mas a ausência de espaços de polissemia no discurso empresarial pesquisado, no que se refere a permeabilidade da sua formação discursiva ao ambientalismo, revela não sua convergência ao tema mas seu poder de barganha nas atuais circunstâncias, em que o poder regulatório do Estado e da comunidade estão obliterados pelo do mercado, o que permite a este agente redefinir suas posições visando a hegemonia de seu ponto de vista e não o consenso frente a formação discursiva (ambientalista) que não mais se lhe opõe, mas cede. A baixa intensidade do conflito, por hora, pode dever-se a “clivagens transversais” mas o impasse permanece.

Pelos recortes n^{os} 2 e 3 vê-se que para estes empresários crescimento econômico é um objetivo superior à proteção ambiental e que a regulação pelo mercado mostra-se superior a regulação estatal. O que é pertinente com nossas observações anteriores mas cabe destacar que no Brasil vive-se uma situação paradoxal quanto a legislação que a despeito do atual índice de degradação do país é considerada uma das mais avançadas do mundo. Birnfeld (1997) aponta como causa um conjunto por vezes confuso de disposições, a existência de lacunas no próprio conjunto normativo mas, principalmente, o descaso de alguns operadores jurídicos quanto a legislação ambiental, demonstrando um lamentável desconhecimento dos valores críticos que estão nela inseridos. O comportamento individual-social é bastante predatório e o poder público é incapaz de fazer cumprir a legislação.

O que pode-se depreender é que houve uma conjunção de fatores. Por um lado as novas tecnologias, em alguns casos, tornaram possível a redução da produção de resíduos sem grandes gastos, pelo contrário, as empresas acabam economizando pois agora vêm a

¹³ A pauta ambiental introjetada, em parte, no direito não significa que se traduzirá nas práticas sociais.

poluição como desperdício e um custo desnecessário. De outra parte o governo sem condições de manter uma grande estrutura de fiscalização estrategicamente aproxima-se dos poluidores conscientizando-os da necessidade do controle de poluentes, ação para a qual está disposto a ajudar, mais para garantir sua colocação no mercado do que para evitar multas e autos de infração.

No recorte nº 4 fica claro que negócio & meio ambiente é uma forma de resistência da lógica instrumental: é o velho jogo de interesses renovado pelo ambientalismo.

Mesmo antes do advento das t.l.s. já se falava em S.C. em “lucros ecológicos”. Na Revista Expressão (nº 20, 1992, p. 23) lemos as observações de uma eng^a. da FATMA que diz: “poluição é desperdício e as empresas já estão descobrindo isso”. A idéia, a ser “vendida”, é que uma estação de tratamento, por exemplo, pode ser vista como uma nova fábrica onde o material poluente é a matéria-prima e os rejeitos recuperados são produtos que podem ser vendidos no mercado. Assim procedendo, muitos empresários descobrem que estavam perdendo dinheiro. A diferença com a abordagem pró-ativa das t.l.s. é que esta evita o processamento dos resíduos na fonte, uma vez que o preço do reciclado não compensa o da matéria-prima original.

Na mesma revista (nº 70, 1996, p. 51) um diretor de uma grande empresa aponta que tudo que fora feito pelo meio ambiente antes da entrada do setor empresarial não pareceu-lhe suficiente. “Na verdade, o homem só começou a reverter a lenta destruição da terra quando as grandes corporações empresariais perceberam que, de certa forma, a poluição não era mais do que um item de ineficiência e que, na verdade, os prejuízos daí advindos eram maiores do que os investimentos que deveriam ser feitos para evitá-lo”. E isso, em alguns casos, mesmo antes do Programa de Atuação Responsável e da certificação ISO 14000.

Diz ainda o diretor (ind. química):

“Hoje, as melhores empresas do planeta, em condições de competitividade e, conseqüentemente, em resultados, coincidentemente são aquelas que incluem entre suas prioridades, o mais rigoroso controle sobre os efeitos de sua atividade na natureza. Elas tornaram, assim, mais fácil e busca da qualidade total em suas operações, um dos apanágios de globalização econômica, e, acumulam adicionalmente um imenso capital social que beneficia as suas marcas, os seus produtos e até as suas ações na bolsa. Há uma boa chance de que os homens, finalmente, virem parceiros confiáveis da vida”.

Ressalte-se mais duas declarações de um diretor e um gerente de empresas da indústria têxtil na Revista Expressão (nº 29, 1993, pp. 16, 17):

“Em relação a cuidados ambientais, os europeus são os clientes mais duros. É um consumidor mais exigente, que não se preocupa apenas com a qualidade dos produtos que está comprando, mas quer saber mais sobre a origem deles, quem os fabrica, que processos utiliza e muito mais. É preciso ter uma visão estratégica de longo prazo para atendê-los, pois não se trata de uma onda passageira, mas de uma tendência que vai influir na decisão de compra de um número cada vez maior de compradores”.

“Estamos procurando nos aparelhar nessa área porque a reciclagem do lixo, especialmente o plástico, tende a ser cada vez mais cara mesmo nos países do primeiro mundo. A terra não tem mais espaço para o lixo e quem não se adaptar a essa contingência certamente sofrerá restrições no mercado internacional”.

Nada garante, como veremos a seguir, que com a entrada do setor empresarial no campo do ambientalismo vá o “homem tornar-se um parceiro confiável da vida”. Mesmo sua “conversão” via mercado é questionável. O diretor (ind. têxtil) acima citado, três anos após (1995), diria que são poucos os clientes que fazem de fato exigências ecológicas para comprar. Mesmo na Alemanha é um universo muito pequeno. “O que vale mais é o preço” apesar das pesquisas mostrarem uma evolução do consumidor sensível. “Mas se depender só do processo comercial vai levar uma eternidade”.

A fragilidade aparece ainda mais quando um representante da Federação das Indústrias admite que “quando a demanda é maior que a oferta os cuidados ambientais não são nem um pouco importantes nos negócios”. Como foi o caso das exportações da celulose e do papel, um dos setores ambientalmente mais vigiados, que quando a demanda aqueceu faltou oferta, os preços dispararam, e até os poluidores exportaram, beneficiando os que não investiram em controle ambiental.

O mesmo diretor (ind. têxtil) supra citado percebe que o problema só será resolvido quando atingir a esfera cultural. “Não adianta nada ter uma das melhores legislações ambientais do planeta se a comunidade não tem cultura para isso”.

Um empresário paranaense, membro do Partido Verde, resume bem a questão (Revista Expressão, nº 61, 1995, p. 17): “a motivação dos empresários não se dá pela consciência ecológica – apenas mercadológica. E a tão querida ISO (14000 - que certifica a preocupação ambiental da empresa) só chegou por interesse, não por consciência.

A geração que hoje está no poder aprendeu que poderia dispor da natureza livremente, e esse contrato da sociedade com o meio ambiente não pode se resumir a leis e certificados. Tem é que se colocar na agenda a questão cultural”. Ao que um dos fundadores da Associação Catarinense de Preservação da Natureza acrescenta: “levamos 20 anos para colocar o meio ambiente na boca dos empresários, mas ainda falta levar da boca para o cérebro”.

Vê-se que a entrada do empresariado no ambientalismo está condicionada, entre outras coisas: à pressão de consumidores “verdes”, que ainda são muito poucos; à legislação, que no Brasil não se fazem cumprir com vigor; à certificações, que quando a demanda supera a oferta perdem seu efeito; à barreiras não tarifárias (ecoprotecionismo), que são formas dos países ricos protegerem suas indústrias quando não podem praticar subsídios. Como então vislumbraríamos uma mudança cultural?

Vejamos a seguinte declaração.

Empresário A. Empresa A. (S.C.)

“Eu acho que qualquer atividade que tu faças tu está alterando o sistema, por mínimo que seja. O homem é o único animal que estraga o ambiente dele mesmo.

...se continuar poluindo do jeito que tá, as coisas vão ficar mais difíceis pra eles (filhos). Daqui a pouco o cara que tiver água vai valer mais do que ouro... A água já tá cara e só vai dificultar mais né”.

Quando questionado sobre o papel da metodologia das t.l.s. em sua consciência ecológica disse que esta permaneceria a mesma pois já se considerava um ecologista e que o “exercício” em sua empresa estava restrito a apenas um produto mas que gostou e iria ampliar.

A possibilidade de mudança que se abre é, por um lado, vislumbrando a quantidade de poluentes pela ótica do desperdício possa-se sensibilizar não somente “cérebros” mas “corações e mentes”. Por outro lado as gerações que estão assumindo o poder estarão sofrendo os grandes problemas ambientais e saberão que o pressuposto liberal no meio ambiente como fonte inesgotável de matérias-primas e depositário de rejeitos e a idéia de progresso material e social permanente fazem parte de uma utopia-impossível. Mas isto já seria tema de uma outra pesquisa.

Onde lê-se “as coisas vão ficar mais difíceis” seguido de “o cara que tiver água vai valer mais do que ouro” percebe-se o discurso “ecológico” em relação com o discurso

empresarial. O informante identifica na crise ecológica uma oportunidade comercial. Vê que o valor de troca necessita da escassez para se manter elevado. E como afirma Cordeiro (1995, p. 182): “o sistema capitalista não é apenas um sistema econômico de “atendimento” de necessidades sociais. Ele o é, também. Na sua materialidade é, antes, um sistema de ‘criação’ de necessidades sociais”.

Nosso entrevistado, como a maioria dos teóricos da economia, não distingue “valor” de “riqueza”, diferenciação de conceitos crucial para a abordagem ecológica. Riqueza, segundo o autor supra citado, são os bens, os serviços e o quadro natural de que podem usufruir os homens privadamente ou em sociedade. Pela lógica do capital estaria justificado o uso maciço de água potável na indústria e na agricultura enquanto alguns seres humanos morrem por sua falta, uma vez que os primeiros estão dispostos a pagar o preço de ocasião pelo líquido vital. Mas isto já é questão para outra pesquisa que envolva os conceitos de consumo ético e comércio justo.

Nos recortes n^{os} 5 e 8 aparecem efeitos de sentidos contra as ações reguladoras do Estado e fiscalizadora das ONGs sob a luz do desenvolvimento sustentável que possibilita a endogeneização dos problemas ambientais à lógica do capital via mercado, mostrando-se esta uma forma mais “inteligente” (e vencedora) de resolver tais problemas.

No meio empresarial o conceito de “desenvolvimento sustentável” (enfoque adotado pelo Relatório Brundtland: Nosso Futuro Comum de 1988) logo encontrou guarida, uma vez que aliviava as tensões criadas por outros relatórios e conferências como o de Estocolmo em 1972 (no qual surgira o conceito de “ecodesenvolvimento”¹⁴ que derivou para críticas às relações Norte-Sul e ao progresso gerado pela modernização industrial) e a Declaração de Cocoyac de 1974 (que apontava a explosão populacional dos pobres e o excesso de consumo dos ricos como causa da pobreza).

“Em contraste com os anteriores, este enfoque considera legítima a apropriação privada dos bens ambientais, partindo do suposto de que os produtores protegerão o meio ambiente quando isso seja demandado pelos consumidores. Aqui se prioriza o princípio da eficiência alocativa por sobre a equidade social, colocando-se os mecanismos estatais reguladores e a atuação educativa das ONGs numa posição subordinada aos mecanismos de mercado. Esse enfoque critica severamente, como ineficiente, o sistema de regulação estatal adotado no mundo ocidental nas últimas duas décadas. Seus defensores encontram-se no mundo empresarial onde o desenvolvimento econômico de caráter predatório está em decadência” (Leis, 1998, pp. 153, 154).

¹⁴ Para um melhor entendimento do conceito veja-se Vieira (org.) et all. Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil, 1998.

Ressalte-se, como considerou Sachs (1994), que qualquer proposta de sustentabilidade precisa levar em conta cinco dimensões:

1. Sustentabilidade social - visar maior equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre padrões de vida dos ricos e dos pobres.

2. Sustentabilidade econômica - aqui Sachs vai além da alocação e gerenciamento mais eficientes dos recursos e questiona o ônus do serviço da dívida e da saída líquida de recursos financeiros do Sul além das barreiras protecionistas existentes no Norte e os termos de troca desfavoráveis aos menos industrializados.

3. Sustentabilidade ecológica - que exigiria as seguintes medidas:

- reduzir os danos aos sistemas de sustentação da vida;
- limitar o uso de recursos não renováveis;
- promover a conservação de energia e de recursos e da reciclagem;
- (auto) limitar o consumismo dos mais ricos;
- definir normas para uma adequada proteção ambiental,...

4. Sustentabilidade espacial - melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas.

5. Sustentabilidade cultural - incluindo a procura de raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, processos que busquem mudanças dentro da continuidade cultural e que traduzam o conceito normativo de ecodesenvolvimento em um conjunto de soluções específicas para o local, o ecossistema, a cultura e a área.

Saliente-se aqui o aspecto cultural do local, como nos ensina Dowbor (1994):

“O poder local, com seus instrumentos básicos, que são a participação comunitária e o planejamento descentralizado, constitui, nesse sentido um mecanismo de ordenamento político e econômico que já deu provas de eficiência, em particular nos países desenvolvidos. Ele é sem dúvida o grande recurso subutilizado no país” (Brasil).

Nosso informante considera que mimeticamente poderemos, sob a luz da experiência européia, promover um desenvolvimento mais sustentável do que o deles. Não há a mínima consideração com a produção crítica local (brasileira) como se um conceito tão complexo pudesse ser incorporado universalmente por “osmose”.

Nas atuais condições de produção do discurso empresarial ambientalmente sensível, percebem-se formações imaginárias que pressupõe uma certa “vitória” do mercado sobre o estado, possibilitando que conceitos, antes de uso mais restrito, sejam apropriados e reformulados a luz das necessidades do discurso dominante. Como pensar promover um desenvolvimento “mais sustentável” que o dos europeus, via mercado, quando é lá justamente onde se encontram os consumidores ambientalmente sensibilizados e que as leis, além de rígidas, transcendem fronteiras em suas conseqüências, devido a proximidade dos países. Como destaca Hajer (1997) a respeito do discurso ambiental:

“The apocalyptic overtones in the presentation of global environmental problems seriously confines the political debate on what needs to be done, by whom, and under what conditions. Hence there is ample reason to examine in detail how the priority issues in environmental politics are defined, as well as trying to understand the implicit political decisions that are being made through environmental discourse”.

Hajer concentrou sua pesquisa em relação ao tema da chuva ácida, típico dos anos 90, não muito visível mas de graves efeitos cumulativos, que ameaçam a vida no planeta e portanto demandam políticas públicas “antecipatórias” (‘anticipatory’), ou melhor, preventivas, mais eficientes que as compensatórias. Além de um debate mais amplo, democrático, entre os envolvidos nas causas, mas também sob as conseqüências, dos danos ambientais.

Além das deficiências típicas, institucionais dos países do Sul em relação aos do Norte, a urbanização ‘tardia’ (em grande velocidade) e a grande mobilização das pessoas, ambicionando o sucesso, próprios do século 20, na sociedade industrial moderna, mudaram o destino das comunidades, que eram eficazes como intermediários entre a família e o mundo mais amplo. Conforme Lasch, em sua derradeira obra de 1995: “Os bairros foram destruídos não só pelo mercado – pelo crime e pelas drogas ou, menos drasticamente, pelos shoppings – mas também pela engenharia social esclarecida”.

Como pensar então a sustentabilidade, em suas cinco esferas, frente a tamanhas debilidades? A via dos mercados as contemplaria? Se Dowbor aponta que o poder local já deu mostras de eficiência nos países desenvolvidos como desenvolvê-lo hoje quando Lasch aponta que as elites – móveis e com perspectivas cada vez mais globais – recusam-se a aceitar limites ou vínculos com nação ou lugares. Teríamos soluções confiáveis para problemas sociais e ambientais mais profundos quando a tendência cultural é a moda do sucesso alcançado por meio da auto-estima? O autor de ‘Refúgio Num Mundo sem Coração’ ainda adverte, sobre os EUA, que as elites, tendo se descartado das normas

morais e éticas que a religião lhes proporcionava, agarraram-se à crença de que através da ciência é possível dominar seus destinos e escapar dos limites mortais. Além disso, na busca desta ilusão, eles ficaram fascinados pela economia global. E alerta que, a rebelião das elites está acabando com tudo que vale a pena na vida americana.

Vê-se que mesmo hoje nos países desenvolvidos dificilmente se fortaleceria novas iniciativas de poder a partir do local. Imagine-se ao sul do Equador! Mas isto no que se refere a iniciativas da elite, “globalizada, industrial, cultural, etc...”.

Parece ser das bases do povo que deverão sair respostas mais adequadas e honestas para os grandes problemas globais mas de impactos que afetam os povos localmente, como o são os problemas ambientais, onde a degradação física afeta muito mais as sociedades mais pobres e seus laços afetivos familiares eminentemente locais. Um espaço que se abre é o da prática autogestionária no Brasil, que diferentemente da Europa, em que a autogestão esteve mais articulada às lutas nos locais de trabalho, nos conselhos ou comissões de trabalhadores, possui uma perspectiva da gestão do espaço social. Como expõe Nascimento (2000):

“articular a dimensão do território e a da organização inter-profissional. ...construir uma contratação coletiva que também assuma os interesses de setores da população e de trabalhadores excluídos em diversos campos: moradia, seguridade social, renda mínima, educação, menores, etc...”.

Ao que se poderia acrescentar: em simbiose com o meio ambiente.

A elite industrial brasileira, como as elites de um modo geral, “turbinadas” pela globalização da economia, lançam seus olhares para o alto visando o sucesso sob parâmetros internacionais de competitividade, “deslocando-se” do local; lugar em que opera a produção, e que se relaciona com os demais atores no entorno fabril e em que realiza trocas com o meio ambiente. Por conveniência mudou seu discurso. A linguagem da certeza e da verdade absoluta, que compartilhava com seus contrários, nos anos 70 e 80, não pode senão formular a desqualificação do outro, do diferente, daquele que não satisfazia o padrão. Nos anos 90 o discurso foi alterado mas não para envolver o seu contrário. Vejamos o que nos diz Bauman (1999):

“A linguagem da cortesia (que) cria uma chance ‘de ser gentil, de evitar a humilhação dos outros’ (Rorty). Observemos, no entanto, que ‘ser gentil’ não é também o final da história – e então final do caminho da

emancipação. 'Ser gentil' e a tolerância que isso representa como símbolo de comportamento de linguagem pode muito bem significar a mera indiferença... ele não vai ser como eu, como estamos condenados a dividir o espaço e o tempo, vamos tornar a coexistência suportável e um pouco menos perigosa".

Assim parece ser suportado, por parte do empresariado, o discurso ambiental. Ser “cortês” pode significar, simplesmente, indiferença, já que questões locais não mais lhe interessam tanto e ele pode ceder, ao menos simbolicamente, no discurso, mas sem com isso que se deixe penetrar em sua formação ideológica.

Dos recortes n^{os} 9 e 10 pode-se concluir que para o discurso analisado a solução dos problemas ambientais passam por dentro (endógenos) da lógica da produção industrial, uma vez que a concorrência internacionalizada não permite mais que os desperdícios sejam repassados aos preços.

Em nosso país já há um consenso de que perde-se cerca de 30% em desperdícios de: alimentos, água tratada, etc... O que se vê aqui é um choque quando defrontamo-nos com a nossa próprio cultura do desperdício.

Uma pesquisa interna nesta empresa analisada revela que ninguém conhecia ou considerava o panorama geral das emissões e dos resíduos. Surpreenderam-se quando conheceram o valor e o impacto ambiental das perdas. Se por um lado revela ignorância em relação ao tratamento da perda residual (resíduos sólidos, emissões atmosféricas e efluentes líquidos) por outro despertou a consciência para eliminação dos mesmos. O que pode indicar o diagnóstico ambiental como um forte indutor que desperte a empresa convencional e a mova no sentido de uma “empresa sustentável”. Veja-se a restrição da sustentabilidade para a lógica da empresa.

A pesquisa aponta que em adotando-se as t.l.s. desperta-se um sentimento ecologicamente correto que sustentará atitudes ideais para com o meio ambiente, produzindo um “nova visão” – porque quebra paradigmas – que “libera todo um novo conjunto de possibilidades que se repercutem em ganhos financeiros para a empresa, em ganhos ambientais, em educação ambiental, enfim em benefícios gerais para a sociedade” (Gonçalves, 1998). Se as possibilidades de mudança social em relação as questões ambientais estiverem restritas a este raciocínio, próprio da modernização ecológica, como atingiremos as demais dimensões da sustentabilidade?

Mas para a percepção dos entrevistados isto parece suficiente, o que pode também estar acontecendo com os demais setores e atores, não especializados no tema, por

eles informado e cujo resultado das combinações de visões sobre a temática não é previsível, uma vez que confrontado com a imagem-noticiário-comentário das mídias podem contribuir para a “antipolítica” necessária para a governabilidade ambiental.¹⁵

Nos recortes n^{os} 6 e 7 aparecem os sentidos de que a degradação ambiental só se transforma numa questão, para estes informantes, quanto tem um valor econômico e de que se o empresário tem que ser cobrado (pelo Estado/comunidade ou pelo mercado-consumidor e concorrência) para adotar políticas industriais-ambientais é porque não comunga do ethos ambientalista.

É visível, após operados os recortes pela A.D., que a adoção de t. ls. inscreve-se muito mais nas hipóteses trazidas pela T.M.E. do que pelo A.M. Constata-se um movimento crescente de *ecologização da economia*, com mudanças tecnológicas “ambientalizadas” e uma abertura para o monitoramento de seus fluxos (S.G.A., ISO 14001)¹⁶, e um movimento mais restrito de *economização da ecologia*, que prevê a incorporação de conceitos e mecanismos econômicos além de princípios ambientalmente constituídos (eco-taxas, eco-rotulagem, restrições ambientais ao crédito internacional) e portanto pressões regulatórias, externas a empresa, via mercado ou pela legislação local e operadores jurídicos sensibilizados pelo tema e um certo nível de “politização da natureza”, sem os quais o princípio de produção limpa não poderá irradiar-se para os demais setores, e níveis, da sociedade a partir da indústria e de seu empresariado.

É difícil a superação destes limites por ser o Brasil um país em desenvolvimento e como os demais latino-americanos passa por uma série de ajustes macroeconômicos¹⁷ frente ao excessivo, e ao padrão de, endividamento¹⁸, o que torna a pauta ambiental subsidiária às necessidades de crescimento econômico.

Os CNTLs espalhados pelos países em industrialização forçadas visa justamente queimar etapas neste processo no que diz respeito a proteção ambiental, buscando equalizar os níveis de desperdício e emissão dos países emergentes com “standards” do

¹⁵ Conforme Leis (1999, p. 229) a perda crescente de soberania dos Estados-nação, a multiplicação de atores não-estatais e a disseminação de novas tecnologias de comunicação permitem pensar a governabilidade ambiental não mais a partir de atores tradicionais, da ordem e da integração mas pela complexa soma de atores diferentes cujo resultado pode ser o de uma “ordem” turbulenta e desordenada.

¹⁶ Espiral do Sistema de Gerenciamento Ambiental (S.G.A.):

1. Revisão inicial; 2. Políticas ambientais; 3. Planejamento; 4. Implantação e operação; 5. Monitoramento e Reação: a) manutenção e medição; b) ações corretivas/preventivas; c) registros; d) auditoria/solicitação de certificação ISO 14001; 6. Revisões gerenciais; 7. Volta ao 1. (Fonte: Maimon, 1999).

¹⁷ Desnacionalização e privatização de empresas e serviços, desregulamentação das relações trabalhistas, retração de gastos sociais.

¹⁸ Dependência de capital externo de curto prazo.

“primeiro mundo”, apesar das diferenças tecnológicas e culturais dos mesmos. Mas pode-se considerar também que a lógica do mercado “globalizado” exige uma certa uniformidade dos padrões de concorrência evitando diferenças nas vantagens comparativas, como por exemplo ocorreu no Brasil do II PND, em que as possibilidades (quase ilimitadas) de usufruir do meio ambiente tornou-se atratividade para a indústria estrangeira. O que ocorre hoje são pressões internacionais para que isso não se torne mais possível. Mesmo que não haja prejuízo para a empresa adotar t. ls., inclusive ela reduz seus gastos, ao se utilizar de instrumentos de mercado (M.B.Is.: Market-based instruments) para internalizar custos ambientais ela incorporará ao seu sistema de formações de preços, insumos e prevenção de danos ambientais cujos custos tendem a ser crescentes, ou pela escassez (ex. água) ou pela complexidade de seu tratamento (ex. resíduos tóxicos e emissões de carbono) o que no longo prazo certamente influirá em seus níveis de competitividade.

Uma das limitações da produção limpa e de suas tecnologias será a de longo prazo, no âmbito da indústria, melhorar a eficiência dos gastos ambientais, medido pela redução da emissão de poluentes por unidade de produto, mantendo a lucratividade da empresa dentro de sua indústria. Os efeitos competitivos de curto prazo (o mercado exigindo produtos “limpos”) induzem a adoção de t.l.s no processo produtivo que garantirá benefícios ambientais e econômicos (menos desperdício) no longo prazo, mas a competitividade se dilui no tempo, não se torna mais um atrativo, como possibilidade de se diferenciar dentro da indústria com a maior eficiência possível podendo transferir esta vantagem extraordinária ou para os consumidores (nos preços) e/ou para os acionistas (via lucros e dividendos).

Outra limitação está no âmbito dos instrumentos de políticas governamentais que para poder tornar as empresas de seus países mais competitivos internacionalmente, na busca de superávits comerciais, podem induzir desperdícios e agressões ao ambiente, como: subsídios ao uso de energia, água e outros recursos; taxar investimentos que visem tratar resíduos; restrição às importações em favor de tecnologias locais do tipo “end-of-pipe”. Estas limitações, não das t.l.s. mas à sua implementação é que são contrapostas pelo CNTL.¹⁹

¹⁹ Instrumentos de políticas direcionadas para promover Produção Limpa (P.L.) defendidos pela UNIDO:

- leis e regulamentação que priorizem a produção limpa sobre o end-of-pipe;
- condescendência nas negociações ambientais em favor da P.L.;
- majoração nos preços de energia, água e combustíveis;
- privatização de empresas e serviços públicos;
- suprimento de informações para quem opte por P.L.
- fundos para projetos de demonstração de P.L.
- compras por parte do governo de produtos limpos. (Fonte: Material didático da UNIDO, 1994).

Como visto, a adoção de t.l.s. por si só não representa que o empresariado entrevistado tenha incorporado valores ambientais em seu cotidiano. Também seus efeitos, como indutor econômico, tendem a se diluir ao longo do tempo. A ecologização da economia é um fenômeno que tende a se disseminar em todos os ramos da produção, principalmente utilizando-se dos grandes avanços das tecnologias da eletrônica, da informatização (telemática) e da biotecnologia, no qual as t.l.s. parecem representar um poderoso instrumento. Mas seus efeitos tem limitações (apesar de promover instrumentos como o ecomonitoramento - ISO 14001) pois, não representando um valor, sua adoção está limitada enquanto for um incentivo econômico (buscando competitividade no mercado) tendendo a diluição na medida em que o resto da sua indústria também o adotar, uma vez que mantém-se a lógica instrumental-utilitarista.

Quanto a economização da ecologia vê-se que no que se refere as pressões internacionais (principalmente barreiras alfandegárias) estas tendem a aumentar cada vez mais, principalmente em mercados de países desenvolvidos que “paradoxalmente” defensores do liberalismo são os que mais restringem suas importações. Mas no que se refere a legislação (e o papel de operadores jurídicos como o MP) e a pressões exercidas pelo Estado (taxas, relatórios...) e pela comunidade (“politização da natureza”, debates públicos...) o que se percebe é a sua colonização e enfraquecimento, como princípios reguladores, pela lógica cognitivo-instrumental operada pelo mercado, restringindo suas atuações à subsidiar a reprodução do capital (hoje principalmente em sua forma financeiro-especulativa). Não vislumbra-se a emancipação da ecologia em relação a economia.

O que permite-se pensar é que durante esse processo os atores envolvidos poderiam resignificar suas visões extrapolando o velho e simples jogo de interesses, estimulados pela estética das imagens do desperdício e pelos elementos epistêmicos que estas tecnologias possuem colocando os atores frente a problemas amplos, que extrapolam o âmbito de seus interesses mais estreitos, exigindo conhecimentos das áreas de humanas e ciências naturais, que confrontados com elementos culturais (o choque do global no local) podem produzir metáforas criativas na direção do ethos ambientalista. Faltando ainda a incorporação de valores espirituais (para seguir a proposta apresentada em Leis, 1999). Mesmo que não se chegue a tanto, as mudanças empreendidas até aqui, embora limitadas, tendem a se espalhar, ao menos no que concerne à indústria, e portanto, já representam um fenômeno significativo, independente de levar à emancipação da ecologia como uma esfera

autônoma ou de restituir a ética como um valor contrário ao realismo político e ao utilitarismo econômico.

Capítulo V
ANÁLISE TEÓRICA:
AMBIENTALISMO MULTISSETORIAL
VS.
MODERNIZAÇÃO ECOLÓGICA

5.1 O Ambientalismo Multissetorial

Dá análise metodológica empreendida aqui em conjunto com o debate teórico pode-se depreender que o ambientalismo ao completar seu ciclo, passando por todos os setores da sociedade, não necessariamente possibilitará que os atores combinem suas visões em seu interior, resignificando-se na direção do ethos ambientalista.

A convergência e cooperação possível entre os setores deu-se sob um drástico desequilíbrio de forças em favor do empresariado (visto a atual predominância de uma visão instrumental / reducionista dos problemas ambientais) aos quais foram incorporando-se elementos dos demais setores, rendendo-se a sua lógica. O Estado financiando inovações em direção a competitividade e conseqüentemente promovendo sua própria desregulamentação²⁰, algumas ONGs e cientistas tornando-se orgânicos ao seu ethos e os operadores do nível simbólico que insistem na produção do sentido único. Ao invés de o setor empresarial se sensibilizar com o tema do ambientalismo e interiorizar a proteção ambiental na direção de um novo estilo de desenvolvimento, foram os demais setores que interiorizaram a lógica empresarial (agora globalizada e “inconteste”) tornando-se operacionais ao sistema dominante. Um novo discurso foi produzido, e se legitimou pelos novos atores, mas para que “o mesmo” pudesse ser dito e produzisse o seu significado.

Os defensores do mercado internalizaram as variáveis ambientais na medida em que as mesmas adaptaram-se à lógica da reprodução do capital, ou seja, garantiriam a realização da produção e, portanto, das margens de lucros. É essa a medida e o limite da proteção ambiental sob a sua ótica; mais limitadora do que a antropocêntrica sua centralidade encontra-se no poder (de mercado) e no dinheiro (regulador das trocas e homogenizador

²⁰ A erosão do poder estatal não torna a forma do Estado menos fundamental para as funções políticas exigidas pelo sistema mundial, quanto mais não seja porque a erosão do poder estatal é, quase sempre, fruto da ação do próprio Estado (Boaventura de S.S., 2000, p. 263).

dos objetivos individuais). Não é sequer da realização humana, frente a natureza, que se trata mas, da realização do capital. A interiorização da proteção ambiental é para manter o velho estilo de desenvolvimento. Daí a resposta ao fato de que o ambientalismo mesmo penetrando (consensualmente e de forma expressiva) todos os setores da sociedade, em quase nada tenha superado a crise ambiental que se amplia e se acirra em âmbito global.

Apesar da proposta do Ambientalismo Multissetorial indicar a possibilidade de os atores do setores ambientalizados constituírem pontes com a humanidade não-ambientalizada (principalmente com a entrada dos setores mais espiritualizados nos anos 90) permitindo-se compreender a superioridade evolutiva da cooperação e complementação em relação à oposição e ao conflito próprios da modernidade, Leis & D'Amato (1998) apontaram que a evolução do ambientalismo poderia se interromper após o ingresso do setor empresarial esvaziando-se como um movimento vital, capaz de responder realmente à crise ecológica.

Foi o que Layrargues (1998) constatou quando analisando o “discurso empresarial verde”, em eventos de classe selecionados, percebendo uma variante evolutiva de motivações passando da consciência ecológica dos anos 70 à grande oportunidade de negócios e uma variável de mercado nos dias de hoje.

“Em nome da coesão social, foi promovida uma ação de caráter reformista... Assim procedendo, o ambientalismo empresarial pretende não preservar a natureza, mas sim a integridade da hegemonia no mundo ocidental. Resta-nos indagar se agora estamos diante... do fim do ecologismo” (p. 221).

Em nosso trabalho pôde-se perceber que as novas tecnologias ditas “limpas” e sua forma de ser implantada, pró-ativamente, produzem vantagens comparativas, mesmo antecipando-se às exigências de mercado. Além do que tais inovações tecnológicas e sua difusão tem provocado uma reestruturação ecológica nestas indústrias não significando com isso que tornem-se ambientalmente sustentáveis, e nem ainda que uma racionalidade ecológica esteja predominando e que a “falha” do mercado ou os riscos ambientais estejam sob controle. A eficiência econômica não necessariamente induz a uma prudência ecológica ou à justiça social. Uma vez que se o mercado demandar haverá produção e temas como o excesso de consumo de um lado e a pobreza e a explosão populacional de outro não são tratados nessa perspectiva. Esse tratamento da questão não toca em temas éticos reforçando ainda mais o *ethos* da modernidade: competição e individualismo.

A restrita margem de transformação de valores aparece no efeito psicológico que a visão do desperdício e seus custos (econômicos e ambientais) podem produzir nos agentes envolvidos em seu tratamento. Em nossa análise os valores ambientais e seu caráter civilizatório passam a margem e sempre subordinados a lógica da reprodução do capital e do projeto da modernidade: o crescimento ilimitado. O fundamento do projeto da modernidade está internalizada no homem moderno (o que lhe confere o atributo da hipocrisia, tão ricamente tratado na literatura brasileira da primeira metade do século): a emancipação da ordem econômica da dimensão moral onde a satisfação dos interesses particulares e egoístas dos homens (auto-interesse para Polanyi) está justificado (como resposta racional) porque é a partir dela que se produz o bem comum. E esse princípio básico de nossa época está em cheque.

“A emancipação da política e da economia em relação à ética foi conseguida na sociedade moderna pela ‘objetivação’ da ética dentro dos campos da política (realismo) e da economia (utilitarismo), operada através do ‘silenciamento’ da espiritualidade. A ética portanto não poderá emancipar-se dos campos da política e da economia sem trazer novamente a experiência do sagrado, que ainda permanece no mundo vivido, para o centro do social” (Leis, 1999, p. 178).

Como então observou-se esse silenciamento (do aspecto místico da vida do espírito, cf. Nietzsche) pela análise do discurso? Nossa pesquisa identifica que os valores éticos estão completamente apagados pelo silêncio fundador. Para a f.d. dominante o discurso que descreve as experiências do “sagrado”, por ser “irracional” não resiste ao princípio da não contradição, portanto, não pode e não deve ser dito. Os sentidos que quiseram evitar foram apagados pelo silêncio constitutivo, impossibilitando a instalação de uma outra f.d., logo, de outra região de sentidos.

As possibilidades de mudança de valores e de comportamentos quanto ao meio ambiente seriam residuais, posteriores ao objetivo econômico imediato, ao entrarem os agentes em contato com a realidade do desperdício. Como poderia-se depreender pelas falas:

1. Diretor de empresa

“Na minha pessoa, particularmente, eu que tenho filho, eu sei que tenho que estar preparando o mundo para os nossos filhos. Isto é um sentimento pessoal. Uma outra coisa, a gente vê que as empresas poluem muito e se cada um fizer a sua parte a coisa vai melhorar bastante.

Me preocupar eu me preocupo (sobre buraco na camada de ozônio, etc...). Mas é que a gente está muito distanciado destas coisas. O que eu vejo muito é o seguinte: alguém diz alguma coisa depois vem um cientista lá e diz que não. Os ingleses tem muito disso, de repente vem alguém lá e diz que o cigarro faz bem, a maconha faz bem, que o não sei o que faz bem... isso aí confunde a gente, confunde”.

2. Técnico de Multinacional

“Teve um trabalho forte de sensibilização deles (funcionários)... Então, todas as pessoas que estão aqui dentro, recebem orientações sobre as questões ambientais, sobre educação ambiental... Até foi surpreendente isso aí (o interesse). Tem uns que procuram informações pra levar pra comunidade deles... pro colégio, pro clube, pra associação...”.

O “re-ligare” homem/sociedade/natureza pela retomada da experiência do sagrado parece algo ainda muito distante ao objeto de nossa análise. O ambientalismo mostra-se aqui como um bom conciliador de interesses (há preocupações ambientais por parte do empresariado) desde que submetido à lógica da reprodução do capital, orientado pelos objetivos da modernidade. O espaço de mudança social em relação ao meio ambiente restringe-se aos efeitos que ferramentas de qualidade como Tecnologias Limpas, ISO 14001, ..., possam produzir na preservação ambiental e por consequência na consciência dos agentes. A possibilidade, remota, é a de uma mudança de valores a partir de uma reestruturação produtiva ambientalmente motivada, e não o contrário.

Não parece crível a incorporação do sagrado, mesmo que presente noutros meios, para o centro do social a partir do ponto de vista do olhar do setor mais forte do ambientalismo multissetorial: o empresariado. A não inclusão de elementos éticos nos campos econômico e político e a simples adoção cínica do discurso ambiental leva ao aparente paradoxo de que quanto mais se fala parece que menos se faz o que demonstra que “está se pretendendo conciliar as perspectivas político-econômicas dominantes com o ambientalismo e sua emergente espiritualidade” (Leis, 1999, p. 178) – o que se apresenta inconciliável frente ao fracasso do projeto da modernidade que se esvazia de sentido. Com a devida convivência das elites, a colonização do mundo vivido mostra-se perigosa porque “atenta diretamente contra as possibilidades de fazer convergir historicamente, aspectos civilizatórios e conjunturais” (Leis, 1999, p. 178).

A adoção de t.l.s. é uma forma de fazer convergir perspectivas políticas-econômicas dominantes com o ambientalismo, portanto em seu aspecto conjuntural, mas para que o

ethos ambientalista pudesse operar (através de sua espiritualidade), concomitantemente, mudanças no aspecto civilizatório na formação discursiva dominante deveriam ser notadas. Teríamos que observar tais transformações num “plano profundo” (na forma de perceber o mundo); na subjetividade (sistêmica ou anti-sistêmica). Pois é justamente esta uma das possibilidades da A.D. de linha francesa, compreender como o simbólico e o político se conjugam nos efeitos a que o analista, enquanto sujeito de linguagem, está sujeito/assujeitado.

“Se, ao dizer, nos significamos e significamos o próprio mundo, ao mesmo tempo, a realidade se constitui nos sentidos que, enquanto sujeitos, praticamos. É considerada dessa maneira que a linguagem é uma prática; não no sentido de efetuar atos mas porque pratica sentidos, intervém no real. Essa é a maneira mais forte de compreender a práxis simbólica. O sentido é história. O sujeito do discurso se faz (se significa) na/pela história. Assim, podemos compreender também que as palavras diretamente, nem são o reflexo de uma evidência. É a ideologia que torna possível a relação palavra/coisa. Para isso têm-se as condições de base, que é a língua, e o processo, que é discursivo, onde a ideologia torna possível a relação entre o pensamento, a língua e o mundo. Ou, em outras palavras, reúne sujeito e sentido. Desse modo o sujeito se constitui e o mundo se significa. Pela ideologia” (Orlandi, 1999, p. 95, 96).

Se todo discurso está em relação com outros, formando um intrincado nó de discursividade, deve o analista atravessar estas relações para, atrás da linearidade do mesmo, encontrar (pela profundidade do interdiscurso) o modo como se organizam os sentidos, deslindando seus efeitos. Mas em nossa análise não houve indícios do processo de significação do “discurso amoroso” inscrito no discurso dominante. Como também não há espaços de migração de elementos do “discurso amoroso” para o dominante. O que se viu foi uma tendência à inclusão e sustentação mútua entre discursos em conciliação, que é característico do discurso autoritário onde a polissemia, a criatividade, o novo são contidos ou estão silenciados (enquanto houver hegemonia de um sobre o outro temos coalizões, não consenso, um exerce seu poder de barganha, o outro cede mas sem consentir - Costa et alli, 1999). Se a produção de sentidos tende ao confinamento numa única direção (ao “uno” legitimado pelo mercado) há pouco espaço para a prática da resistência e ao afrontamento, próprios do discurso polêmico, e menos ainda ao vazamento do discurso lúdico onde a polissemia tem seu campo de jogo de linguagem. Não parece estar no meio empresarial o ponto de partida de qualquer mudança significativa e profunda.

Para o nosso estudo de caso esta teoria não mostrou-se suficiente para explicar os motivos pelos quais aqueles empresários teriam adotado a metodologia da produção limpa (ou tecnologias limpas - t.l.s.) a não ser por exclusão. Se a modernidade é insustentável

e os valores, teorias e práticas do ambientalismo, ao passarem por todos os setores da sociedade, fariam seus atores resignificarem seu *ethos* capitalista, não parece que do meio empresarial partiriam tais iniciativas, ao menos tendo por base nossa pequena amostra. A impressão que se tem é a de que o ambientalismo está justamente sendo utilizado para reformar o discurso mas manter o mesmo modelo de sociedade e seus valores vigentes. Pelo menos temporariamente. O que essa pesquisa não pôde abarcar, pois fugiria de seus objetivos e de sua competência, foram as possibilidades desta hipótese ao longo do tempo, quando tais procedimentos (t.l.s.) tornarem-se comuns, quando este tema (crise ambiental) tiver ganho maiores dimensões nos demais níveis da sociedade, e quando (ao que tudo indica) os dilemas ambientais e sua crise agravarem-se ainda mais. Como nos lembra um dito popular: “o que não se aprende pelo amor se aprende pela dor”.

5.2 A Modernização Ecológica

A Teoria da Modernização Ecológica (T.M.E.) pressupõe que, reflexivamente, segundo critérios ecológicos, os agentes promoveriam uma reorganização, uma transformação da produção. Uma “modernização da modernidade” através da “reparação de uma falha de desenho estrutural da modernidade”: a destruição institucionalizada da natureza. A. Mol (1995, pp. 29, 30) fundamentado em Giddens, verifica a possibilidade desse encaixe e emancipação da racionalidade ecológica nas práticas econômicas da modernidade, institucionalizando-se (via mercado, Estado e C & T) nos processos e práticas sociais de produção e consumo:

“...the ecological modernization theory only sees possibilities for – and contributes to – a process of a ‘re-embedding’ of economic practices – in view of their ecological dimension – within (the institutions of) modernity. This modern ‘re-embedding’ process should result in the institutionalization of ‘ecology’ in the social practices and institutions of production and consumption. To institutionalize ecology in production and consumption process, and thus to redirect these basically economic practices into more ecologically sound ones, the ecology is to be emancipated from the economic dimension of modernity. The ‘emancipation’ of an ecological rationality and ecological sphere, both becoming relatively independent from their economic counterparts, is a necessary first step to subsequently ‘integrate’ two equally valued domains. And ...this process of integration basically follows two mechanisms: ‘ecologizing the economy’ and ‘economizing the ecology’ (c.f. Huber, 1982; Spaargaren and Mol, 1992). It is mainly through these two mechanisms or processes, according to the ecological modernization theory that the process of re-embedding takes place-and can take place” (A. Mol, 1996, pp. 29, 30).

A ecologização da economia dá ênfase às transformações tecnológicas em processo em que verifica-se uma maior racionalidade ecológica no uso de materiais e energia e uma possibilidade de monitoramento de seus fluxos na esfera econômica. Já a economização da ecologia prevê a introdução de conceitos econômicos, mecanismos e princípios diretamente relacionados com a proteção ambiental. Procura dar à natureza um valor justo como fator de produção, além de instituir eco-taxas, introduzir o meio ambiente como fator econômico pré-condicionante para empréstimos e investimentos.

Em sua pesquisa sobre a indústria química na Holanda o autor constatou que:

“During the maturation of this process of ecological restructuring, the environment seems to ‘enforce’ its direct and indirect influence on transformations via various structures, mechanisms and actors”, e que: “the environment has gained its relative independence from the economic dimension” (p. 353).

O que parece (seems) ser ainda conclusões pouco incisivas.

No caso de países “emergentes”, como os da América Latina, a T.M.E. nem sempre se aplica, pois: “the ecological modernization theory is based on certain presumptions which do not always apply to these developing regions, e. g.” (p. 54).

- Existência de um estado de bem-estar social;
- Tecnologia avançada e uma sociedade altamente industrializada;
- Regulação pela economia de mercado que cubra todas as margens da sociedade e estado alinhado ao mercado mundial globalizado;
- Uma relativamente profunda e muito espalhada percepção ambiental.

Mas vejamos os resultados de uma pesquisa realizada na Argentina e organizada por D. Chudnovsky em 1996, envolvendo gestão ambiental e reestruturação produtiva nas indústrias de: papel-celulose, petroquímica e siderurgia. Do total dos investimentos setoriais o percentual destinado a melhorias ambientais foram entre 30% a 70%, 13% a 25% e perto de 10%, respectivamente. Sendo que as principais motivações para melhorias recentes na gestão ambiental “provienen tanto de la legislación vigente como de los cambiantes patrones de demanda y de competencia en los mercados donde la firma actúa” (p. 246). Além disso os autores apontam a expectativa de uma intensificação de exigências ambientais no futuro (ISO 14000, selos ecológicos, etc.); pressões regulatórias externas como de bancos internacionais para fornecer créditos (muito intenso no processo de privatizações). Ressalte-se que gestão

ambiental, aqui, restringe-se ao tratamento de efluentes e resíduos no final do processo (end-of-pipe).

Por mais investimentos que sejam alocados nesta direção e por mais intenso que seja a reestruturação da indústria um dos limites da modernização da modernidade pelas vias do mercado, da legislação que vise o cumprimento de normas internacionais e da competição globalizada, é não incorporar todas as dimensões da sustentabilidade, o que demandaria uma mudança ética, a adoção do ethos ambientalista, que a regulação pelo auto-interesse não possui.

Além do mais a modernidade, como projeto civilizatório, está em crise. Conforme Rouanet (1993, p. 9) tal projeto tem como ingredientes principais os conceitos de universalidade, individualidade e autonomia.

“A universalidade significa que ele visa todos os seres humanos, independentemente de barreiras nacionais, étnicas ou culturais. A individualidade significa que esses seres humanos são considerados como pessoas concretas e não como integrantes de uma coletividade e que se atribui valor ético positivo a sua crescente individualização. A autonomia significa que esses seres humanos individualizados são aptos a pensarem por si mesmos, sem a tutela da religião ou da ideologia, a agirem no espaço público e a adquirirem pelo seu trabalho os bens ou serviços necessários à sobrevivência material...”

“O universalismo está sendo sabotado por uma proliferação de particularismo – nacionais, culturais, raciais, religiosos... O racismo e a xenofobia saem do esgoto e ganham eleições. A individualidade submerge cada vez mais no anonimato do conformismo e da sociedade de consumo”. E no que se refere a autonomia, o núcleo da utopia moderna, Rouanet atualiza suas impressões (FSP, 25/06/00):

“A autonomia econômica é uma ficção, num mundo em que as principais decisões macroeconômicas são tomadas por bancos centrais estrangeiros e por conselhos de administração de empresas transnacionais, em que a volatilidade dos mercados financeiros impede qualquer planejamento a longo prazo e em que as inovações tecnológicas têm origem externa.

A autonomia política se torna relativa, quando se levam em conta que as decisões políticas que mais diretamente afetam nossas vidas foram tomadas fora de nossas fronteiras...

A autonomia cultural, enfim, é uma mentira piedosa para aqueles que ficam indefesos diante dos aparelhos ideológicos e que são meros consumidores passivos de bens culturais sobre cuja produção e distribuição não tem nenhum controle. Todas essas limitações, que restringem a autonomia dos Estados Nacionais, restringem, “a fortiori”, a autonomia dos indivíduos, cujo único espaço de atuação, via de regra, é justamente o proporcionado pelos Estados Nacionais” (cad. MAIS, p. 15).

Apesar de o autor de “Razões do Iluminismo” apontar o conceito de democracia mundial como uma possibilidade de superação do impasse (já que vê a universalização como fase ulterior da globalização) onde vê o papel de temas como os dos direitos humanos e o da proteção ambiental e instâncias como a ONU e o parlamento europeu como prévias à verdadeiras instituições transnacionais, acha pouco provável que as grande potências venham a transferir parte de sua soberania, o que é hoje inimaginável e, portanto, outra idéia utópica.

Também o princípio estruturador da modernização: a racionalização crescente, cujo pano de fundo é a racionalidade de fins, mostrou-se extremamente segregador.

“O circuito imperfeito (Marx) expulsa os que ficaram fora dos tradicionais nexos econômicos e sociais destruídos no caos não-estruturado. Cujá evidência comprova o fracasso de um projeto que se dizia projeto para todos. A universalidade verdadeira da razão mostra-se na crítica deste estado insuportável, que separou a grande maioria da sociedade global, tanto das suas tradições como excluiu-a da modernidade” (Brüseke, 1996, p. 156).

Mais a frente o autor ainda acrescenta. A teoria da racionalização, (como Weber interpretou a histórica do Ocidente) “não é capaz de explicar o colapso da racionalização em vastas regiões do mundo. Falta uma teoria do colapso da modernização como modelo do desenvolvimento global, uma teoria que explique a racionalização e a irracionalização, uma teoria que fale da ordem industrial e ao mesmo tempo sobre o caos que ela cria”. (p. 164)

O cálculo racional econômico pode engendrar um processo de reestruturação industrial incorporando preocupações ambientais visando a eficiência dos processos produtivos mas ao excluir os “incompetentes” não pode apresentar-se como proposta universal. Assim jamais poder-se-á, sob sua lógica enfrentar problemas como os da desigualdade social, do consumismo e o da superpopulação em países pobres, uma vez que é uma de suas causas.

Também S. Lash (1997) aponta um processo de exclusão, no âmbito cultural, entre os vencedores e os perdedores da reflexividade. Ao deslocar-se da história, na modernidade simples, dos amplos circuitos de acumulação de capital industrial para a acumulação de informações (e do capital) nas estruturas de informação e comunicação (I & C), como força orientadora na modernização reflexiva, criou-se uma (3ª) classe que está fundamentalmente excluída do acesso às estruturas de I & C. Uma classe média

transformada trabalha nas estruturas de I & C, a classe trabalhadora reflexiva trabalha para/com essas estruturas restando uma terceira que não se enquadra na nova estrutura; são o terço excluído, a “subclasse” que vive no gueto onde há um esvaziamento geral das estruturas sociais, das instituições de regulamentação sócio-econômica e cultural (sindicatos, investimentos sociais do Estado, Igreja e a família nuclear). “O resultado disso não é a individualização mas a anomia e um déficit de regulamentação. O resultado são as gangues de rapazes e a violência racial” (p. 159).

“...se na modernidade simples as obrigações da cidadania eram especialmente em relação ao Estado-nação; na modernidade reflexiva, em vez disso, estão relacionadas ao indivíduo, ao automonitoramento responsável. Os direitos de cidadania na modernidade simples, com seus traços de igualdade diante da lei, direitos políticos e sociais do welfare state, foram transformados nos direitos de acesso da modernidade reflexiva às estruturas de informação e comunicação. A nova classe baixa da modernidade reflexiva, que, cada vez mais e em muitos aspectos, é efetivamente uma classe baixa, está privada das obrigações e dos direitos do que hoje não é mais cidadania social, mas predominantemente cultural” (p. 161).

Veja-se que já uma radicalização da hierarquização entre as pessoas, criando-se quase que “castas”, mas mantém-se o apagamento desse fato com a transformação da falsa idéia de igualdade jurídica em direito de acesso a informação e comunicação. Ao aumento da polarização de classes (a subclasse da sociedade pós-industrial é estruturalmente inferior à classe trabalhadora) acompanhou-se um esvaziamento do controle sócio-econômico regulamentado pelo Estado que era para ser substituído pela regulamentação do mercado; o automonitoramento responsável da modernização reflexiva. Mas como os mercados são instituições que também exigem pré-condições sociais, legais e morais próprias, eles não são extensíveis para estas áreas “turbulentas” onde passou a vigorar um déficit de controle. Ou seja, o monitoramento heterônomo da modernidade simples não foi substituído pelo automonitoramento da modernidade reflexiva, mas por um monitoramento mínimo.

Para S. Lash a “reflexividade” é possível onde há deslocamento das estruturas sociais pelas estruturas de I & C, produzindo um aumento de liberdade para a ação, o que não é permitido no caso da subclasse, na qual o trabalho e a produção de bens é menos informacional, gerando um déficit de regulação sócio-econômica (trabalho regulamentado, acesso à justiça, redes de proteção social, sistemas de saúde educacionais, formação para o trabalho, ...). Mas se há autonomia para as classes incluídas na modernização reflexiva, produzida pelas estruturas de I & C, é de se questionar: Mas, quem são os operadores

simbólicos? Quem domina a codificação/decodificação na construção do imaginário? A que interesses satisfaz? Estes seres individualizados (libertados?) das estruturas sociais não parecem ter se autonomizados para agir livremente, principalmente no que se refere ao papel da ideologia e do consumismo no acesso a cidadania cada vez mais cultural do que social.

Ao contrário de S. Lash que vê autonomia somente nos espaços onde a racionalidade “reflexiva” pode ocorrer, operada por sistemas de I & C, M. Santos aponta que é justamente nestes “guetos”, onde a racionalidade instrumental reducionista não opera de todo, que se faz possível a autonomia, não individual mas dos grupos, não pela competitividade mas pela cooperação, não pela submissão ao tempo único (rápido; exigência dos operadores globais) mas pelo englobamento e respeito dos “vários tempos”, não pela subordinação a uma racionalidade que obedece a interesses outros mas pela produção de contra-racionalidades que não se submetem às estratégias de marketing do “mundo maravilhoso do consumo”. Ao contrário, vivenciam a experiência da escassez.

A desestruturação social das formas de regulação da modernização simples pelas estruturas de I & C são conduzidas no processo de globalização da economia pela busca de competitividade, impondo-se sobre o local, como um subsistema de domínio, portanto formadas de zonas conflituosas, tendentes à fragmentação.

A resposta é a união de homens por suas semelhanças – as tribos – no lugar – união dos homens pela cooperação na diferença. É o lugar o espaço da revolta, onde a tribo descobre não estar isolada.

“Desse modo, o lugar torna-se o mundo do veraz e da esperança; e o global, mediatizado por uma organização perversa, o lugar da falsidade e do engodo. Se o lugar nos engana é por conta do mundo.

Nestas condições, o que globaliza separa; é o local que permite a união. Defina-se o lugar como a extensão do acontecer homogêneo ou do acontecer solidário e que se caracteriza por dois gêneros de constituição: uma é a própria configuração territorial, outra é a norma, a organização, os regimes de regulação. O lugar, a região não mais o fruto de uma solidariedade orgânica, mas de uma solidariedade regulada ou organizacional. Não importa que esta seja efêmera. Os fenômenos não se definem, apenas, pela sua duração, mas também e sobretudo, pela sua estrutura” (M. Santos, 1996, p. 37).

São as elites e as classes médias (subalternas e orgânicas àquelas) que para seu conforto embaralham-se nas teias de uma racionalidade invasora, regulamentadora, que

empobrecem e eliminam uma orientação em direção ao futuro. Os espaços de muita racionalidade nas metrópoles são na realidade não espaços de “luz” mas de opacidade.

“No entanto, encorajada pela mídia, a ciência social... dá realce aos temas do horror, quando na metrópole já acontecem fenômenos de enorme conteúdo teleológico, apontando para um futuro diferente e melhor.²¹ Nosso esforço deve ser o de buscar entender os mecanismos dessa nova solidariedade, fundada nos tempos lentos da metrópole e que desafia a perversidade difundida pelos tempos rápidos da competitividade” (p. 86).

Há uma nova relação entre regiões que se dá entre as que possuem um conteúdo novo de ciência, tecnologia e informação e portanto uma carga de racionalidade, e os outros espaços. “Todavia, essa racionalidade sistêmica não se dá de maneira total, absoluta e homogênea, pois nas áreas assim transformadas permanecem zonas onde ela é menor ou inexistente”. “A subordinação à racionalidade impõe aos indivíduos um enquadramento e lhes reduz a possibilidade de manifestação de uma inconformidade”(p. 107).

Para uma racionalidade supõe-se contra-racionalidades que se localizam nas áreas “menos modernas” onde estão as “minorias”, que estão incapacitada de se subordinar completamente às racionalidade hegemônicas. Não pode se submeter totalmente às “trampas do consumo” porque tem mais dificuldades para aceitar e atender às exigências da racionalidade, o que por sua vez são instrumentos de realização da contra-racionalidade. Não seria este então um lugar para a polissemia?

Para a racionalidade hegemônica muito do que é considerado irracionalidade é no mais das vezes a realização de outras formas de ser racional. Daí o autor superar o mundo do tempo real (subsistema da realidade total que busca sua lógica na racionalidade única, restrita a um pequeno número de agentes) pelo mundo cotidiano (lugar da produção ilimitada de outras racionalidades, tão diversas quanto as áreas consideradas, já que abrigam todas as modalidade de existência).

Enquanto este primeiro mundo mencionado (do tempo real) exige normas reguladoras que obedecem a interesses privatísticos o segundo supõe uma demanda de política, resultado da consideração conjunta de interesses diversos. O mundo do tempo real é o da temporalidade única que é a fórmula de sobrevivência no mundo da competitividade em escala planetária. Já o da vida cotidiana abrange várias temporalidades simultâneas.

²¹ Procuraremos aprofundar esse ponto em pesquisa posterior pois em Santa Catarina vê-se uma surpreendente especificidade. Os espaços de solidariedade parecem melhor desenvolvidos no meio rural como aponta por exemplo a existência de fomento à agricultura de grupo.

Pode-se depreender daí que o mundo do tempo real (dos agentes hegemônicos) busca uma homogeneização empobrecedora e limitada, que na ordem do discurso estaria representada pela predominância de paráfrases (o discurso pela produtividade) enquanto o universo do cotidiano é o mundo de heterogeneidade criadora, o discurso pela polissemia (pela criatividade).

Apesar de não concordarmos com S. Lash sobre o papel de sistemas de I & C na promoção da autonomia, lançando-nos mão de M. Santos, vemos nestes dois autores elementos para pensar a modernização reflexiva como um projeto impossível, ou quase (nunca sabe-se ao certo). Enquanto M. Santos aponta a formação de “tribos” urbanas como forma de união dos homens pela cooperação na diferença, portanto os excluídos, S. Lash nos mostra que, mesmo os incluídos, buscam forma de cooperação, logo, extra-mercado regulador das individualidades, que tem se mostrado mais eficientes, para enfrentar, não necessariamente as restrições à reprodução do capital produtivo, mas a necessidade crescente de acesso às novas estruturas de I & C. Daí a emergência de comunidades reflexivas tradicionalistas e comunitários em contraposição a regulamentação das relações de trabalho pelo mercado. Seus exemplos são os “distritos industriais” alemães e o corporativismo empresarial japonês aos quais acrescentaríamos os conglomerados careanos e as “zonas econômicas especiais” na China.

Vimos que a T.M.E., assim como a modernização reflexiva da qual deriva, prevêem uma saída para a atual crise ecológica “por dentro” da modernidade, completando seu projeto (interrompido pelo surgimento de estruturas sociais que atrasaram o processo de individualização) ao mesmo tempo em que repara sua “falha” de projeto. Mas pelas críticas apresentadas até aqui, tal projeto parece pouco factível. Com Boaventura de S.S. verificamos nos capítulos 3 e 4 que o fato de a ciência ter se transformado num fator de produção perdeu sua força emancipadora transformando-se em reguladora. Sua lógica cognitivo-instrumental se sobrepõe às demais tornando o mercado um princípio regulador hegemônico sobre o Estado e a comunidade. Assim as transformações induzidas pela crise ecológica em instituições modernas com as estruturas de C & T estariam limitados enquanto força produtiva portanto “encaixadas” na economia.

Neste capítulo vimos com Brüseke o fracasso do projeto moderno em sua

proposta universalizante e com Rouanet no que se referia a autonomia. Já quanto a individualização, “pedra de toque” da modernização reflexiva, foi devidamente posta em cheque, como força emancipadora por S. Lash, contrapondo aspectos tradicionalistas e comunitários aos modernizadores, e por M. Santos referindo-se a “anti-razão” desalienante “encontrável” em grupos de excluídos. Mas antes de encaminharmos conclusões mais acabadas sobre a T.M.E façamos alguns comentários sobre sua fundamentação na Modernização Reflexiva e em especial em A. Giddens (1991). Segundo esse autor para se compreender a natureza da modernidade deve-se entender o dinamismo (externo) e o espaço globalizante das instituições modernas. São 3 (três) as “fontes dominantes do dinamismo da modernidade, cada uma vinculada às outras:

A separação entre espaço e tempo. Esta é a condição do distanciamento tempo – espaço de escopo indefinido; ela propicia meios de zoneamento preciso temporal e espacial.

O desenvolvimento de mecanismos de desencaixe. Este retira a atividade social dos contextos localizados, reorganizando as relações sociais através de grandes distâncias tempo-espaciais.

A apropriação reflexiva do conhecimento. A produção de conhecimento sistemático sobre a vida social torna-se integrante da reprodução do sistema, deslocando a vida social da fixidez da tradição” (Giddens, 1991, p. 58, 59).

Quanto a separação entre espaço e tempo, onde a uniformização e a padronização, em escala mundial, da mensuração do tempo levaria o seu “esvaziamento” sendo pré-condição do “esvaziamento do espaço” uma vez que a coordenação através do tempo é a base do controle do espaço (Idem, p. 26), M. Santos (1996) tem uma posição diametralmente oposta. Para o geógrafo brasileiro vivemos “um momento da história no qual chegamos à possibilidade de uma noção concreta de espaço-mundo e de tempo-mundo, um tempo cheio e um espaço cheio, uma totalidade empírica” (p. 41). Isto se dá através do meio técnico-científico-informacional que é a nova cara do espaço e do tempo. “É aí que se instalam as atividades hegemônicas, aqueles que têm relações mais longínquas e participam do comércio internacional, fazendo com que determinados lugares se tornem mundiais” (p. 45).

Mas os ritmos das empresas e/ou pessoas não são os mesmos sendo o território, hoje, uma superposição de sistemas de engenharia diferentemente datados e usados segundo tempos diversos. “Grupos, instituições, indivíduos convivem juntos, mas não

praticam os mesmos tempos” (p. 45). O tempo “universal” dá-se segundo a força dos agentes da economia, da sociedade, da política, da cultura.

Os “tempos hegemônicos são, de um modo geral, o tempo das grandes organizações e o tempo dos Estados. Em sua busca de harmonização, há um **conflito**²² permanente entre o tempo hegemônico das grandes organizações e o tempo hegemônico dos Estados, e, em sua permanente dialética, há o **conflito**²³ dos tempos dos atores hegemônicos e dos atores não hegemônicos ou hegemonzados. É assim que se definem, a partir do uso do espaço e do tempo, os cotidianos tão diversos...” (p. 46). “Os demais tempos são subalternos. É essa a base empírica da construção teórica de um tempo e um espaço mundializados, sem a qual cada porção do acontecer não é inteligível” (p. 47).

Podemos verificar quanto a esse aspecto o esquecimento ideológico de Pêcheux em construção, no qual, engendra-se a falsa idéia da universalização do tempo e de homogenização do espaço, em que somente os atores hegemônicos se servem de todas as redes de fluxos (de objetos dotados de nível superior de tecnicidade e de ações marcadas por níveis superiores de internacionalidade e racionalidade) e utilizam todos os territórios (são globais). Daí sua resistência à “resignificação” e a insistência no “uno”.

Em relação ao desencaixe, promovidos por mecanismos como fichas simbólicas e sistemas peritos, que removem as relações sociais das imediações do contexto, Giddens afirma que tais sistemas fornece “garantias” de expectativa através de tempo-espaço distanciados devido a natureza impessoal de seu controle e tal distanciamento tempo-espaço tem como condição a separação entre tempo e espaço. Já M. Santos (1996) aponta que vivemos um momento da história no qual:

“o processo de racionalização da sociedade atinge o próprio território e este passa a ser um instrumento fundamental da racionalidade social. Isso é extremamente importante para entender como esses espaços hegemônicos se instalam no processo de globalização, como o lugar da produção e das trocas de interesse mundial no nível mais alto, lugares em que exerce um tempo mundial e onde se instalam as forças reguladoras da ação nos demais lugares. É assim que os lugares diversos e os tempos diversos se unem, hierarquicamente, no que paradigmaticamente, pode ser chamado de um espaço mundial e um tempo mundial” (p. 46).

“Os lugares, hoje, se diferenciam e hierarquizam exatamente porque são todos mundiais. Os tempos também (as temporalidades hierárquicas e as temporalidades subalternas). O chamado espaço mundial é dado pelas relações assim tecidas entre todos os lugares. E o chamado tempo mundial é dado pelas

²² Grifo nosso.

²³ Grifo nosso.

possibilidades mundiais efetivamente utilizadas pelos atores hegemônicos” (p. 47).

Como as ações são datadas (as oportunidades não são as mesmas no tempo) as possibilidades para tornarem-se concretas dependem da materialidade que cada vez mais é um produto da elaboração técnica.

“A globalização com a proeminência de sistemas técnicos e da informação, subverte o antigo jogo da evolução territorial e impõe novas lógicas.

Os territórios tendem a uma compartimentação generalizada, onde se associam e se chocam o movimento geral da sociedade planetária e o movimento particular de cada fração, regional ou local, da sociedade nacional. Esses movimentos são paralelos a um processo de fragmentação que rouba às coletividades o comando do seu destino, enquanto os novos atores também não dispõem de instrumentos de regulação que interessem à sociedade em seu conjunto...

Mas o território não é um dado neutro nem um ator passivo. Produz-se uma verdadeira esquizofrenia, já que os lugares escolhidos acolhem e beneficiam os setores da racionalidade dominante mas também permitem a emergência de outras formas de vida. Essa esquizofrenia do território e do lugar tem um papel ativo na formação da consciência. O espaço geográfico não apenas revela o transcurso da história como indica a seus atores o modo de nela intervir de maneira consciente” (Santos, 2000, pp. 79, 80).

Milton Santos abre-nos espaço para pensar criticamente os desígnios da globalização apontando as limitações e a falsa homogeneidade do papel da(s) racionalidade (s) e portanto da existência de várias modernidades em sucessão, restringindo-se o papel do Estado a cada espaço racionalizado pela técnica, que possui lógica própria. Antes a regulação se dava por política de Estado, hoje a política visa garantir a fluidez e está sendo empreendida por instituições públicas, nacionais e internacionais como também pelas empresas privadas.

“Cada empresa, porém, utiliza o território em função de seus fins próprios e exclusivamente em função desses fins. A empresa apenas têm olhos para os seus próprios objetivos e são cegas para tudo o mais. Desse modo, quanto mais racionais forem as regras de sua ação individual tanto menos tais regras serão respeitadas do entorno econômico, social, político, cultural, moral ou geográfico, funcionando, as mais das vezes, como elemento de perturbação e mesmo de desordem. Nesse movimento, tudo que existia anteriormente à instalação dessas empresas hegemônicas é convidado a adaptar-se às suas formas de ser e de agir, mesmo que provoque, no entorno preexistente, grandes distorções, inclusive a quebra da solidariedade social” (p. 85).

Com o território fragmentado em áreas de interesse de cada empresa hegemônica a regulação se torna difícil (são várias ordens agindo em causa própria) criando desordem

para as demais. Esse ordem de coisas é inerente ao processo produtivo da globalização atual, ele não tem limites; “mas não tem limites porque também não tem finalidades e desse modo, nenhuma regulação é possível, porque não desejada. Esse novo poder das grandes empresas, cegamente exercido, é, por natureza, desagregador, excludente, fragmentador, seqüestrando autonomia ao resto dos atores” (p. 86), produzindo uma alienação territorial à qual correspondem outras formas de alienação.

Diferentemente da visão de Giddens esta nos permite enxergar as compartimentações do espaço (território) como fragmentação cujas partes articulam-se externamente segundo duas lógicas: das redes distante do espaço de ação e de sua rejeição as visões de mundo da vida local onde se instalam. E não esqueçamos que é no território que tudo que é vida está representado.

Assim como J. Gray (1999) concordamos com Giddens que os acontecimentos locais são moldados por eventos que tem sua origem e muita distância mas reforçamos o que diz aquele autor sobre a falsa idéia de que a globalização seja um caminho na direção à homogeneidade. Pelo contrário “os mercados globais nos quais capital e produção transitam livremente através das fronteiras funcionam precisamente devido às diferenças entre localidade, nações e regiões” (p. 80).²⁴

No que diz respeito ao terceiro aspecto dinamizador da modernidade: a sua reflexividade, ou a característica humana adquirida na modernidade de rotineiramente (cotidianamente) manter-se em contato com as bases do que faz como parte integrante do saber. Ao que se pressupõe um sistema de informações. Quanto a este aspecto, M. Santos (2000) aponta que um dos fatos constitutivos da globalização, em seu caráter perverso atual, é a forma tirânica como a informação é oferecida à humanidade.

“...as novas condições técnicas deveriam permitir a ampliação do conhecimento do planeta, dos objetos que o formam, das sociedades que o habilitam e dos homens em sua realidade intrínseca. Todavia, nas condições atuais, as técnicas da informação são principalmente utilizadas por um punhado de atores em função de seus objetivos particulares. Essas técnicas da informação (por enquanto) são apropriadas por alguns Estados e por algumas

²⁴ Vejamos alguns argumentos desta obra:

- Mercados livres são criações de governos fortes e não podem existir sem eles.
- Democracia e livre mercado são concorrentes e não parceiros.
 - Confunde-se o projeto iluminista de uma civilização universal: o livre mercado mundial: com a excepcionalidade norte americana (os norte americanos estão convictos de que os EUA são uma nação universal e que os seus valores serão compartilhados por toda a humanidade. Isto ameaça a necessidade de se criarem condições ideais para uma coexistência produtiva e pacífica entre povos e regimes que sempre serão diferente).
 - As inseguranças crônicas do recente capitalismo moderno, especialmente em suas mais virulentas variações do livre mercado, ocorrem, alguns principais valores de instituições da vida burguesa: p. ex.: p de carreira profissional ameaçada pelo movimento recente de proletarianização.

empresas, aprofundando assim os processos de criação desigualdades. É desse modo que a periferia do sistema capitalista acaba se tornando ainda mais periférica, seja porque não dispõe totalmente de novos meios de produção, seja porque lhe escapa a possibilidade de controle.

O que é transmitido à maioria da humanidade é, de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde. Isso tanto é mais grave porque, nas condições atuais da vida econômica e social, a informação constitui um dado essencial e imprescindível. Mas na medida em que o que chega às pessoas, como também às empresas e instituições hegemônicas, é, já, o resultado de uma manipulação, tal informação se apresenta como ideologia. O fato de que, no mundo de hoje, o discurso antecede quase obrigatoriamente uma parte substancial das ações humanas – sejam elas a técnica, a produção, o consumo, o poder – explica o porquê da presença generalizada do ideológico em todos esses pontos. Não é de estranhar, pois, que realidade e ideologia se confundam na apreciação do homem comum, sobretudo porque a ideologia se insere nos objetos e apresenta-se como coisa” (pp. 38, 39).

Também em Leis (1999) vê-se uma crítica às verdadeiras possibilidades da reflexividade.

“...a reflexividade da modernidade é mais uma contra-tendência do que sua tendência principal. Talvez se Giddens dissesse que a primeira modernidade (séculos XVII e XVIII) construiu-se forma reflexiva, opondo o moderno ao tradicional, seria mais convincente. Mas na presente modernidade, quando praticamente tudo já é moderno (e o tradicional já não é mais uma opção real), constata-se que a mudança de hábitos e de atitude se deriva mais de automatismos induzidos, que de atos reflexivos. É por isso que para a maioria das pessoas resulta difícil perceber a dimensão civilizatória dos problemas ambientais e fica sem entender por que os consensos registrados não se traduzem em ações concretas” (p. 176).

Leis acredita que somente no ambientalismo o tratamento de seus problemas são reflexivos sendo que fora dele são basicamente funcionais ao modelo civilizatório existentes, criando impasses na dimensão sócio-conjuntural. “Embora nem todos os ambientalistas sejam conscientes dessa dupla condição da crise ambiental (conjuntural e civilizatória), considerando em seu conjunto, o ambientalismo assume plenamente essa complexidade” (p. 176). Embora concorde-se com a crítica às limitações da reflexividade na “segunda” modernidade não foi possível perceber em nossa análise que o ambientalismo por si só possa cumprir tal papel.

Especificamente em relação às hipóteses da T.M.E. é gritante que a adoção de T.L. tem motivações eminentemente econômicas como já apontaram as pesquisas no R.S. (Creus, 1998 e Gonçalves, 1998). Como também é perceptível uma mudança de comportamento do empresariado na direção do “ambientalismo” (certificação ISO 14001, selos verdes...) mas limitando-se a funcionalidade de nosso modelo civilizatório:

incorporando inovações tecnológicas (no conceito de Freeman, 1975); progresso técnico (paradigma e trajetória tecnológica, Dosi, 1982); desenvolvendo aprendizagem na relação produtor/usuário (conceito de Sistema Nacional de Inovação, Ludwall, 1992); aprender fazendo e usando (Rosemberg, 1982); entre outros – visando obter vantagens competitivas frente a concorrência (no conceito da M. Porter, 1989). Ou seja, todo um movimento regulado pelo mercado obedecendo os cânones da economia liberal. O que trata-se de uma grave restrição à medidas mais drásticas como requer a dramática crise ambiental em que nos encontramos.

Assim a T.M.E. demonstra-se já em seus pressupostos suas limitações, sua baixa capacidade de responder aos dilemas ambientais deste final de século. Visto ser o ponto de vista (aparentemente) vencedor mas em pouco contribuindo à real redução da depleção dos recursos naturais e do meio ambiente.²⁵ Tornou-se hegemônico justamente por abordar o tema com superficialidade evitando campos conflituosos e respostas de fundo, como abordar de frente o tema da sustentabilidade em suas várias dimensões,²⁶ ou encarar a crise ambiental em sua condição civilizatória, de longa duração, o que demandaria a conciliação entre vida e progresso.

²⁵ Mesmo em países desenvolvidos como os do Reino Unido (A. Mol.) ou a Holanda (M. Hajer) existem tendências à mudanças de comportamento mas nada que aponte realmente à uma mudança social, dependendo de uma provável ação reflexiva cognitiva por parte dos consumidores e produtores industriais e de demandantes de políticas públicas ambientais.

²⁶ Como bem observou J. Nun em Novos Estudos CEBRAP n° 56 (mar 2000, p. 62) Quanto aos problemas associados da superpopulação relativa e da distribuição de renda, nem um nem outro se solucionarão por efeito colateral de qualquer outro processo”.

Capítulo VI

CONCLUSÕES

As teorias aqui abordadas, T.M.E. e A.M., não se mostraram suficientes para responder a questão central de forma completa. Buscava-se saber, a partir de experiências de adoção de t.l.s. (mudança de enfrentamento aos problemas ambientais passando de soluções fim-de-tubo para pró-ativas), os motivos que haviam levado à tal mudança de comportamento desses empresários e se a emergência da questão ambiental poderia induzir a uma reestruturação produtiva no sul do país.

Para a A.M. a adoção de novas tecnologias para reduzir o impacto ambiental deveria responder a uma adequação à novos valores ambientais, refletindo um compromisso com a sociedade, um novo modo de vida, um *ethos* ambientalista onde convergiram o *telos* dos clássicos e as necessidades do progresso científico e tecnológico (C & T) dos modernos, numa conjunção pré-pós-moderna, enfrentando a complexidade da crise ambiental em seu duplo aspecto conjuntural/ civilizatório.

A A.D. desses empresários procurou mostrar, no nível simbólico, como estes produzem e fazem sentido ao significar em suas falas, e o que se percebeu foi a predominância de paráfrases, efeitos metafóricos, que cerraram sua formação discursiva no campo do liberalismo neoclássico sem deixar brechas à polissemia ou a qualquer força de sentido do discurso ambientalista. Tratava-se do mesmo discurso, renovado em seu intradiscurso, em cuja historicidade de produção de sentidos, deslizos, ao não-dito não se permitiu deslocamentos: passível lugar de “outros” discursos(no caso, o ecológico). Percebeu-se assim que este ator não está tocado pelo ponto de vista ecológico (apenas a tolera) mas simplesmente respondendo a sua própria lógica instrumental-reducionista, “aecológica” (fora da ecologia). As t.l.s. entram aqui como parte das forças produtivas com o fim de garantir a reprodução do capital.

Mas isto não significa que os mesmos (empresariado) não possam vir a ser “ambientalizados” ao longo do tempo. É bem provável que as t.l.s., como várias outras metodologias e sistemas “ambientalizados”, venham a dominar o cenário industrial em breve, podendo irradiar-se para os demais níveis da sociedade que vêem nisso uma mudança significativa. E ao disseminar-se poderão, processos de mudanças como as t.l.s., fazer resignificarem estes atores, suas visões e procedimentos, para além do simples jogo de

interesses que lhe é próprio, pois são pragmáticos. O que se viu, entretanto, em nossa amostra, é que este fenômeno ainda não se fez presente.

Para T.M.E. a reestruturação ecológica na indústria dependeria de: inovações e difusão de tecnologias ambientalmente sustentáveis, e de obtenção de vantagens comparativas (competitivas) adotando-se t.l.s. No coração da mudança estariam os processos de ecologização da economia e da economização da ecologia.

Viu-se que as t.l.s. são uma inovação e que estão sendo difundidas por sistemas de suporte como o CNTL em vários países “emergentes”, mas questiona-se sua sustentabilidade. Para abarcar este conceito em sua amplitude e complexidade esbarra-se no próprio projeto sócio-cultural paradigmático da modernidade, como se viu em Boaventura de S.S. Quanto as vantagens comparativas e competitivas em adotar-se t.l.s. é conhecida sua exiguidade no curto prazo. Em relação ao centro das mudanças está claro que, como agentes econômicos, estes empresários buscam garantir seus ganhos adotando t.l.s., ao perceberem nisto uma oportunidade de negócio (precisam garantir a realização da produção, frente a um consumidor “ambientalizado”, além de reduzir seus custos de produção para garantir competitividade no mercado). Poluem menos para gastar menos, sem que isto signifique que este ator está realmente modernizando do ponto de vista ecológico. Não se trata de uma racionalidade ecológica em processo de re-encaixe (emancipação) que está induzindo mudanças institucionais no padrão C & T, é a racionalidade econômica, que se mantém hegemônica sobre as esferas social e política na modernidade, que exige para si o discurso ambiental para se legitimar como soberana produtora de bens e organizadora do mundo da vida.

Em nossa A.D. a racionalidade ecológica estava completamente silenciada e elementos de seu discurso só apareceram como acessório do discurso dominante. Mesmo porque, vimos que uma das críticas à modernidade é o papel da ciência (e conseqüentemente das tecnologias que lhe acompanham) como fator orgânico à reprodução do capital cuja lógica cognitivo-instrumental se fez preponderar sobre os demais tornando reguladora qualquer força emancipadora que se apresente. Outra crítica é justamente seu excesso de racionalização, incapaz de equilibrar valores tendencialmente contraditórios como por exemplo emancipação/subjetividade.

Tanto a Teoria do Ambientalismo Multissetorial como a da Modernização Ecológica tem suas centralidades em segmentos sociais altamente racionalizados: o empresariado ambientalmente sensibilizados e a classe média européia, lutando pela

ampliação de direitos políticos, econômicos e sociais, trasladado para o caso brasileiro. Ressalte-se ainda dois aspectos:

- primeiro que as classes médias no Brasil foram condicionadas a apenas querer privilégios e não direitos, logo parece um equívoco pretender-se à classe média brasileira um papel de modernização e progresso que, pela sua própria constituição, ela não poderia ter (Santos, 2000, p. 50).
- e em segundo lugar o consumidor não percebe que atualmente as empresas hegemônicas produzem o consumidor antes mesmo de produzir os produtos. Consumismo e competitividade levam a esquecer²⁷ que consumidor e cidadão são figuras, neste contexto, em oposição (p. 49).

Ou como, nas palavras de H. Leis (1999, p. 176) aqui repetidas: “constata-se que a mudança de hábitos e de atitudes se deriva mais de automatismos induzidos, que de atos reflexivos”.

Ambas teorias colocam o empresariado como um ator importante de transformação na sociedade contemporânea a partir da incorporação de valores e/ou técnicas associadas ao meio ambiente. A adoção de t.l.s. responde parcialmente a esta hipótese pois está sendo adotada pelos empresários mas por questões restritamente econômicas, portanto não há aí nada de novo que identifique alguma transformação profunda por parte deste ator. Seu discurso está limitado por sua formação ideológica onde o que se observa é a busca desenfreada da manutenção do “*status quo*”, do mesmo modelo de sociedade, encoberto por um discurso renovado em que o ecológico aparece mas não como uma esfera autônoma. O que não impede, como já dito em relação ao A.M., que num futuro próximo, uma vez disseminada as t.l.s., e a crise ecológica se torne (mais) emergente, o discurso deste ator transcende as barreiras de seus interesses imediatos e torne-se permeável a outras racionalidades mais englobadoras e mesmo às não-racionalidades mais próximas de uma “ordem” caótica, das necessidades e da complexidade das sociedades contemporâneas.

Pela forma como abordamos o problemas não foi possível correlacionarmos, de forma clara, a problemática ambiental com possíveis mudanças no setor empresarial, utilizando-nos das duas teorias em questão, o que não as invalida, podendo aparecer correlações a partir de outra abordagem. A adoção de t.l.s., dependendo do ângulo que se olhe, é uma mudança de comportamento que pode representar uma saída para enfrentar os problemas ambientais do ponto de vista de quem defende o modelo de sociedade vigente e

²⁷ Percebem-se aqui os instrumentos da operação ideológica atual em funcionamento na produção do que chamamos “esquecimento de Pêcheux”.

seus paradigmas. Mas não significa uma possibilidade de “consertar a falha de desenho” deste projeto de sociedade. A destruição sistemática do meio ambiente, hoje, faz parte de sua lógica, que é colonizadora e não se deixa colonizar (não engloba), tornando paliativo idéias que lhe são contrárias (como o foi o Estado-de-bem-estar-social frente ao socialismo soviético²⁸).

Quanto ao ambientalismo, para que possa se tornar o espaço de consensos, reflexivos, sobre os problemas ambientais, incorporando sua dimensão sócio-cultural, para além da conjuntural, não parece ser no empresariado que encontraremos o germem de alguma mudança nesta direção. Este ator tende a redefinir suas posições, quando em conflito, buscando a hegemonia de seu ponto de vista, não o consenso, lançando mão de seu crescente poder de barganha frente ao movimento desregulamentador globalizante desta fase do capitalismo: desorganizado. Se quisermos perceber algum movimento no âmbito do ambientalismo que seja pré-pós-moderno não há de ser no setor mais funcional ao modelo civilizatório existente que o encontraremos.

Sua lógica é a mais influente sobre os demais, portanto era de se esperar que uma vez “ambientalizado”, por força e influência da globalização e espiritualização do ambientalismo, resignificassem sua visão e valores: o ethos capitalista. Mas, “morto” o ambientalismo como utopia da modernidade não é de se esperar que renascerá como um novo projeto a partir de setores onde a velha lógica mais se fez presente. A racionalização excessiva tem impedido o tratamento adequado à complexidade crescente do desafio ambiental, que exige tomada de decisão em contextos dilemáticos e paradoxais. Logo é de se esperar que, no plano simbólico, o setor ou (sub)classe da sociedade em que o ambientalismo aparecerá significando como espaço onde a cooperação (mesmo entre interesses contraditórios) se fará possível, serão os nos quais a racionalidade sistêmica, com seu profundo conteúdo de I & C, ainda não lhe retirou de todo seu conteúdo teleológico, podendo assim apontar um futuro diferente.

Além de uma outra abordagem que possa melhor identificar alguma relação entre a problemática ambiental e mudanças no setor empresarial confirmando algumas hipóteses das teorias apresentadas, uma terceira teoria poderia também ser buscada para que melhor respondesse a questão central aqui levantada, uma vez o sistema de hipóteses mostrar-se insuficiente (não foram confirmadas de todo); ou para melhor comparar com os

²⁸ Assim que caiu o muro uma nova ordem mostrou que já estava em marcha; os cavaleiros de Mont Pélerin haviam cravado seus estudantes em 1973 no Chile, 1979 na Inglaterra, 1980 nos EUA, 1982 na Alemanha Ocidental quando em 1989 cruzar em triunfo para além do ocidente a bandeira da desregulamentação e do livre mercado.

resultados da análise, já que algumas variáveis residuais permanecem pouco explicadas (como p. ex. a de qual os espaços possíveis para a penetração da formação discursiva ambiental na forma de polissemia).

A T.M.E. explica a adoção de t.ls. mas a adoção de t.ls. não é resposta suficiente como emancipação da racionalidade ecológica.

Sinteticamente, concluímos que: os empresários investigados adotaram t.ls. por questões econômicas visando reduzir os custos com desperdício e prevenir-se frente a um mercado tendencialmente “ambientalizado”; o ambientalismo como um valor não aparece na análise de sua fala, no campo simbólico; longe está a adoção de t.ls. de significar sustentabilidade ambiental; ela aparece como um fator de produção dentro da lógica instrumental-reducionista do *ethos* capitalista; assim como outras metodologias de processos industriais ambientalizados, esta não parece significar que estamos diante da emancipação da racionalidade ecológica; dentro do paradigma do projeto sócio-cultural da modernidade não há saída para o ambientalismo como proposta de superação da crise ecológica a partir de setores excessivamente racionalizados com o empresarial.

Como pela A.D. depreendeu-se que uma vez silenciado o ambientalismo no discurso empresarial deverá ele significar noutra lugar, uma vez que é criativo como força polissêmica (como demonstrado nos anos 70). Como pelas teorias que aqui apareceram um paralelo viu-se nas “subclasses”, deslocadas pelos sistemas excessivamente racionalizados de I & C, uma possibilidade teleológica de produção do novo. E como acredita-se que o *ethos* do ambientalismo, como crítico da modernidade, possa conjuntamente com/na atual questão das limitações da reprodução material da existência (cujo maior indicador é o desemprego), alimentar o homem contemporâneo de vivências (como da escassez na produção de imagens, metáforas e valores) resignificando suas visões (estético-epistêmica-espiritualmente) que o façam explicitar seus princípios, hierárquico e igualitário (englobados e não dicotômicos), organizadores da vida social e política. Assim abre-se espaço para a vinculação amorosa que mantém acimentado o homem em sociedade e estes com a/na natureza. O ambientalismo não tem “forças” para hierarquizar sozinho, deve seguir-se da grande questão atual da crise de reprodução material da vida humana (e da vida em geral), e das respostas locais às crises globais. Considerando tudo o que foi dito até o momento formulamos aqui um problema para novos projetos de investigação, a saber: há espaços para o discurso ambiental, identificado na forma de polissemia, na formação discursiva das (sub)classes excluídas, que possam indicar,

em conjunto com suas estratégias de sobrevivência, uma saída para a crise civilizatória que enfrentamos? Caso mostre-se relevante: “mãos à obra”.

Capítulo VII

BIBLIOGRAFIA

- BAUMAN, Z. Modernidade e ambivalência. In.: FEHThERTONE, M. (org.). **Cultura global, nacionalismo e globalização e modernidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- _____. **Modernidade e ambivalência**. São Paulo: Zahar, 1999.
- BIRNFELD, C. A. S. **A emergência de uma dimensão ecológica para a cidadania**. Alguns subsídios aos operadores jurídicos. Dissertação de Mestrado - Direito / UFSC, 1997.
- BOAVENTURA, S. S. **Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996. (1 ed. 1995).
- _____. **A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.
- BOUDON, R; BOURRICAUD, F. **Dicionário crítico de sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.
- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: UNICAMP, 1998.
- BRÜSEKE, F. O problema do desenvolvimento sustentável. In.: CAVALCANTI, C. (org.). **Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998. (1 ed., 1995).
- _____. **A lógica da decadência: Desestruturação sócio-econômica e o problema da anomia e o desenvolvimento sustentável**. Belém do Pará: CEJUP, 1996.
- BUTTEL, F. H. The sociology and the environment: A windind path towards human ecology. In.: **International Social Science Journal Environmental Awareness 109**. Brasil Balckwell, UNESCO, 1986.
- CHUDNOVSKY, D. (org.). **Los limites dela apertura: bileralización, reestruturación productiva y medio ambiente**. Buenos Aires: CENIT/Alianza, 1996.
- CNTL - SENAI/RS. Relatório de 1998.
- Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – **Nosso Futuro Comum**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

- CORDEIRO, L. C. **Da riqueza das nações à ciência das riquezas**. São Paulo: Loyola, 1995.
- COSTA, S.; ALONSO, A.; TOMIOKA, S. **Expansão vária e conflitos ambientais no Brasil**. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 55, pp. 157-175, nov/1999.
- CREUS, A. M. **Pesquisa de necessidades, expectativas e percepções dos clientes do Centro nacional de Tecnologias Limpas (CNTL/SENAI-RS)**. Trabalho de Conclusão de Curso em Administração, UFRGS, 1998.
- CRESPO, S. (org.). **O que o brasileiro pensa do meio ambiente, do desenvolvimento e da sustentabilidade**. (Pesquisa com lideranças) MAST/ISER/MMA/MCT, Rio de Janeiro, 1998.
- DOSI, G. Technological paradigms and technological trajectories. A suggested interpretation of the determinants and directions of technical change. In.: **Research Policy**. v. 11; Amsterdam, North-Holland, 1982.
- DUCROT, O. **Princípios de semântica lingüística: Dizer e não dizer**. São Paulo: Cultrix, 1978.
- _____. **O dizer e o dito**. Campinas, Pontes, 1987.
- FERREIRA, Leila da C. A busca de alternativas de sustentabilidade no poder local. 2 ed. FERREIRA, L. C.; VIOLA, E. (orgs.). In.: **Incertezas de sustentabilidade**. Campinas: UNICAMP, 1996.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996. (Ed. Francesa, 1969. 1971).
- _____. **A arqueologia do saber**. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1997. (1 ed. 1986).
- FREEMAN, C. **La teoría económica de la innovación industrial**. Madri: Alianza Editorial, 1975.
- FREITAG, B. **Itinerários de Antígona: A questão da moralidade**. São Paulo: Papyrus, 1992.
- GADET, F; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: UNICAMP, 1990.
- GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.
- GIDDENS, A; BECK, U; LASH, S. **Modernização reflexiva: Política, tradição e ética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997.

- GONÇALVES, R. B. **Aplicação de tecnologia de produção mais limpa no setor metal-mecânico**: Um estudo de caso. Dissertação de Mestrado - Administração, UFRGS, 1998.
- GRAY, J. **Falso amanhecer**: Os equívocos do capitalismo global. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- HABERMAS, J. La modernidad y sus crisis. In.: Revista de Cultura. **Punho de Vista**. n. 21, ago/1984.
- HAJER, M. Ecological modernization as cultural politics. In.: **Risk, Environment & Modernity**: Towards a New Ecology. London: SAGE, 1996.
- HAJER, M. **The politics of environmental discourse**: Ecological modernization and the policy process. Oxford: University Press, 1997.
- HIRSCHMAN, A. O. **Conflitos sociais como pilares da sociedade de mercado democrático**. Novos Estudos CEBRAP, n. 42, pp. 33-45, jul/1995.
- HOGAN, D. J.; VIEIRA, P. F. (orgs.). A problemática ambiental e as ciências sociais no Brasil (1980-1990). In.: **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: UNICAMP, 1995.
- JANICKE, M. **State failure**: The impotence of politics in industrial society. Oxford: Polity Press, 1990.
- LASCH, C. **A rebelião das elites e a traição da democracia**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1995.
- LAYRARGUES, P. P. **A cortina de fumaça**: O discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica. São Paulo: ANNABLUME, 1998.
- LEFF, E. Sociologia y ambiente: sobre el concepto de racionalidade ambiental y las transformaciones del conocimiento. In.: VIEIRA, P. F.; MAIMON, P. (orgs.). **As ciências sociais e a questão ambiental**: Rumo à interdisciplinaridade. Rio de Janeiro: APED/NAEA, 1993.
- LEIS, H.; D'AMATO, J. O ambientalismo como movimento vital: Análise de suas dimensões históricas, ética e vivencial. In.: CAVALCANTI, C. (org.). **Desenvolvimento e natureza**: Estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez. 1995.
- LEIS, H. **Ética, religião e ambientalismo**: Uma visão evolutiva. Comunicação do ISER. 43 (11) 28-40. 1992.

- _____. **Ambientalismo: Um projeto realista-utópico para a política mundial.** In.: **Vários, meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: Desafio para as ciências sociais.** São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. **Globalização e democracia após a Rio-92: A necessidade e oportunidade de um espaço público transnacional.** 2 ed. In.: FERREIRA, L. C.; VIOLA, E. **Incertezas de sustentabilidade na globalização.** Campinas: UNICAMP, 1996.
- _____. **O labirinto: Ensaio sobre ambientalismo e globalização.** São Paulo e Blumenau: GAIA/FURB, 1996.
- _____. **Um modelo político-comunicativo para superar o impasse do atual modelo político-técnico de negociação ambiental no Brasil.** In.: CAVALCANTI, C. (org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 1997.
- _____. **A modernidade insustentável: As críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea.** São Paulo e Florianópolis: Vozes/UFSC, 1999.
- LISBOA, A. **Empresa cidadã: Uma metamorfose do capital?** Cadernos da Cidade Futura, n. 1, 2000.
- _____. **A crítica de Karl Polanyi à utopia do mercado.** Mimeo, Florianópolis, 2000.
- LUDWALL, B. **National systems of innovation: Towards a theory of innovation and interactive learning.** London and N. Y., Printer, 1992.
- MAIMON, O. **Ensaio sobre economia do meio ambiente.** Rio de Janeiro: APED, 1992.
- MAIMON, O. **Responsabilidade ambiental das empresas brasileiras: Realidade ou discurso?** 2 ed. In.: CAVALCANTI, C. (org.). **Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável.** São Paulo: Cortez, 1998.
- _____. **ISO 14001: Passo a passo da implantação nas pequenas e médias empresas.** Editora Qualitymark, 1999.
- MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso.** Campinas, Pontes, 1997.
- MAY, P. H. **Economia ecológica e desenvolvimento equitativo no Brasil.** In.: CAVALCANTI, C. (org.). **Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998. (1 ed., 1995).
- MOL, A. P. J. **The refinement of production: Ecological modernization theory and the chemical industry.** Utrecht: Van Arkel, 1995.

- MOL, A. P. J.; SPAARGAREN, G. Environment, modernity and the risk-society: The apocalyptic horizon of environmental reform. v. 8. n. 4. In.: **Journal of the International Sociological Association**. Dec. 1993.
- NASCIMENTO, C. **Autogestão e economia solidária**. Cadernos da Cidade Futura, ano 1, n. 2, maio/2000.
- NIETZSCHE, F. **Coleção os Pensadores**. São Paulo: Abril, 1978.
- NUN, J. **O futuro do emprego e a tese da massa marginal**. Revista Novos Estudos CEBRAP, n. 56, mar/2000, pp. 43-62.
- ORLANDI, E. P. **O que é lingüística**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. **Discurso e leitura**. Campinas: UNICAMP / Cortez, 1988.
- _____. **As formas do silêncio: No movimento dos sentidos**. Campinas: UNICAMP, 1992.
- _____. **Interpretação: Autorial, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. São Paulo: Vozes, 1996.
- _____. **Análise de discurso: Princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.
- ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E.; TARALLO, F. **Vozes e Contrastes: Discurso na cidade e no campo**. São Paulo: Cortez, 1989.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: UNICAMP, 1988.
- POLANYI, K. **A grande transformação**. São Paulo: Campus, 1988.
- PORTER, M. **Vantagem competitiva**. São Paulo: Campus, 1989.
- ROSEMBERG, N. On technological expectations. In.: **Inside the black box**. Technology and Economics. Cambridge, Cambridge University Press, 1982.
- ROUANET, S. P. **Mal-estar na modernidade**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- ROUANET, S. P. Jornal Folha de São Paulo, Caderno Mais, 25.06, 2000.
- SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In.: BURSZTYN, M. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SANTOS, M. **Técnica espaço tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1996. (1 ed., 1994).
- _____. **Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.

- SCHUMACHER, E. F. **O negócio é ser pequeno**: Um estudo de economia que leva em conta as pessoas. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- SERRES, M. **O contrato natural**. Rio de Janeiro: Fronteira, 1991.
- SILLS, D. L. **Enciclopédia internacional de las ciências sociais**. Madrid: Aguilar, 1974.
- SPAARGAREN, G. **The ecological modernization of production and consumption**. Essays in environmental sociology. Wageningen, University of Wageningen, 1996.
- Teses apresentadas no I Encontro Nacional do Ministério Público de Meio Ambiente. Florianópolis, agosto (12 → 14), 1998.
- TOLMASQUIM, M. T. Economia do meio ambiente: Forças e fraquezas. In.: CAVALCANTI, C. (org.). **Desenvolvimento e natureza**: Estudos para uma sociedade sustentável. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998. (1 ed., 1995).
- VIEIRA, P. F. Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento. 2 ed. In.: **Vário, meio ambiente, desenvolvimento e cidadania**: Desafios para as ciências sociais. São Paulo, Florianópolis: Cortez/UFSC, 1998. (1 ed., 1995).
- VIOLA, E.; BOEIRA, S. A emergência do ambientalismo complexo - multissetorial no Brasil nos anos 80. In.: **Universidade e sociedade face à política ambiental brasileira**. IV Seminário Nacional sobre Universidade e meio ambiente. Florianópolis, 1990.
- VIOLA, E; LEIS, H. Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: O papel organizador do ecologismo. In.: **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: Vértice, 1990, pp. 156-69.
- _____. Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: O papel organizador do ecologismo. In.: LEIS, H. (org.). **Ecologia e Política Mundial**. Rio de Janeiro: Vozes/FASE/PUC, 1991.
- _____. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: Do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In.: HOGAN, D. J.; VIEIRA, P. F. (orgs.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: UNICAMP, 1995.
- _____. O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92: O desafio de uma estratégia globalista viável. 1 ed. 2 ed. In.: **Vários, meio ambiente, desenvolvimento e cidadania**: Desafios para as Ciências Sociais. São Paulo e Florianópolis: Cortez/UFSC, 1995, 1998.
- WEALE, A. **The new politics of pollution**. Manchester/N.Y.: University Press, 1992.

Jornais

Diário Catarinense de 13.12.98 à 20.12.98.

Gazeta Mercantil-SC de 17.09.98

Revistas

Expressão - Florianópolis. n. 20, 1992.

Expressão - Florianópolis. n. 29, 1993.

Expressão - Florianópolis. n. 61, 1995.

Expressão - Florianópolis. n. 70, 1996.

Revista Amanhã, n. 134, set/1998.